



Relatório do estudo

MERCADOS RURAIS DE EMPREGO EM MOCAMBIQUE

*Um estudo sobre o trabalho assalariado temporário e informal nas zonas rurais de
Manica, Nampula e Zambézia*

Cláudio Massingarela , Virgulino Nhate , Carlos Oya



Discussion papers

No. 31P

Dezembro de 2005

Direcção Nacional de Estudos e
Análise de Políticas

Ministério de Planificação e
Desenvolvimento

República de Moçambique

O objectivo das publicações é estimular a discussão e troca de ideias sobre questões pertinentes para o desenvolvimento económico e social de Moçambique. Existem diferentes opiniões acerca da melhor maneira de fomentar o desenvolvimento económico e social. As publicações têm como objectivo abordar essa diversidade. **É de realizar que as ideias apresentadas nos documentos são de inteira responsabilidade dos respectivos autores e não necessariamente reflectem o posicionamento do Ministério de Planificação e Desenvolvimento ou qualquer instituição do Governo de Moçambique.**

O logo foi gentilmente providenciado pelo artista moçambicano Ndlozy.

Contacto:

**Cláudio Massingarela,
Virgulino Nhate**

Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas (DNEAP)
Ministério de Planificação e Desenvolvimento

Av. Ahmed Sekou Touré nº 21, 7 andar

Maputo, Moçambique

Tel: (+258) 2 1 499442

Fax: (+258) 2 1 492663

Web: www.mpd.gov.mz

Email: vnhate@yahoo.com

cmassingarela@yahoo.com.br

Carlos Oya

School of Oriental and African Studies,
Universidade de Londres

Ficha técnica

Edição: Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas (DNEAP)

Propriedade: Ministério da Planificação e Desenvolvimento, Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas (DNEAP)

Coordenação e revisão: José Sulemane e Cristina Matusse

Elaboração: Carlos Oya (SOAS), Cláudio Massingarela (DNEAP) e Virgulino Nhate (DNEAP)

LISTA DAS ABREVIATURAS

DNEAP – Direcção Nacional de Estudos e Análise de Políticas
DNPO – Direcção Nacional do Plano e Orçamento
GE – Grandes Empresas
IAF – Inquérito aos Agregados Familiares (IAF02 = IAF 2002/2003)
ILO – Organização Mundial de Trabalho
IMRT – Inquérito sobre Mercados Rurais de Trabalho
INE – Instituto Nacional de Estatística
ME – Medias empresas
MPF – Ministério do Plano e Finanças
RP – Respondente Principal
SDV – Separada Divorciada ou Viúva
TIA – Trabalho de Inquérito Agrícola

Ficha técnica do inquérito

Pesquisa Quantitativa por Questionário

Amostragem: Combinação de amostragem propositada (dirigida/analítica) e por quotas (segundo actividade, tipo de empregador, género, regularidade de emprego), com amostragem aleatória também dentro de sub-grupos

Amostra:

2638 trabalhadores e os agregados familiares respectivos, dos quais
2168 trabalhadores agrícolas
470 trabalhadores não agrícolas
16300 indivíduos pertencentes aos agregados familiares identificados
124 pequenos e médios empregadores agrícolas (agricultores) com menos de 10 trabalhadores (regulares, sazonais ou eventuais)

Questionário: 24 páginas de questionário dividido nas secções de:

Identificação e tipo de empregador/sector
Fichas individuais para educação, residência, emprego dos indivíduos e saúde
Emprego: matrizes de actividades, agricultura por conta própria, emprego assalariado e outras actividades
. Posse de bens, condições de e outros

Equipa do SOAS: John Sender, Chris Cramer e Carlos Oya

Desenho do estudo, coordenação, controle de qualidade e supervisão no terreno, pesquisa qualitativa no terreno, análise de dados.

Equipa da DNPO: Carlos Oya (coordenador), Araújo Martinho, Claudio Massingarela e Virgulino Nhate

Desenho, formação, supervisão, coordenação do trabalho de campo, pesquisa de terreno, organização do processamento de dados, análise dos dados e redacção do relatório.

Equipas de inquiridores e supervisores de campo:

Manica: Orlando B. Bulamo (supervisor), Francisco Lisboa (supervisor), Goncalves Goncalves 'Guinda' (supervisor), Sheila Palma, Dulcina Massambo, Ricardo Celestino, Xavier Pinto, Oxana Eusebio.

Zambézia: Rachid Ossifo (supervisor), Afonso Juaia (supervisor), Manuel Nadimo, Rassul Guruate, Luis Marques Patia, Mateus Lopes, Lucia Julio, Serranito Fraqueza.

Nampula: Frederico Vantitia (supervisor), Alvaro Mualimo (supervisor), Laura Romão, Feliciano Félix, José Luís, Assane Ismael, Armando Bento, Agostinho Silva

Digitação de dados e processamento:

Digitadores: Ibraimo Chaleca e Neto Sequeira

Software: SPSS Data Entry Builder e SPSS 12.0 Windows

Pesquisa Qualitativa

Histórias de vida

14 histórias de trabalhadores assalariados, dos quais 12 mulheres

12 histórias de vida de grandes empregadores

Entrevistas semi-estruturadas

20 Grandes e médios empregadores, nacionais e estrangeiros

ÍNDICE DE CONTEÚDOS

1. INTRODUÇÃO	6
1.1 <i>Contexto: pobreza e emprego rural em Moçambique</i>	8
2.1 <i>A “economia informal” nas zonas rurais</i>	12
2.2 <i>A diversificação do rendimento e das ocupações</i>	15
3. METODOLOGIA	16
3.1 <i>A selecção das províncias para o inquérito</i>	16
3.2 <i>Amostragem e grupo alvo</i>	17
Como procedeu-se até a selecção dos entrevistados para as entrevistas?	21
As metas em termos de grupo alvo e estrutura da amostra final	23
3.3 <i>Definição do agregado familiar</i>	24
3.4 <i>As fases do estudo</i>	25
3.5 <i>Questionários</i>	26
3.6 <i>Pesquisa qualitativa</i>	27
Histórias de vida	28
Lições da combinação de técnicas quantitativas e qualitativas	28
3.7 <i>Formação das equipas de campo</i>	29
4. CONTEXTO: COMPARAÇÕES COM OUTROS INQUÉRITOS	31
5. RESULTADOS PRINCIPAIS DO ESTUDO	36
5.1 <i>Características demográficas da amostra: peculiaridades</i>	36
5.2 <i>Educação e saúde</i>	40
5.3 <i>Indicadores de pobreza</i>	41
5.4 <i>A participação no mercado de trabalho: actividades de sustento e o emprego assalariado</i>	43
O <i>ganho-ganho</i> como último recurso	44
A diversificação das actividades, o papel da agricultura e a natureza das actividades listadas	47
5.5 <i>Salários e condições de trabalho: heterogeneidade e segmentação do mercado de trabalho</i>	49
Experiência e antiguidade no emprego	50
Modalidades de pagamento	51
Níveis salariais	53
Empregos <i>inferiores</i> e <i>superiores</i> : quantidade e qualidade do emprego	54
5.6 <i>As particularidades do emprego não agrícola</i>	59
6. CONCLUSÕES	61
BIBLIOGRAFIA	66
APÊNDICE ESTATÍSTICO	69
1. <i>Resultados relevantes de outros inquéritos</i>	69
2. <i>Índice de pobreza, posse de bens e condições de vida: comparações com IAF02</i>	71
3. <i>Distribuição da amostra: características gerais</i>	77
4. <i>Características demográficas</i>	81
5. <i>Educação e Saúde</i>	84
6. <i>Emprego I: Participação no mercado de trabalho</i>	87
7. <i>Emprego II: Actividades de rendimento</i>	91
8. <i>Emprego III: Salários e modos de pagamento</i>	93
9. <i>Emprego IV: Condições de emprego</i>	98

1. Introdução

No âmbito dos estudos conducentes a uma melhor compreensão e aprofundamento da realidade da pobreza e a economia rural em Moçambique, foi levado a cabo um estudo específico sobre a realidade das pessoas e agregados que vivem do trabalho assalariado sazonal e eventual nas zonas rurais do país¹. De facto, o conhecimento que se tem da realidade dos mercados rurais de trabalho, do trabalho para outrem, o *ganho-ganho*², assim como de muitas actividades por conta própria que não sejam agricultura, é muito limitado, não somente em Moçambique mas também na maioria de países da Africa Sub-Sahariana. “As pesquisas até agora têm dado escassa luz sobre o papel do trabalho assalariado nas estratégias de procura de rendimento nas zonas rurais; não se conhece nenhum estudo empírico que tenha se ocupado especificamente deste assunto. Poucos estudos, se existem, têm analisado os mercados rurais de trabalho em Moçambique no geral” (Tschirley e Benfica 2000: 2, 7).³ A ILO também tem vindo a destacar a falta de dados fiáveis sobre trabalho assalariado agrícola em países em desenvolvimento e a necessidade de estatísticas mais abrangentes e desagregadas (ILO 2003: 42). A escassez de estatísticas neste sentido é particularmente forte na Africa Sub-Sahariana onde existem poucas fontes de informação independentes sobre a realidade dos trabalhadores agrícolas, existindo fortes discrepâncias entre os dados de fontes oficiais e os dados de estudos realizados pelas ONGs nas áreas dos seu projectos (Mwamadzingo 2003: 31). Inclusivamente, nos países onde esta informação é mais abundante, a sua fiabilidade também é posta em questão (Jarvis e Vera-Toscana 2004: 2).

Portanto, o objectivo prioritário deste estudo foi o de dar a conhecer mais detalhes sobre a realidade e diversidade dos mercados rurais de trabalho, do trabalho assalariado na agricultura, nas diversas formas de produção, e nas actividades não agrícolas das zonas rurais. Não se pretendia oferecer uma amostra representativa do trabalho assalariado rural com o objectivo de estimar a sua incidência no global da população. A falta de marcos amostrais adequados e a distribuição desigual, sazonal e segmentada destas ocupações não permite fazer um inquérito suficientemente fiável para assegurar que a diversidade das situações seja captada e que a amostra resultante possa ser de facto representativa desta diversidade.

Concretamente este estudo visava recolher informação sobre as seguintes questões:

- as características das pessoas e AF que têm acesso ao trabalho assalariado sazonal e eventual nas zonas rurais;
- a indicação sobre a frequência/incidência de várias formas de trabalho assalariado (pago em dinheiro ou em espécie) –dentre os trabalhadores identificados - e diferenças por regiões e zonas;

¹ A decisão de implementar este estudo foi da DNPO do antigo Ministério de Plano e Finanças.

² A expressão *ganho-ganho* ou *ganho* é comumente utilizada em várias regiões do país para definir o trabalho casual feito de maneira irregular para outrem pago em dinheiro ou em espécie por tarefa ou dia. No contexto deste estudo a equipe utilizou um vasto leque de nomes locais utilizados com normalidade nos distritos visitados (e.g. *ganyu*, *mutraquita*).

³ Ver Pfeiffer (2003) para afirmações sobre a falta de informação sobre emprego rural casual das mulheres em Moçambique.

- o papel do trabalho assalariado nas estratégias de sobrevivência dos pobres;
- as diferenças existentes entre as diversas formas de trabalho assalariado, com distinções em relação às condições de trabalho, à frequência, à remuneração, o que leva, por uma lado, à reprodução de situações de pobreza extrema e, por outro, a formas de saída da pobreza;
- o grau e as formas de segmentação do mercado rural de trabalho, por zonas geográficas, sectores, tipos de empregadores;
- a importância da mobilidade/migração para o acesso ao trabalho assalariado.

Para a realização do estudo, uma equipe de pesquisadores da antiga DNPO, com a colaboração técnica duma equipe do Departamento de Economia da *School of Oriental and African Studies*, da Universidade de Londres, começou a trabalhar desde finais de 2001 no desenho dum estudo aprofundado que incluiria varias modalidades de pesquisa sócio-económica. Primeiro, foi realizado um inquérito quantitativo com questionário, a uma escala suficientemente grande de modo à captar a diversidade das formas de trabalho assalariado nas distintas zonas rurais do país.

Segundo, o inquérito quantitativo foi acompanhado por uma pesquisa qualitativa, que incluiu:

- 1) entrevistas em profundidade com vários actores relevantes no âmbito dos mercados rurais de trabalho, isto é, empregadores, técnicos dos Ministérios do Plano e Finanças, da Agricultura e Desenvolvimento Rural e do Trabalho, assim como outros informantes de ONGs e empresas que trabalham nas zonas rurais abrangidas pelo estudo.
- 2) Histórias de vida de trabalhadores rurais com ênfase nas mulheres em diversos sectores da economia rural.
- 3) Histórias de vida de alguns empregadores.

Terceiro, está sendo realizada a produção dum filme/documentário que ilustra e contrasta duas das histórias de vida de mulheres no mercado rural de trabalho, filme realizado pela PROMARTE com a assistência técnica da equipe de SOAS e que está agora na fase da edição. Os conteúdos deste filme servirão como material didáctico e como material audiovisual para a monitoria da pobreza em Moçambique.

Os objectivos principais deste relatório são:

- Descrever o processo de pesquisa e a metodologia desde o desenho à sua implementação, com particular ênfase na definição do grupo alvo, a amostragem, as fases do inquérito, os instrumentos utilizados (questionários, cadernos de campo, guiões de entrevista) e outras questões conceptuais e metodológicas. Este é um dos objectivos principais dado que o estudo devia servir como apoio a futuros inquéritos focalizados sobre o emprego no âmbito rural.
- Fazer algumas comparações com os resultados do IAF 2002/03, inquérito que foi quase contemporâneo a este, com o objectivo de estabelecer algumas características da amostra de trabalhadores em relação à população das mesmas províncias.
- Apresentar os principais resultados quantitativos, depois do processamento de dados e das primeiras análises exploratórias.

- Introduzir alguns aspectos qualitativos dos mercados rurais de trabalho que sugerem hipóteses de análise causal em maior profundidade que estão a ser realizados de forma paralela por técnicos da DNEAP envolvidos neste estudo e que serão publicados proximamente.
- Apresentar algumas conclusões e os seguintes passos na pesquisa.

1.1 Contexto: pobreza e emprego rural em Moçambique

Desde os meados da década 90, Moçambique tem assistido a um crescimento económico assinalável e rápido. Assim, a economia moçambicana tem sido considerada um dos milagres da África Sub-Sahariana nos últimos dez anos. Não obstante estes avanços significativos da economia moçambicana, ainda permanece em debate se este crescimento de facto beneficia os mais pobres ou reflecte maioritariamente o melhoramento das condições dos menos desfavorecidos. A última Avaliação da Pobreza em Moçambique indica que o crescimento económico tem sido acompanhado por uma redução também significativa da pobreza absoluta, dos 69% em 1997 para cerca de 54%. Esta redução é considerável mas existem diferenças entre províncias e regiões (Quadro 1). A mais assinalável é a redução espectacular na região Centro, particularmente em Sofala, onde a incidência da pobreza absoluta diminuiu de 88% para 36%, tornando Sofala da província mais pobre à menos pobre em somente 5 anos. Também Tete e Zambézia apresentam reduções da pobreza notáveis. No entanto, outras províncias como Cabo Delgado ou Maputo Província onde a pobreza aumentou ou Inhambane e Gaza, onde apenas mudou, têm seguido um desenvolvimento diferente. Em geral, parece que as zonas rurais têm melhorado mais rapidamente que as cidades, de maneira que agora as diferenças entre zonas rurais e urbanas em termos de incidência da pobreza já não são tão significativas.

O relatório (MPF et al. 2004) descreve alguns casos especiais como é o de Sofala onde a evolução que os dados indicam é muito diferenciada das restantes províncias. De facto, no período em consideração a economia de Sofala viu-se negativamente afectada pela crise de Zimbabwe, devido aos efeitos no volume de mercadorias ao longo do corredor da Beira. O relatório do IAF02 indica que existem suspeitas de sobrestimação da pobreza em Sofala a causa das cheias no período 1996/97 o que viria por em dúvida a espectacular queda da incidência da pobreza nesta província.

O relatório do IAF02 conclui, porém, que a incidência da pobreza em Moçambique é ainda muito alta e que, apesar dos avanços, ainda há muito por fazer. Num país onde mais de metade da população é considerada absolutamente pobre, a identificação dos grupos populacionais mais pobres e vulneráveis tem sido uma preocupação e necessidade para vários agentes, desde o Governo, Sociedade Civil e instituições de pesquisa, com o fim de delinear políticas e estratégias mais eficazes no contexto do desenvolvimento do país.

Em relação ao emprego, os resultados do IAF02 apresentam a imagem a que já estamos acostumados, de uma grande maioria da população (aproximadamente 50%) que vive duma actividade por conta própria, normalmente a agricultura, que é resultado em muitos casos da problemática interpretação das perguntas sobre a “actividade principal nos últimos 7 dias”, uma pergunta que apresenta problemas em termos de relevância para zonas rurais onde a sazonalidade e a quantidade de

pequenas ocupações ou “biscatos” são elementos importantes das estratégias de sustento. Segundo o IAF02, 90% da população é economicamente activa nas zonas rurais do país, com altas taxas relativas nas províncias de Nampula, Zambézia e, em menor medida Manica. Isto não é surpreendente se tivermos em conta que muitas pessoas aparecem activas na agricultura ou como aqueles que ajudam a família sem remuneração explícita ou implícita (trabalhadores familiares sem pagamento), uma categoria que pode incluir um leque excessivamente amplo e ambíguo de tarefas domésticas e actividades de rendimento ou para o auto-consumo. Isto também implica que as taxas de desemprego são muito baixas. De alguma maneira, e perante a falta dum sistema de segurança social que abrange a maioria de população, especialmente nas zonas rurais, o desemprego simplesmente não é uma opção relevante (a taxa de desemprego nas zonas rurais é de 0.3%). No caso das pessoas no quintil mais baixo (urbano e rural) é de 0.8%.

A multiplicidade de ocupações é um fenómeno comum, quer nas zonas urbanas quer nas rurais, mas a natureza desta multiplicidade e a quantidade de ocupações pode variar muito de um grupo populacional para outro. As ocupações podem variar segundo a época do ano, a idade, as zonas e outros factores. Em inquéritos de grande escala e com questionários sobre emprego limitados (em termos de número de perguntas e do formato das mesmas) é muito difícil captar esta multiplicidade. Uma simples pergunta sobre o numero de ocupações não é suficiente, pois os respondentes terão sempre a tendência de mencionar só uma ou duas que fazem com muita frequência. Assim, os resultados mostram que no país, 79% nas zonas rurais e 86% nas urbanas, têm somente uma ocupação e 19% e 13% respectivamente tem duas ocupações. Como poderá ser visto neste estudo, a incidência da dupla ocupação (pelo menos) é muito mais do que se pensa normalmente (Quadro 35).

Com o conhecimento acumulado de trabalho de campo aprofundado nas zonas rurais de Moçambique e de outros países da África (através de micro-inquéritos baseados em pesquisa quantitativa e qualitativa), acredita-se que esta é apenas uma aproximação incompleta à realidade da multiplicidade de actividades, especialmente dos indivíduos mais pobres que têm de procurar constantemente diversas fontes irregulares de sustento para sobreviver. É interessante notar que segundo o IAF02 existem importantes diferenças entre províncias que ficam sem explicação: as províncias onde maior proporção de indivíduos mencionou duas ou mais actividades são Cabo Delgado (45%) e Tete (33%) enquanto Niassa (3%) e Maputo cidade (4%) contêm um menor numero de indivíduos nestas circunstâncias. Para alguém que conhece bem estas províncias, especialmente no Norte, é difícil acreditar nas fortes diferenças entre as províncias e fácil levantar suspeitas sobre as diferenças de interpretação e respostas que este tipo de perguntas sobre emprego sugere em contextos variados e com inquiridores diferentes. Em relação ao status de ocupação, o IAF02 não difere muito do IAF 97: a grande maioria dos indivíduos rurais aparecem classificados, em termos da ocupação “principal” como trabalhadores familiares sem remuneração (42%) ou por conta própria (54%), quase o total, normalmente na agricultura (93% do total). Os assalariados são apenas 4% (e apenas 0.6% como casual) nas zonas rurais e 31% nas urbanas. Isto é, segundo o IAF02, o emprego assalariado casual é simplesmente marginal nas zonas rurais, o que contrasta com a forte prevalência do *ganho-ganho* como actividades dos mais pobres que já tem sido salientado por outros estudos qualitativos (MPF 2001; Whiteside 2000). Obviamente há poucos casos de trabalhadores que se declaram como empregados assalariados na

agricultura, pois o sector “formal” neste âmbito é muito limitado e o trabalho assalariado normalmente é pressuposto como parte do sector “formal”. Também é obvio que perguntar a alguém que tem uma *machamba* (como a maioria da população rural) sobre a sua ocupação principal e “casual” é simplesmente absurdo porque a própria eventualidade dessa ocupação (*ganho-ganho*) dificilmente o faz aparecer como “principal”. Portanto, não é surpreendente que esta noção implícita de trabalho assalariado (formal, permanente, urbano, etc.), que se deriva das perguntas do IAF02 sobre emprego, seja mais comum entre indivíduos dos quintis menos pobres (13.2% no quintil 4 e 30.3% no quintil 5).⁴ Assim, estes resultados são consistentes com o tipo de actividades associadas ao trabalho assalariado permanente ou inclusivamente casual: construção (42% dos homens assalariados casuais) e serviços (42% das mulheres assalariadas permanentes e 28% dos homens). Mais uma vez, estas categorias estatísticas são problemáticas, frequentemente irrelevantes, e suscitam mais perguntas que respostas.

Por outro lado, os resultados do IAF02 (no Quadro 2) também mostram que em pouco mais de 16% das famílias abrangidas pelo inquérito, pelo menos uma pessoa trabalhou como sazonal ou eventual, com uma maior proeminência nas zonas rurais (21%).⁵ As províncias onde este fenómeno é reportado com mais frequência são Gaza (35%) e Tete (25%). Na Zambézia e Manica estes números rondam entre 16 e 20%, a volta da média nacional das zonas rurais. Da base de dados do TIA02, que em teoria contém um censo das grandes explorações (GE)⁶, as proporções de empregadores que recorreram ao uso da mão de obra temporária/casual (para além da permanente) variam entre províncias mas em geral estão a volta do 40%, o que pode indicar dois factos: que em Moçambique ainda há muitas GE pouco intensivas em mão de obra (podem ser pecuárias)⁷ ou simplesmente que os dados referentes aos trabalhadores temporários por serem, se calhar mais sensíveis não foram adequadamente reportados e que portanto pode existir uma sub-estimação importante do emprego casual e sazonal (Quadro 3). As diferenças entre as médias e as medianas indicam a presença de alguns valores extremos que representam GE (plantações) que usam grandes quantidades de mão de obra sazonal ou casual. Note-se também que estes trabalhadores são pagos quer por tarefa quer por dia, sendo o sistema de metas mais expandido em Manica em comparação a outras províncias. As explorações pequenas e médias (as mais numerosas do país) também contratam mão de obra, inclusivamente a tempo inteiro (3% as pequenas e 31% as médias), e sobretudo temporária (18% as pequenas e 42% as médias). Em Manica, até 23% das pequenas explorações consultadas contratou trabalhadores temporários. Estes resultados indicam que na

⁴ Isto pode também influenciar os resultados apresentados por Tschirley e Benfica (2000).

⁵ Felizmente, neste caso a pergunta não utiliza noções de ocupação “principal” secundária ou outras ainda mais ambíguas.

⁶ Definidas como de mais de 50 hectares no caso de vocação agrícola só. No trabalho de campo preliminar para este inquérito pudemos comprovar que a base amostral das GE (também utilizada no inquérito do TIA02) não estava bem actualizada, isto é, uma vez no terreno, encontramos um número significativo de GE que não estavam nas listas enquanto algumas das GE nas listagens do INE não eram operacionais.

⁷ O CAP 2000 assinala que 60% da área reportada nas GE é dedicada às árvores (sobretudo cajueiros e coqueiros) e/ou ao gado.

realidade a incidência do emprego assalariado agrícola temporária é significativa a todos os efeitos.⁸

Em todos os indicadores da pobreza utilizados no questionário do IAF02 trabalhadores agrícolas temporários apresentam sempre condições menos favoráveis, o que indica que a pergunta captou numa maneira mais clara uma classe de famílias que, por necessidades prementes, tem membros a trabalharem como trabalhadores sazonais/casuais na agricultura, um factor que se torna interessante numa diferenciação social entre os classificados como “pobres”. A distribuição por quintis de despesa também mostra que a percentagem de AFs com membros no emprego sazonal agrícola é muito maior nos dois quintis mais pobres que no menos pobre (INE 2003: quadro 8.1). Contudo, como se mostra neste estudo, a relação entre pobreza e trabalho agrícola assalariado não é necessariamente simples, apesar da tendência dominante de que as pessoas que trabalham como sazonais ou eventuais sejam mais pobres que o resto da população rural.

Em outras palavras, entre as pessoas e famílias que dependem do emprego assalariado rural sazonal ou eventual pode existir uma diversidade importante que o presente estudo visa salientar. Nem todos os que trabalham para outros no campo ou nas vilas distritais são os mais pobres, mas muitos dos indivíduos e agregados familiares mais pobres do país têm maior tendência a procurar *biscatos* em forma de trabalho assalariado eventual pago em dinheiro ou em espécie. O objectivo da pesquisa não se centra apenas na necessidade de mostrar que estes são particularmente pobres mas também mostrar que são heterogéneos, existem e se encontram facilmente ao longo do país.

Portanto, esta investigação insere-se num contexto de identificação dos grupos populacionais pobres que necessitam de uma especial atenção no contexto geral do desenvolvimento do país, isto é, que têm características e mecanismos de saída da pobreza que diferem do resto da população. Também visa dar mais luz sobre a natureza e padrões dos mercados rurais de emprego em Moçambique. Os inquéritos convencionais a grande escala indicam que se está a falar de um subgrupo de 20% da população rural, embora haja diferenças importantes entre províncias. A hipótese deste estudo é de que com um leque de perguntas mais específicas e direccionadas à identificação da multiplicidade de fontes de rendimento e da presença do trabalho assalariado rural, a proporção de agregados familiares com membros que participam no mercado de trabalho rural é provavelmente maior do que agora são estimados por exemplo através do IAF2002-03 e o QUIBB2000-01 anteriores.

A pesquisa da qual resulta este relatório foi feita nas zonas rurais das províncias de Nampula Zambézia e Manica, abarcando trabalhadores de explorações agrícolas envolvidos principalmente em esquemas de trabalho sazonal e eventual. Os trabalhadores dos hotéis, pensões, mercados, barracas, construção, empregados domésticos e do transporte semi-colectivo (vulgo chapas) nas vilas dos distritos também foram alvos da pesquisa. No total foram entrevistados 2638 trabalhadores com informação sobre os respectivos agregados familiares dos quais 470 (quase 18 %) eram trabalhadores não agrícolas.

⁸ Extrapolando os dados representativos do TIA02, e com mais dados precisos sobre o número médio de trabalhadores por exploração por ano, seria possível estimar com alguma precisão quantos indivíduos trabalham como assalariados temporários nas actividades agro-pecuárias.

Através da metodologia usada no estudo, são abordados alguns aspectos que não têm sido tratados com devida relevância nos inquéritos que tradicionalmente são direccionados a monitorar e avaliar o bem estar dos agregados familiares. É bem conhecida a importância que o emprego desempenha para a distribuição de riqueza num país, daí o estudo centrar as questões nesta área. Através do estudo pretende-se preencher algumas lacunas que são apresentadas em estudos anteriormente feitos, apresentar informação de primeira mão sobre o emprego assalariado “não formal” nas zonas rurais e tirar lições metodológicas sobre a recolha de dados sobre este assunto, contribuindo desta forma para o melhoramento e qualidade dos dados recolhidos e consequentemente ao delineamento de estratégias de uma forma mais eficaz. Este estudo deveria também servir como apoio aos futuros inquéritos nacionais sobre a força de trabalho e o emprego no país, assim como aos que estudam os mercados de emprego da economia informal rural em Moçambique.

2. Algumas questões conceptuais

2.1 A “economia informal” nas zonas rurais

Os problemas conceptuais e empíricos na caracterização da chamada “economia informal”, são muito importantes e têm ocupado um grande número de especialistas de diversas disciplinas nas ciências sociais. Aqui podemos destacar os seguintes aspectos dos debates sobre “economia informal”:

1. A definição do conceito da “economia informal” suscita várias interpretações em países diferentes e mesmo dentro dum mesmo país, o que em grande medida é derivado da necessidade de incluir aspectos do sector no delineamento de políticas em países de desenvolvimento. No geral tem sido provado não existir uma definição clara e aceitável deste conceito (ILO 1985 e 1991, Lubell 1991, Vletter 1996). De facto, a definição da “economia informal” está relacionada com diversas dicotomias segundo cada estudo:
 - a. Uma dicotomia entre as actividades reguladas e portanto fiscalizadas pelo Estado e as que não o são.
 - b. Uma dicotomia entre as actividades produtivas de micro e pequenas empresas e as actividades das empresas de maior escala e nível tecnológico.
 - c. Uma dicotomia entre o que aparece nas estatísticas oficiais e o que não, isto é, entre as actividades enumeradas e as não registadas.
2. Existe uma ideia convencional de que a economia informal se compõe de micro ou pequenas empresas, de auto-empregados e que tem o seu desenvolvimento mais importante nas zonas urbanas (Lubell 1991; Sender et al. 2005).
3. Também é comum pensar que os níveis de rendimento na “economia informal” são relativamente baixos em comparação com outras actividades, portanto que trata-se fundamentalmente de actividades marginais e de sobrevivência.
4. Quando se fala de economia informal frequentemente mantém-se a ideia de que as actividades típicas são os serviços (mecânicos, reparações, limpeza, transporte) e o comércio de pequena escala de retalho.

No contexto moçambicano, a economia informal normalmente associa-se com entidades de não mais de cinco trabalhadores, alguns dos quais empregam trabalho

familiar e ou trabalhadores contratados que operam sem ou com muito pouco capital caracterizados por níveis de produtividade baixos e que geralmente providenciam rendimentos irregulares e muito reduzidos e empregos altamente instáveis. A visão convencional também se refere particularmente à economia informal urbana, que tende a apresentar as características acima mencionadas (Vletter 1996). Apenas fala-se de economia informal rural.

No âmbito deste estudo pretende-se evitar estes debates sobre definições pois as realidades a estudar são frequentemente ocultas por causa dos pressupostos a priori. A abordagem deste estudo consistiu simplesmente em procurar como grupo alvo aqueles trabalhadores, que pelo tipo de empregador ou pelo facto de ser sazonais ou eventuais, ficam normalmente fora dos registos de trabalhadores das empresas/empregadores e, portanto, normalmente seriam considerados no âmbito da “economia informal”, isto é, segundo a definição de economia informal que enfatiza a falta de *visibilidade estatística*. Também consideramos “invisíveis” pelas razões expostas anteriormente, em relação às dificuldades inerentes aos inquéritos que aplicam módulos convencionais de recolha de dados sobre emprego (e.g. o módulo de emprego do IAF02) direccionados às comparações internacionais.

Este inquérito procurou abranger tanto o lado da oferta (os trabalhadores sazonais e eventuais ou não formais) com o da procura (os empregadores de diversas classes, i.e. tamanhos, actividades, origens e outros), através da utilização de métodos de recolha de dados especificamente desenhados para captar a complexidade da participação no mercado de trabalho rural, as modalidades de contratos, a multiplicidade das actividades, as variadas condições de trabalho e as dinâmicas de mudança que afectam aos trabalhadores, quer sazonais, permanentes ou simplesmente casuais.

Durante o trabalho do campo apurou-se rapidamente que quase nenhum dos pequenos e médios empregadores entrevistados (com menos de 10 trabalhadores no pico) possuía qualquer registo nas estatísticas oficiais do governo, geralmente providenciam rendimentos muito irregulares e empregos altamente instáveis, sem ou com pouco capital; utilizam um nível baixo de tecnologia e conseqüentemente baixo nível de produtividade. Muitos desses pequenos empregadores “locais” são com certeza classificados como camponeses ou sector familiar agrícola, com o pressuposto implícito ou explícito que todo o trabalho é realizado pela mão de obra familiar sem pagamento. Também verificou-se nos locais de trabalho que os produtores das explorações médias ou grandes somente incluem nos livros de registos um número limitado e seleccionado dos trabalhadores, assim que grande parte da mão de obra sazonal e eventual não aparece por terem contratos inferiores aos três meses, que são renovados com frequência de modo a evitar parte da regulação em vigor.

As grandes explorações (grandes empregadores) apresentam condições e capacidade operacional que se distinguem dos mais pequenos empregadores, podendo encontrar-se já em número maior instituições desta categoria com acesso a créditos, e registadas nas estatísticas oficiais. Não obstante estas facilidades, estas empresas apresentam-se com semelhanças aos pequenos e médios empregadores na medida em que muitos (e frequentemente a maioria) dos seus trabalhadores não têm condições de segurança, regalias, e ainda terem condições de instabilidade no seu emprego, como mostramos neste estudo. São empregadores que, pelo tipo de actividade, utilizam uma alta proporção de mão de obra sazonal e eventual deixando somente um mínimo de

pessoal permanente que é o que aparece nos registos oficiais. A própria Lei de Trabalho e as dificuldades na sua aplicação não cria impedimentos para estas práticas e para a manutenção duma mão de obra em condições relativamente precárias e sem protecção de nenhum tipo.

A distinção entre pequenas, médias e grandes explorações agro-pecuárias que tem guiado a recolha de informação tem sido muito útil, primeiro no CAP 1999-2000 e depois no TIA 2002, que coincidiu com a implementação do inquérito MRT para este estudo. No entanto, alguns dos dados sobre emprego nestes inquéritos dão motivos de suspeitar problemas de consistência e fiabilidade na recolha de informação e nas definições utilizadas. No QUIBB2001, de facto, verificamos algumas anomalias fortes nos dados. Fazendo uma ordenação dos agregados familiares por superfície reportada da *machamba*, escolhemos os 100 casos com *machambas* maiores, assim como todos os AF que declararam cultivar mais de 20 hectares. O mais surpreendente foi que somente uma proporção muito baixa (apenas 20%) destas grandes exploradores (mais de 20 ha) no QUIBB de facto respondeu “sim” à simples pergunta de se tinham utilizado mão de obra sazonal na passada campanha agrícola. Esta proporção é semelhante a média de todos os AF, do que se deduz que a informação recolhida sobre os AF com *machambas* muito grandes é de qualidade suspeita. É impossível cultivar essas áreas sem recurso à mão de obra assalariada casual ou sazonal, pelo que os resultados sobre o uso deste recurso no QUIBB e inquéritos semelhantes devem ser postos em dúvida. Como se tem vindo a constatar, os resultados do TIA02 também mostram que uma alta proporção de explorações de grande tamanho não fazem uso da mão de obra assalariada, embora o TIA tem sido mais cuidadoso na recolha desta informação e seja possível que o nível de emprego em algumas grandes explorações (particularmente as pecuárias) seja muito baixo. Contudo, não está claro quais seriam as razões plausíveis de tais resultados, sobretudo no QUIBB, se não é por simples e sérios erros de medição.

Na realidade, um grande número de indivíduos nas zonas rurais procuram outras formas de rendimento para complementarem os rendimentos da produção agrícola. As pessoas não só precisam trabalhar para obter alimentos das suas *machambas*, pois também precisam de dinheiro para comprar outros bens que não podem produzir nas *machambas*, tais como sal, açúcar e petróleo, e portanto precisam trabalhar para obter produtos como peixe, sabão e material escolar para as crianças. Neste contexto, as ocupações irregulares informais ou não registadas, excluindo a produção agrícola por conta própria, desempenham um papel incalculável no bem estar das famílias rurais. Uma ampla literatura sobre a economia rural moçambicana tem já há anos atrás versado sobre a incidência e papel do trabalho assalariado agrícola, a semi-proletarização, as mudanças nas relações de produção derivada da penetração colonial, o crescimento do fenómeno migratório na articulação das economias da região no sistema de produção antes da Independência, a articulação entre a economia de plantação e a camponesa e os efeitos da crescente comercialização da produção camponesa.⁹ Depois da Independência as mudanças no sistema de acumulação não

⁹ Veja-se, por exemplo: CEA (1982), Wuyts (1978), Head (1980, 1981), Castel-Branco (1983 e 1994), Wuyts (1981), Wuyts (1989), O’Laughlin (1981). Existem alguns trabalhos mais recentes que têm revitalizado estes debates e informações sobre estruturas sociais nas zonas rurais e formas de produção diferenciadas, por exemplo, Wuyts (2001), O’Laughlin (1996). Apesar desta literatura ser essencial para compreender a evolução histórica dos processos de mudança agrária, das estruturas sociais rurais e das dinâmicas de emprego rural, infelizmente na actualidade poucos trabalhos publicados sobre temas

fizeram desaparecer estas formas de trabalho nem o fenómeno da migração inter-provincial e regional, se não pelos efeitos da guerra em determinadas zonas do país, como na Zambézia onde a economia de plantação sofreu particularmente a destruição da guerra.¹⁰

2.2 A diversificação do rendimento e das ocupações

A literatura sobre as economias rurais em Africa com frequência crescente salienta a importância das estratégias de diversificação do rendimento (Reardon 1997). Isto é lógico num contexto rural em que o risco é um aspecto quotidiano. Para os habitantes rurais o risco afecta a produção agrícola que depende da incerteza do “comportamento” climatérico e do acesso aos insumos necessários para manter os níveis adequados de produção para o auto-consumo e a venda. Também existe o risco num contexto de mercados liberalizados, associado à flutuação dos preços dos alimentos, o que afecta aos que vendem e aos que compram de maneiras diferentes e em momentos diferentes. O risco associado às calamidades naturais e inclusive aos possíveis conflitos violentos também cria uma situação de instabilidade que pode afectar os assentamentos populacionais e criar mais incentivos aos movimentos migratórios de membros das famílias ou destas completas, quer às cidades, quer a outras localidades dentro ou fora do país.

Uma literatura recente tem estado a salientar mais um aspecto das estratégias de gestão do risco (Bryceson et al. 2000; Ellis 2000). São as estratégias de diversificação dos rendimentos através da multiplicação das actividades que resultam em dinheiro ou bens à família e que implicam uma menor dependência da própria produção agrícola. Assistimos ao crescimento da importância de actividades fora da própria *machamba*, actividades à procura do dinheiro suficiente para a segurança alimentar da família, para a educação das crianças, o pagamento de dívidas, os custos da saúde e a satisfação de outras necessidades materiais e até espirituais. Associado a estas estratégias, o fenómeno da “desagrariação”, isto é do progressivo desenvolvimento de actividades não agrícolas ou de prestação de serviços fora da *machamba* familiar, tem sido estudado para vários países da Africa (Bryceson 2000; Reardon 1997). A importância dos rendimentos de fontes diferentes da produção agrícola por conta própria é significativa num número importante de países do continente (Reardon 1997, Pijnenburg et al. 1998). Em Moçambique existem alguns estudos e inquéritos que têm estimado aproximadamente a importância relativa de diversas fontes de rendimento. Tipicamente os TIA e o IAF oferecem dados ao respeito. O IAF02 apresenta dados segundo os quais nas zonas rurais a produção agrícola por conta própria representa o 65% das receitas totais (incluindo o auto-consumo, que representa 51% do total), enquanto as vendas de outros produtos não agrícolas constituem 7%, as receitas do trabalho assalariado (em dinheiro ou em espécie) são quase 12% (contra 47% nas zonas urbanas), benefícios de negócios 8%, 5% dos arrendamentos e o resto provém de receitas extraordinárias (INE 2003: 57).¹¹ No entanto, o calculo preciso das fontes

agrários em Moçambique fazem um uso mais frequente dela. Esta amnésia intelectual afecta a qualidade da pesquisa mais recente na matéria.

¹⁰ Ver Rutherford (2001) sobre o fenómeno migratório da zona centro ao Zimbabue.

¹¹ Chama a atenção a quase nula contribuição das transferências de instituições, incluindo ONGs e Igrejas, por apenas 0.2%, especialmente se compararmos com a vizinha Africa do Sul onde as transferências públicas têm muita importância especialmente para os mais pobres.

de rendimento no âmbito rural apresenta dificuldades metodológicas muito importantes.

O problema principal é que este tipo de fenómenos e tendências têm sido descobertos e analisados por estudos específicos e micro-inquéritos não oficiais, pelo que é difícil avaliar a representatividade estatística dos resultados. Trata-se de inquéritos e estudos menos constrangidos pelas regras normalmente aplicadas no contexto de inquéritos nacionais de grande escala e, portanto, melhor colocados para captar estas tendências e analisar processos de mudança significativos. De facto, na prática é difícil que inquéritos nacionais representativos e a grande escala possam captar as especificidades locais, as formas de múltiplas fontes de rendimento. Existe sempre a tendência de utilizar categorias estatísticas que tendem a descurar estas realidades.

Os problemas principais em relação aos módulos de emprego nos inquéritos convencionais são (Sender et al. 2005: 73-79):

1. A pergunta sobre a actividade baseada nos últimos 7 dias antes do inquérito: esta pergunta raramente consegue captar a realidade da sazonalidade e complexidade das formas de sobrevivência na África rural;
2. A pergunta sobre a “ocupação principal”: aqui a interpretação do inquiridor ou as expectativas do inquirido podem induzir a erros, pois não está claro como interpretar “principal” num contexto em que diversas actividades cumprem funções diferentes e são parte de um conjunto de estratégias de sustento que não podem ser resumidas na noção de “ocupação principal”;
3. A definição residencial do agregado familiar e os enviesamentos introduzidos pela conceitualização da família nos países industrializados.

O inquérito sobre os MRT foi desenhado para evitar estes problemas de diversas maneiras como será explicado nas seguintes secções.

3. Metodologia

3.1 A selecção das províncias para o inquérito

A pesquisa da qual se baseia este relatório foi feita nas zonas rurais das províncias de Manica, Nampula e Zambézia; a escolha destas foi orientada principalmente pelo facto de serem dos locais onde a actividade agrícola ganha uma dinâmica importante em relação a muitas partes do país, dadas às condições agro-ecológicas de que dispõem para a prática da agricultura, e também pelo facto do cultivo das principais culturas de rendimento ganharem maior expressão nestas províncias.

Um dos aspectos considerados na escolha de Nampula e Zambézia para a pesquisa, prende-se com o facto interessante de serem as províncias mais populosas do país, respectivamente com 2,975,747 e 2,891,809 habitantes (INE, 1997). Tendo como referência os dados de produção de 2001 para culturas de rendimento para grandes explorações,¹² pode-se citar como exemplo os casos de Nampula que contribuiu em cerca de 85% na produção total de algodão e 100% da produção de sisal, o que

¹² Estes dados foram obtidos no INE no momento da preparação da base amostral para este estudo.

reflecte a grande dinâmica da actividade desta cultura nesta parte do país; seguindo a mesma analogia se pode mencionar a produção de chá na Zambézia donde toda a produção é proveniente. Estes aspectos reforçam a ideia de que a produção destas culturas importantes na geração de rendimentos, pode transmitir a estas regiões um ingrediente importante também na criação de empregos e postos de trabalho.

Se pressuposto de que estas províncias são das que possuem melhores condições agro-climáticas para a agricultura estiver satisfeita, então é admissível que a produção de outras culturas alimentares também é caracterizada por uma dinâmica diferente em relação às outras províncias no que concerne ao número de trabalhadores que fazem trabalhos nessas *machambas*. Por exemplo de um total de pouco mais de oito mil hectares de cultura de milho de grandes explorações, 50% são da Zambézia e 17% em Manica, contudo a contribuição de Manica na produção total do país deste cereal foi de 97%. Uma outra razão específica para Manica, prende-se com o facto da entrada de farmeiros oriundos do Zimbabwe na província estar a atingir contornos consideráveis, principalmente apontando-se a criação de empregos como um dos *ganhos* importantes desta iniciativa. No que diz respeito às pequenas explorações em Nampula e Zambézia respectivamente, destaca-se a produção de mapira e arroz (contribuição em 31% e 29% respectivamente a nível nacional) sendo as maiores do país; não menos importante de mencionar nestas duas províncias é a produção de mandioca com contribuições de 34% e 32% respectivamente.

3.2 Amostragem e grupo alvo

Este inquérito difere de outros na medida em que tem um grupo alvo que aparece frequentemente diluído nas estatísticas oficiais.

O grupo alvo da pesquisa era constituído pelas pessoas que trabalham para outras pessoas ou empresas por um pagamento, sejam da natureza que forem nas zonas rurais. Podem se chamar trabalhadores assalariados, ou pessoas que fazem *ganho-ganho* para sobreviver. O grupo alvo *excluiu* pessoas que estavam nos registos de pessoal dos empregadores (por tanto não formais ou não regulados). Em outras palavras, o nosso grupo alvo era fundamentalmente trabalhadores assalariados (permanentes, sazonais ou eventuais) que não estivessem abrangidos de uma maneira ou de outra pelas estatísticas oficiais. De facto, mesmo nas empresas sujeitas a regulação, muitas das grandes explorações que foram visitadas, uma boa parte dos trabalhadores com contratos de menos de três meses, o mínimo estabelecido na Lei de Trabalho para usufruir dois direitos atribuídos aos trabalhadores não apareciam nos registos. No entanto, muitos destes trabalhadores trabalhavam, no conjunto dum ano, mais de três meses para uma mesma empresa mas sempre com contratos de menos de três meses, sem duvida de modo a evitar as disposições da Lei aplicáveis aos trabalhadores mais regulares.

Em geral, os perfis de pobreza em Moçambique e vários estudos ao nível micro mostram que as pessoas e famílias sobrevivem de várias maneiras ao longo do ano: produzem da própria *machamba* para auto-consumo ou venda, fazem bebidas tradicionais, recolhem e vendem carvão ou lenha, caçam e pescam, fazem transporte (de passageiros ou mercadoria), compram e vendem produtos nos mercados, isto é, podem realizar uma ampla diversidade de actividades para obter rendimentos monetários ou em espécie. Muitas vezes estas actividades realizam-se por conta de

alguém, que fornece os meios de trabalho, como a terra, a enxada, a areia, o cimento, os produtos para carregar ou vender, etc. Outras vezes estas actividades são realizadas por conta própria. Dado que muitas pessoas fazem diversos tipos de trabalho ao longo do ano, dependendo das oportunidades e da época, este inquérito esteve interessado nesta diversidade de obtenção de fontes de rendimento, mais com concentração nos serviços feitos a outras pessoas por uma contraprestação. E preciso notar que com frequência a distinção entre trabalhos por outrem e por conta própria para muitas das actividades mencionadas (comercio, preparação e venda de bebidas, carvão, etc.) não está sempre clara e os inquiridores tem tendência a errar na interpretação da natureza de muitos destes trabalhos porque as perguntas dos questionários são as vezes pouco concretas e precisas.

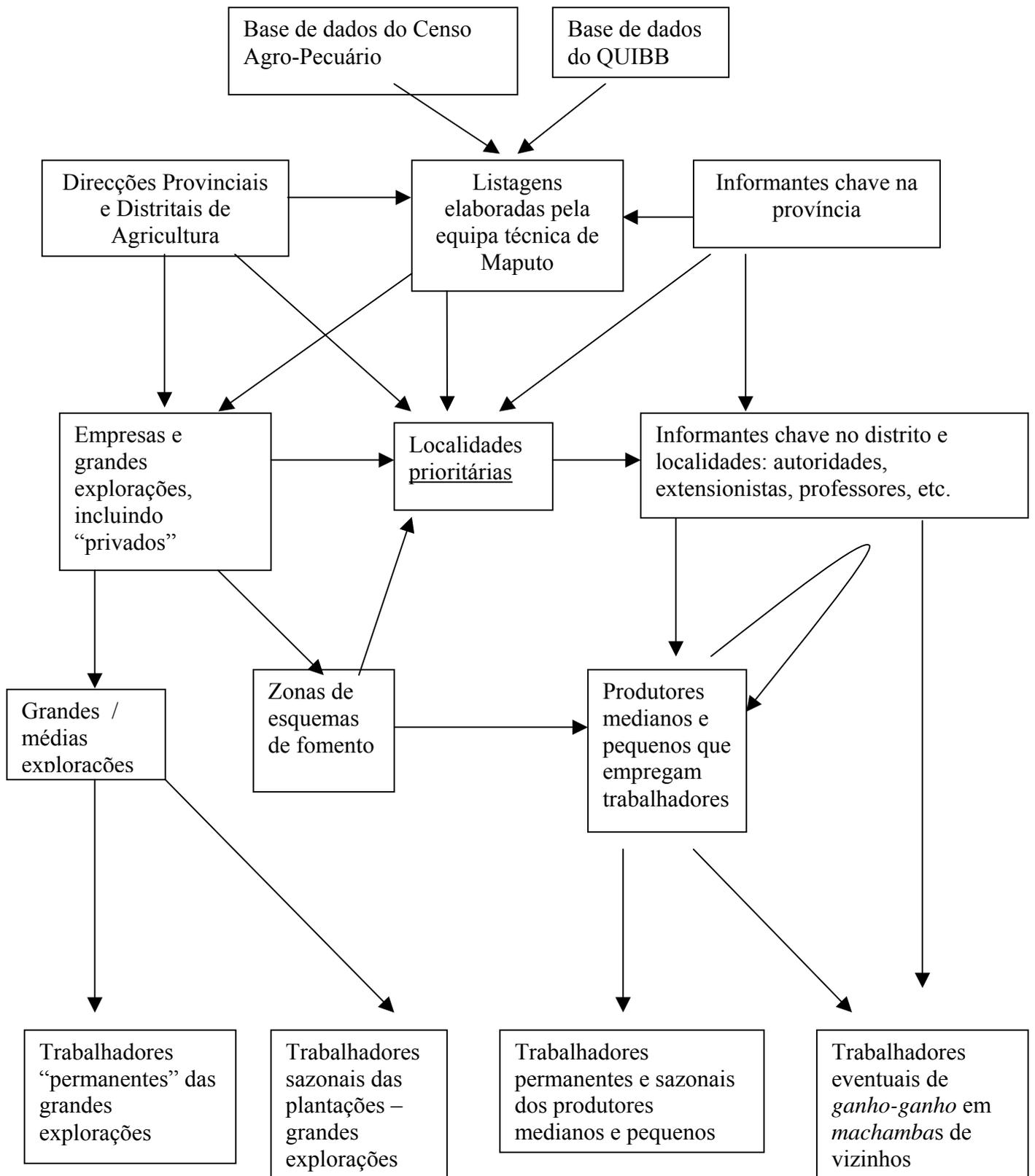
Contudo, neste estudo também estávamos interessados em outras actividades de rendimento por conta própria, para além do trabalho na própria *machamba* e os serviços assalariados. Devido à forte sazonalidade das actividades e ocupações no âmbito rural (incluindo as vilas e sedes distritais), evitamos a utilização de termos como “actividade principal ou secundária” e recolhemos informação sobre todas as actividades, ocupações e empregos as pessoas procuram e encontram para sobreviver.

O nosso grupo alvo foi dividido em duas amostras principais, uma agrícola e outra não agrícola, com características diferentes cada uma:

- ☛ Emprego agrícola: A nossa prioridade estava na identificação de pessoas que trabalham nas *machambas* de outros, como temporários (sazonais e eventuais), em regime de *ganho-ganho*, como contratados sazonais (por três ou seis meses), mais alguns permanentes (trabalhadores a tempo inteiro). Estes trabalhadores normalmente não aparecem nas estatísticas, apenas como camponeses, dado que têm *machamba* própria e é isso que reportam normalmente nos inquéritos nacionais como fonte “actividade principal”, precisamente porque a exercem mais ou menos ao longo de todo o ano. No entanto, no contexto desta pesquisa, nós estamos interessados nos trabalhos de rendimento que fazem fora da *machamba* deles, particularmente nos que trabalham para outras pessoas / empresas por um salário pago em dinheiro ou em espécie (por exemplo com milho, mandioca, sabão, etc.).
- ☛ Emprego não agrícola: existe uma ampla diversidade de empregos não agrícolas, especialmente emprego por um salário ou remuneração monetária. Neste estudo um interesse particular eram as ocupações de *menor* remuneração e status e que não ficam registadas nas estatísticas de trabalho nos locais onde são empregados/as. Alguns exemplos deste grupo alvo incluem:
 - Empregados domésticos e mainatos
 - Serventes de barraca, casas de comida, bar, restaurante e pensões
 - Vendedores no mercado (por conta de outras pessoas/donos de lojas e bancas)
 - Motoristas e cobradores de chapa, transportadores de bicicleta
 - Pedreiros, pessoas que fabricam blocos para outros
 - Mecânicos, electricistas e outros técnicos a trabalharem para outros
 - Carregadores de sacos, *chovas*, e.
 - Gente que fabrica bebidas alcoólicas com a matéria prima de outros

No diagrama a seguir, ilustramos o percurso até o grupo alvo e as várias fontes de informação trianguladas para construir listagens que podiam servir como “marco amostral”, na ausência de marcos amostrais oficiais para este efeito. Com este propósito juntamos informações disponibilizadas pelo INE de inquéritos anteriores, fundamentalmente com o objectivo de identificar empregadores e zonas que serviriam como veículo para chegar às pessoas que pertencem ao nosso grupo alvo.

ESQUEMA DO PERCURSO DA AMOSTRAGEM: COMO IDENTIFICAR OS TRABALHADORES SAZONAIS E EVENTUAIS?



Como procedeu-se até a selecção dos entrevistados para as entrevistas?

Trabalhadores agrícolas

Para a elaboração das listagens de nomes e localidades prioritárias que foram usadas, aplicaram-se as seguintes regras:

1. Da base amostral do Censo Agro-pecuário, foram escolhidas todas as grandes explorações e seleccionadas aquelas com maior número de trabalhadores sazonais, aquelas com maior número de mulheres, e um sub-grupo de aquelas com menos trabalhadores (como grupo de controle). Depois, no campo, verificou-se que os empregadores das listagens de facto estavam operacionais (em muitos casos não foi assim, portanto houve uma necessidade de que actualizar as listagens de maneira significativa).
2. Da base do QUIBB, foram seleccionados os AF que responderam afirmativamente à pergunta de se tinham contratado mão de obra na passada campanha agrícola. Escolhem-se as aldeias onde estas pessoas vivem. Foi difícil verificar a presença destes “empregadores” no terreno, mas não foi difícil encontrar ao grupo alvo de pessoas que faziam *ganho-ganho* para vizinhos nestas localidades.
3. Das informações recolhidas com informantes chave da província e ao nível das Direcções Distritais de Agricultura, elaboramos uma lista de nomes de produtores e as respectivas localidades, assim como de localidades prioritárias para realizar levantamentos de alguns dias.

Para trabalhadores agrícolas de produtores medianos/pequenos e outros ”privados”

Existiam duas hipóteses de trabalho de amostragem, segundo os grupos alvo específicos:

1. As equipas iam às localidades com nomes de produtores importantes / influentes do sector familiar ou “privados” (isto é, excluindo grandes empresas ou plantações), e deviam utilizar as listas fornecidas pela equipa de coordenação da pesquisa com os nomes e localidades;
2. As equipas iam às localidades prioritárias, sem listas de nomes concretos para falar com as autoridades locais e informantes chave para obter uma lista quer de agregados familiares com membros que praticam o *ganho-ganho*, ou trabalham para outras pessoas e de produtores pequenos/medianos que empregavam mão de obra na localidade.

Uma vez conseguidas estas informações procedeu-se aos seguintes passos:

- ☛ A partir destas listas, os chefes de equipa com os inquiridores foram às localidades e zonas prioritárias determinadas pelos nomes que aparecem nas listas. Uma vez chegados lá, os nomes principais foram verificados ao nível da Sede do Posto Administrativo com o pessoal com mais conhecimentos da zona. Foram confirmados quais os maiores empregadores de mão de obra, mais um subgrupo de produtores influentes que empregavam ocasionalmente *ganho-ganho* e outra mão de obra sazonal.

- ☛ Uma vez confirmados nomes e localizações, os chefes de equipa prepararam um programa de visitas por ordem de prioridade definido pela equipa da DNPO/SOAS.
- ☛ Chegadas aos locais, procuraram pelos empregadores ou famílias com trabalhadores e explicaram o alcance e objectivos do estudo explicando que o grupo alvo principal são os trabalhadores sazonais e eventuais e que depois outra equipa iria entrevistar alguns empregadores para informações sobre a exploração agrícola e outros pormenores.
- ☛ Com a devida autorização, as equipas escolheram trabalhadores sazonais e eventuais de acordo com as metas estabelecidas, em termos de proporção de mulheres, de inclusão de pessoas que vêm de outros distritos, e trabalhadores não escolhidos pelos capatazes, assim como um caso ou dois de trabalhadores permanentes ou semi-permanentes.
- ☛ Uma vez decidido o número de trabalhadores a entrevistar nessa exploração (incluindo os vizinhos da zona que fazem *ganho-ganho*), procederam à realização das entrevistas.

Para trabalhadores agrícolas de plantações e grandes empresas

Estes trabalhadores eram normalmente mais fáceis de identificar, dado que as próprias empresas são mais fáceis de encontrar e normalmente têm um número grande de trabalhadores quer permanentes quer temporários. Quando os chefes de equipa tivessem uma lista de empresas prioritárias no programa de trabalho semanal tinham que proceder a organização das deslocações às ditas empresas, tendo em conta que às vezes requeria mais tempo falar com os gerentes e obter uma autorização que com outros produtores. Chegadas à exploração, deviam indicar o número aproximado de trabalhadores que desejavam inquirir, e especificar quantas mulheres, e os níveis de trabalhadores. Deu-se ênfase em ter uma amostra variada em cada exploração, com exemplos de:

- Trabalhadores com menos experiência nessa empresa ou nesse trabalho;
- Outros com muitos anos trabalhados nesse âmbito, ou seja algum “veterano”;
- Mulheres;
- Alguns que fossem visivelmente mais pobres que outros (pelo aspecto da roupa, do físico, etc.);
- Exemplos de trabalhadores que fossem naturais doutros distritos ou províncias, portanto imigrantes nessa zona.

Trabalhadores não agrícolas

Os trabalhadores não agrícolas procurados também eram aqueles que normalmente não aparecem nas estatísticas e que fazem trabalhos de remuneração baixa, quer eventual, ou mensal. Os empregados domésticos, mainatos, pedreiros por conta de outros, transportadores, motoristas de chapa, transportadores de bicicleta, *chovas*, serventes de mesa em restaurantes, barracas e bares, serventes / limpadores nos hotéis e pensões, pessoas que fazem serviços de apanhos mecânicos, de electricidade, etc. para outras pessoas.

Onde foram encontrados? Normalmente nas vilas, povoações dos distritos que foram alvo do inquérito. Ou seja a amostra não agrícola foi encontrada onde existem

algumas das actividades mencionadas no parágrafo anterior. Os inquiridores deviam visitar hotéis, pensões, barracas, etc., locais relevantes onde estes trabalhadores se encontram normalmente.

Estes são alguns dos exemplos de como encontramos os trabalhadores alvos:

- ☛ Visitando um mercado e perguntando em algumas bancas às pessoas que estão a vender se são os donos ou não da mercadoria e da banca. Se não são então estão a vender por conta de outra pessoa → são trabalhadores assalariados do proprietário da banca / mercadoria.
- ☛ Visitavam uma barraca ou restaurante e falavam com os serventes, para assim identificar aqueles que trabalham para o dono do estabelecimento e assegurar que não estão inscritos na folha de salários que vai ao Ministério do Trabalho.
- ☛ Para empregados domésticos: perguntava-se na sede distrital, vila ou localidade visitada sobre pessoas que podiam ter empregados domésticos: 1) pessoal da administração; 2) empregadores da zona; 3) donos de lojas e bares; 4) professores de escola; 5) pessoal da Saúde. Escolhiam um número alvo e pediam autorização para entrevistar aos empregados domésticos e mainatos.
- ☛ No caso dos que trabalham na área de transporte, encontravam-se as pessoas na rua, nas paragens de espera de passageiros e combinavam uma hora para uma entrevista quer com motoristas, cobradores de chapa. Fazia-se o mesmo com os *chovas*, e os que fazem transporte de bicicleta.
- ☛ Construção: aproximavam-se às obras / construções na localidade do inquérito, escolhendo aquelas onde via-se um maior número de trabalhadores. Também foram identificados nas aldeias visitadas aqueles que eram considerados como os “especialistas” nos trabalhos de construção ou de fabricação de blocos e que o faziam com alguma regularidade.

As metas em termos de grupo alvo e estrutura da amostra final

As metas iniciais estão definidas no quadro 17 e reflectiam as aproximações iniciais à amostragem. Uma vez feita a avaliação inicial para a preparação do trabalho de campo e os inquéritos pilotos ficou claro que a proporção devia ser modificada para reflectir a grande importância quantitativa e diversidade dos médios e pequenos empregadores. As grandes explorações não são muitas e existem também aquelas que pela especialização pecuária não empregam muitos trabalhadores. A ideia foi evitar ter um número excessivo de trabalhadores numa mesma exploração. Também, uma regra da amostragem analítica ou propositada é que à medida que a inclusão de novos casos dentro duma categoria (e.g. grandes explorações) praticamente repete a informação já recolhida anteriormente, é preciso parar e procurar outros grupos alvo para evitar um excesso de representação dum grupo relativamente homogéneo. Portanto, a amostra final foi mais concentrada nos subgrupos dos pequenos e médios empregadores (respectivamente 43% e 30% da amostra total), enquanto foram recolhidas informações de mais de 700 trabalhadores empregues em grandes explorações de tipos diferentes, em termos da especialização produtiva, nacionalidade do empregador, indivíduo ou empresa, entre outros (Quadro 18). Destes 700 trabalhadores, mais de 500 trabalham em empresas/plantações nacionais como SODAN, Citrinos de Manica, SDZ (chá), Chá Socone, empresas/plantações com forte presença estrangeira (em termos de investimento e gestão) como a Dimon-

Moçambique ou a Stancom, ou para investidores estrangeiros individuais com grandes explorações comerciais. Este subgrupo da amostra é particularmente importante porque reflecte em parte os efeitos das dinâmicas de investimentos recentes na agricultura e o impacto no emprego, o que pode ter implicações de política económica e de criação de emprego significativas.

3.3 Definição do agregado familiar

A base de muitas políticas e estratégias de desenvolvimento são delineados tendo como base a família, ou agregado familiar. A maioria das estratégias de redução da pobreza têm como unidade de análise e actuação o agregado familiar (AF). A partir destes factos é fácil imaginar que uma definição do conceito do agregado familiar não muito apropriada ao contexto rural pode resultar em que o direccionamento de acções tendo em vista o melhoramento de vida dos agregados familiares seja ineficiente.

Nos inquéritos administrados pelo INE antes deste estudo, os agregados familiares são definidos como sendo aqueles que vivem na mesma casa, isto é, utiliza-se uma definição onde prima a noção da “residência” e a “panela comum”, uma definição que é também a mais frequente no contexto dos países industrializados onde os agregados familiares são nucleares e portanto têm tendência a serem identificados pelo factor residencial.¹³

No entanto, é preciso fazer algumas considerações: primeiro, o indivíduo pode não estar no mesmo recinto que onde se encontra a maior parte dos membros da família. Um estudante pode se deslocar a um outro distrito por inexistência de um certo nível no seu distrito. Desde que este indivíduo receba rendimentos do pai ou da família, este partilha os rendimentos da família. Nas zonas rurais, a migração de um local para o outro a procura de um trabalho sazonal é um facto real e comum. Esta consiste muitas das vezes em um ou mais membros da família se deslocarem às grandes ou médias explorações onde esteja a ocorrer principalmente uma colheita ou sacha. Se um pai de uma família se desloca, ele pode estar ausente num dado momento (o da actividade), mas depois volta e reparte os rendimentos com a família. Um outro aspecto a ser considerado é que um indivíduo pode residir numa habitação, mas a frequência com que come ou dorme numa casa deveria ser considerada na definição do agregado familiar. Indivíduos que fazem contribuições significativas às despesas do AF podem não residir fisicamente no domicílio base do AF, motivo pelo qual faria parte no sentido estrito do AF.

¹³ No questionário utilizado em 2000/2001 claramente especifica-se ao inquiridor “Escreva os nomes das pessoas que normalmente vivem e comem juntas neste agregado começando pelo chefe do agregado”. O relatório do QUIBB 2001 (INE 2001: 6) também define o AF de acordo com a residência “habitual”, isto é que “vivem na mesma casa, comem juntas e compartilham a maior parte das despesas da casa, e é considerado membro “o indivíduo que vive habitualmente no agregado familiar, present ou ausente na altura do inquérito”. Técnicos do INE recentemente declararam aos relatores deste estudo que os membros do agregado familiar foram considerados para além daqueles que vivem na mesma residência os que partilham rendimentos. No entanto, as definições publicadas no INE (2001) e o questionário utilizado referem claramente à uma definição de carácter residencial mais do que económico.

O inquérito adoptou uma definição de agregado familiar que abarca os três aspectos anteriormente mencionados, nomeadamente ao facto do indivíduo receber rendimentos da família, ou contribuir com rendimentos para a família, como elementos principais (ou condições necessárias), e ainda a frequência com que come ou dorme numa certa casa, como elemento informativo secundário (mas condição suficiente). Esta definição, mais económica do que residencial (chamemos clássica) permite estabelecer unidades familiares mais parecidas às unidades económicas, onde o emprego, as receitas e despesas são elementos fulcrais. As contribuições regulares ou ocasionais foram tidas em conta e, mesmo no caso das ocasionais, com a condição de que tiveram alguma regularidade, isto é, excluíram-se casos de contribuições somente pontuais com as quais o AF não conta normalmente. Estes aspectos foram incluídos no inquérito pois a partilha de rendimentos deveria ser considerada importante para a definição de um agregado familiar. Esta definição abrange portanto as relações económicas entre os membros do AF e as relações parentais/ residenciais, de modo a captar diversos tipos de AF.

A consequência desta escolha é que o tamanho médio do AF aumenta, pois membros não residentes mas que contribuem às despesas ou dependem economicamente do AF podem ser incluídos. Neste sentido é preciso ter em conta a diferença de definição quando se façam comparações entre os resultados demográficos deste inquérito e os outros inquéritos relevantes, realizados no mesmo período, como o IAF (ver quadro 20 e secção 5.1 deste relatório).

3.4 As fases do estudo

Uma das maiores preocupações no desenho do estudo foi a escolha dos períodos para realizar o inquérito. Dadas as características do grupo alvo e portanto a forte sazonalidade e mobilidade que o caracterizam, foi feito um trabalho preliminar com o objectivo de identificar os períodos do ano nos quais era mais frequente a contratação de mão de obra sazonal e eventual, de forma a conferir *in situ* as informações recolhidas e identificar o grupo alvo directamente nos lugares ou zonas de trabalho. Para este trabalho consultamos várias fontes em relação aos calendários agrícolas nas zonas específicas da amostra para várias culturas. De facto, a prioridade era a de representar a diversidade das situações em vez de oferecer informação estatisticamente representativa em termos quantitativos.

Como resultado, a pesquisa foi levada a cabo durante aproximadamente um ano. As entrevistas foram levadas a cabo com intenção de encontrar trabalhadores no pico da época de sementeira, sacha, colheita e processamento (como a selecção e empacotamento do tabaco) para as culturas de rendimento e outras culturas alimentares de modo a que fosse mais fácil encontrar os trabalhadores nas explorações ou nas zonas circunvizinhas.

A primeira fase de levantamento de dados no terreno foi implementada de Maio à Junho de 2002, com vista a entrevistar os trabalhadores na primeira colheita das grandes explorações, isto é, dos grandes empregadores, nas principais culturas, sobretudo no algodão, milho, tabaco, chá, entre outros.

Nos meses de Julho e Setembro foram entrevistados trabalhadores do sector de caju em Nampula, e do tabaco e a colheita de citrinos em Manica como complemento da última etapa da primeira fase agrícola. No caso do tabaco, o grupo alvo foram trabalhadores empregados nas pequenas explorações participantes nos esquemas de fomento do tabaco das empresas lá presentes (distritos de Sussundenga e Catandica), na fase de sementeira ao longo do mês de Outubro.

Nos meses de Setembro e Outubro, uma altura relativamente morta da actividade agrícola, foram feitas entrevistas a trabalhadores não agrícolas nas vilas ou localidades dos distritos abrangidos pelo inquérito. Neste caso, o alvo foram os trabalhadores de hotéis, pensões, barracas, mercados, lojas, construção transporte e empregados domésticos. A finalidade era encontrar ligações entre outras actividades *off-farm* com as da agricultura, sob o pressuposto de que em períodos de menor actividade nas *machambas*, alguns trabalhadores temporários procuram outras formas de sustento noutras actividades. Também procurou-se informação sobre trabalhadores que, apesar da sua importância no contexto da África e de Moçambique, não parecem bem representados nas estatísticas oficiais. Um exemplo claro são os empregados domésticos, os *chovas*, as vendedoras (assalariadas) dos mercados ou as pessoas que trabalham no transporte rural em chapa. São estes exemplos de actividades típicas de baixa classe que contribuem significativamente na diversificação do rendimento na economia informal das zonas rurais.

De Dezembro à Janeiro realizou-se a última fase do inquérito quantitativo, completando mais entrevistas de trabalhadores envolvidos na época da *sacha* através de um inquérito em geral aos pequenos empregadores. Simultaneamente os principais pesquisadores entrevistaram os empregadores e os trabalhadores para o registo das histórias de vida.

3.5 Questionários

O estudo quantitativo foi realizado para dois grupos: primeiro, o grupo alvo principal, constituído pelos trabalhadores abrangidos pela amostra (total 2638), agrícolas e não agrícolas; segundo, pela amostra de pequenos e medianos empregadores agrícolas com menos de 10 trabalhadores no pico de procura de mão de obra de cada ano (total 124). Assim, foram utilizados dois questionários para estes dois grupos. O questionário da amostra mais importante, dos trabalhadores era relativamente longo, dado que procurava-se aprofundar sobre vários aspectos da vida dos trabalhadores e os seus agregados. Assim o questionário de trabalhadores continha as seguintes secções:

O questionário principal para os trabalhadores é composto por 5 secções. Na primeira secção principal recolhe-se aspectos demográficos relacionados aos agregados familiares, incluindo informações sobre educação, idade, relação com o inquirido principal, e sobre membros que se beneficiam dos rendimentos da família e os que contribuem com alguma forma de rendimento para o sustento da família, estando ou não a viver na mesma habitação. Nesta secção, já se inicia a abordagem de forma exploratória o tipo de actividades que o indivíduo faz no seu quotidiano o que é aprofundado na secção seguinte. Também esta secção contém duas perguntas sobre o número de filhos nascidos e os filhos ainda vivos. Esta pergunta, se bem não é feita

para estimar a mortalidade infantil, sim oferece informação relevante sobre a mortalidade no seio dum AF, o que, como depois será mostrado tem alguma relação com outros indicadores de pobreza e privação material e humana.

A secção seguinte aborda questões ligadas ao emprego, ocupação e bem estar, colhendo informações sobre despesas, e desempenho das próprias *machambas*. Um elemento essencial do questionário é a matriz de emprego, que constitui a inovação principal para a avaliação mais precisa da participação no mercado de emprego, da multiplicidade de ocupações e da sazonalidade das actividades de rendimento nas zonas rurais. Através desta dupla matriz, são registadas todas as actividades que os indivíduos desenvolveram ao longo do ano; para cada actividade desenvolvida, captou-se o número de meses em que a actividade tinha sido desenvolvido; o número de dias por mês; número de horas por dia; a forma de pagamento; o tipo de empregador e a localização do local de trabalho (em termos gerais, se for no mato, no domicílio do entrevistado, num mercado, na rua, etc.). Ao longo do questionário foram introduzidas várias perguntas abertas para preencher detalhes que depois foram essenciais para corrigir e interpretar as respostas codificadas de uma forma mais precisa e viável, aliás o que foi replicado para os outros questionários. Também o esforço dirigido dos inquiridores de anotar comentários na margem para explicar respostas e contextos o que foi essencial para a limpeza de interpretação de dados quantitativos durante digitação dos mesmos.

Houve um questionário adicional para os pequenos e médios empregadores que possuía 7 secções. Da mesma maneira que no questionário dos trabalhadores, no questionário dos pequenos e médios empregadores recolhe informação demográfica, das características de habitação e sobre a produção agrícola (tamanho da *machamba*, produção e vendas); as questões centrais deste questionário são levantadas através de secções sobre o tipo de equipamento agrícola e insumos utilizados na campanha anterior; descrição dos trabalhadores contratados na campanha anterior em termos de género (homens e mulheres); categoria (permanentes ou sazonais eventuais); formas de pagamento (salário ou em espécie); condições laborais oferecidas pelo empregador (regalias, férias, subsídios, dispensas, adiantamentos, etc.) e informações sobre vendas de excedente.

3.6 Pesquisa qualitativa

A componente qualitativa do estudo teve uma enorme importância tanto para o desenho dos questionários como para o posterior processamento da informação quantitativa e o aprofundamento de alguns aspectos importantes do estudo, nomeadamente:¹⁴

- 1) As dinâmicas de participação das mulheres nos mercados de trabalho rural, com ênfase no contraste entre as experiências das mulheres que somente sobrevivem de *ganho-ganho* eventual para os vizinhos e aquelas que conseguem emprego nas explorações de maior escala e com melhores condições de trabalho;

¹⁴ Sobre as vantagens e desafios de combinações de métodos quantitativos e qualitativos neste tipo de pesquisa há uma literatura extremamente vasta. Veja-se, como exemplo, White (2002).

- 2) As características e histórias de acumulação numa amostra de medianos e grandes empregadores, essencialmente no sector agrícola;
- 3) As diversas formas de *ganho ganho* e as modalidades de pagamento por zonas;
- 4) Algumas características particulares dos agregados que têm membros empregados assalariados, em termos aspectos demográficos e económicos das suas estratégias de sobrevivência;
- 5) As dinâmicas de migração entre zonas rurais, entre distritos e províncias, com ênfase nos processos de mobilidade a longo prazo de famílias afectadas pela guerra e outras calamidades naturais.
- 6) O fenómeno do investimento de fazendeiros zimbabueanos na província de Manica e as repercussões em termos de emprego agrícola e condições de trabalho.

Todos estes elementos fundamentais da natureza da oferta e da procura de emprego nas zonas rurais das províncias abrangidas pelo estudo constituíram objecto de análise na aplicação de um leque de técnicas qualitativas, nomeadamente:

- 1) Entrevistas semi-estruturadas com alguns empregadores, trabalhadores e outros actores (funcionários do Governo ao nível provincial e distrital)
- 2) Entrevistas abertas e conversas informais com diversos informantes. Alguns agricultores, outros funcionários, pessoal de ONG com projectos nas zonas do inquérito, comerciantes e empregadores agrícolas.
- 3) Histórias de vida de trabalhadores, fundamentalmente de mulheres, e também de alguns empregadores instalados nas suas explorações desde há tempo.

Histórias de vida

A finalidade foi a de entender as histórias de vida dos trabalhadores no contexto do estudo e os resultados preliminares do mesmo; a selecção destes trabalhadores foi feita de acordo com as informações dos questionários aos trabalhadores. Para o efeito, foram escolhidos dois tipos de trabalhadores, nomeadamente aqueles cuja participação em trabalho temporário e esquemas de *ganho-ganho* apontava para uma situação de sucesso e por outro lado os trabalhadores que apesar de já estarem a algum tempo nestes esquemas de trabalho informal demonstraram nenhum sucesso na vida; neste processo, o aspecto género foi tomado em consideração, fundamentalmente através da procura de mulheres que dirigem famílias tendo muitos filhos por alimentar, vestir, educar e cuidar de sua saúde.¹⁵ As entrevistas eram abertas, procurando sobretudo explorar o percurso dos entrevistados em trabalho sazonal e *ganho-ganho*, com enfoque nos maiores sucessos e maiores insucessos até ao estágio actual.

Lições da combinação de técnicas quantitativas e qualitativas

Uma lição muito importante dos vários instrumentos de pesquisa qualitativa e também da inclusão de perguntas abertas nos questionários foi o problema que supõe realizar estudos de grande escala no âmbito rural sobre questões de emprego, actividades,

¹⁵ Para mais detalhes sobre a metodologia utilizada e os resultados ver Sender et al. (2006).

pobreza e outras dinâmicas sociais.¹⁶ Embora muitos esforços possam ser dirigidos a preparar questionários detalhados, cuidadosos, com numerosos filtros e “cross-checks”, os resultados somente oferecem uma foto superficial da realidade e com erros de medida não descuráveis. A pesquisa qualitativa e as perguntas abertas permitiram não só entender alguns fenómenos de maneiras diferentes, mas deram textura aos resultados do inquérito quantitativo e permitiram corrigir muitos erros de medida, apreciação e interpretação derivados da interacção entre inquiridores e respondentes. Chama a atenção que isto acontecesse apesar dos detalhes e especificidades do questionário, que raramente encontramos em outros inquéritos nacionais, e apesar também da formação muito intensiva e específica assim como da selecção cuidadosa dos inquiridores para tratar das questões de emprego rural. Portanto, este inquérito serve também como uma chamada de atenção a tratar com muita cautela e suspeita os resultados estatísticos de inquéritos nacionais baseados em questionários fechados e menos detalhados que o nosso em relação às dinâmicas de ocupação e pobreza nas zonas rurais moçambicanas. Obviamente, esta reflexão serve para outros contextos onde a recolha destas informações apresenta também muitos desafios.

3.7 Formação das equipas de campo

A formação foi um elemento essencial da pesquisa e contribuiu na obtenção de uma qualidade da informação recolhida provavelmente bem por acima da média. Apesar da escala do inquérito (mais de 2600 trabalhadores), o processo de selecção e formação de inquiridores foi cuidadoso e intensivo.

A formação consistiu no seguinte:

1. Começou com um treino intensivo e discussões na Universidade de Londres sobre as questões conceptuais e estatísticas essenciais nos estudos de mercados rurais de trabalho, envolvendo membros da equipa técnica e de coordenação da DNPO (Claudio Massingarella, Virgulino Nhate e Araújo Martinho). Datas: Janeiro 2002. A ideia do treino era a de formar formadores e de ter técnicos da DNPO especificamente preparados para a organização de inquéritos em geral e para tudo relacionado com este tipo de inquéritos.
2. Entre Fevereiro e Março procedeu-se à uma cuidadosa selecção de candidatos para o inquérito tendo em conta os seguintes parâmetros:
 - a. Um equilíbrio entre três grupos: 1) candidatos com muita experiência no INE (IAF e Censo); 2) candidatos com experiência diferente em micro-inquéritos socio-económicos (de doadores e ONGs); 3) candidatos sem experiência específica nos inquéritos mas com excelentes habilidades e aptidões.
 - b. Formação anterior: ensino secundário mínimo (10ª classe).
 - c. Uso fluente das línguas locais para os locais do inquérito
 - d. Idade e género → equilíbrio
3. Entre finais de Março e Abril procedeu-se às sessões de formação e selecção final: em cada província tiveram lugar sessões intensivas durante uma semana, com ênfase em:

¹⁶ Ver sobre este aspecto Sender (2002), Sender et al. (2006) e White (2002).

- a. Objectivos deste inquérito, o que é diferente dos outros
 - b. Questões conceptuais sobre trabalho assalariado e por conta própria, exemplos, distinções
 - c. Técnicas para o preenchimento dos questionários
 - d. Técnicas de entrevista
 - e. Maus hábitos a corrigir
 - f. Habilidades linguísticas, especialmente em termos de conhecimento do vocabulário relevante nas zonas rurais e o uso de diversas modalidades das mesmas línguas locais.
4. Nestas sessões participaram todos os membros da equipa da DNPO e o coordenador principal. Durante a formação foram realizadas diferentes provas para testar as habilidades e defeitos dos candidatos e foram dados conselhos para corrigir erros comuns. Depois da formação, os candidatos foram testados pelos técnicos da DNPO e o coordenador em simulações para finalmente serem testados no campo com inquéritos piloto.
5. A selecção final foi feita assegurando que:
- a. Os melhores tecnicamente eram escolhidos
 - b. O carácter dos inquiridos foi muito importante, assim como a capacidade de liderança e de rigor, elementos utilizados para a selecção dos chefes de equipa.
 - c. Houvesse um equilíbrio entre diversos tipos de candidatos de acordo com ponto 2º acima
 - d. Combinação de mulheres e homens, tentando assegurar a presença de uma mulher em cada equipa, uma vez os requisitos técnicos mínimos fossem respeitados
 - e. A equipa da DNPO debateu sobre as melhores combinações de candidatos em termos de equipas de terreno, tendo em conta possíveis complementaridades e dinâmica de grupos entre os candidatos.

Tendo em conta todos esses factores, uma selecção de candidatos foi feita e propostas de equipas de terreno apresentadas à Direcção da DNPO. Também manteve-se uma relação de possíveis substitutos. De facto esta relação foi útil, porque até três dos 24 seleccionados foram eventualmente substituídos pelos “reservas” por diversas causas relacionadas com um desempenho abaixo do exigido no campo. Neste sentido, a supervisão da equipa técnica de Maputo foi frequente e intensiva, de modo que nos dois primeiros meses os membros da equipa da DNPO passaram missões relativamente longas com as equipas de inquiridores para corrigir erros e maus hábitos desde o início.

Cada uma das equipas provinciais contava com três inquiridores e um supervisor (chefe de equipa). A selecção dos supervisores/chefes de equipa foi também muito cuidadosa. Os supervisores foram também sujeitos a supervisão intensiva por parte da equipa da DNPO, o que, para além de numerosas correcções e clarificações ao longo da pesquisa também levou a substituição de um dos supervisores.

Portanto, para além da selecção rigorosa e a formação intensiva após a selecção de candidatos a supervisão intensiva também assegurou que a formação *on-the-job* continuasse até minimizar e corrigir todos os possíveis erros do preenchimento dos questionários, das inconsistências e da amostragem.

Todas estas providências sem dúvida tiveram efeitos positivos na qualidade dos dados recolhidos, na fiabilidade das respostas e na honestidade dos participantes. Deste modo, temos confiança que o tão preocupante erro não amostral, ou erro de medida na recolha foi reduzido pelo menos em relação a outros inquéritos mais convencionais e que são feitos em tempo mais reduzido, com um maior número de inquiridores e inquiridos e com visitas mais curtas a cada agregado familiar.

A outra particularidade é que os pesquisadores e utentes finais dos dados do inquérito estiveram intensivamente envolvidos na recolha da informação, quer supervisionando os trabalhos do inquérito quantitativo quer implementando todas as técnicas de pesquisa qualitativa, o que deu à equipe de pesquisa uma ideia muito mais clara da realidade que estava a estudar, dos constrangimentos e limitações dos inquéritos quantitativos de grande escala e das dinâmicas de emprego actualmente existentes nas zonas rurais. Sem dúvida, a qualidade da informação quantitativa recolhida foi afectada positivamente pelo envolvimento muito directo dos utentes finais destes dados nas diversas fases do inquérito e sobretudo no trabalho de campo.

4. Contexto: comparações com outros inquéritos

Como temos já dito, este inquérito não pretendia ser estatisticamente representativo das zonas abrangidas, pois o objectivo era o de mostrar a diversidade de situações vividas por pessoas e famílias que participam em distintos segmentos do mercado de trabalho rural e, portanto, não foi baseada numa amostragem aleatória. No entanto, é interessante fazer comparações com os resultados de outros inquéritos estatisticamente representativos de modo a obter uma ideia das características específicas da nossa amostra em relação à como a população das províncias estudadas é representada pelos inquéritos nacionais.

Estabelecer comparações entre inquéritos é uma tarefa problemática. Primeiro, a comparação entre inquéritos realizados em períodos diversos e com finalidades diferentes pode não ser muito útil, na medida em que as coisas mudam e as mudanças podem não ser bem registadas comparando inquéritos de natureza diferente. Assim, comparar as características das famílias deste inquérito com as do IAF 96 ou do QUIBB 2000 pode dar resultados enganosos. Desde 1996 e 2000 têm havido mudanças importantes em muitos indicadores de bem estar, como temos visto nos quadros importados da última Avaliação Nacional da Pobreza 2004. Assim, as características dos AF do inquérito de MRT podem reflectir ao mesmo tempo as mudanças ocorridas e as diferenças entre as amostras dos inquéritos. Não é possível decompor estas duas componentes das diferenças.

No entanto, a vantagem do IAF02 é que foi realizado quase ao mesmo tempo do IMRT 2002. Embora as zonas especificamente abrangidas em cada província não fossem as mesmas, tendo em conta que o IAF 2002 é representativo ao nível provincial rural, faz sentido comparar aos AF do IMRT 2002 com os do IAF02 para as três províncias escolhidas.

Segundo, o que não é possível conhecer são as diferenças devidas aos erros não amostrais. A nossa hipótese é que a qualidade dos dados do IMRT, pela forma em que

a pesquisa foi levada a cabo, pode ser muito boa em comparação a um grande inquérito nacional como o IAF, mas não é possível demonstrar isto quantitativamente.

Para estabelecer comparações é preciso também chegar a um suficiente nível de desagregação para comparar grupos comparáveis. Assim, as comparações serão feitas somente para as províncias abrangidas, nas zonas rurais e tendo em conta a estratificação da população em termos de bem estar, para o que utilizamos os dados do IAF02 desagregados sempre por quintis de consumo per capita. Os agregados do nosso inquérito estão desagregados em três grupos de bem estar a partir dum *índice de posse de bens*. É preciso lembrar que no inquérito MRT02 não foram recolhidos dados de consumo, mas sim foram recolhidos vários indicadores de pobreza para elaborar índices de posse de bens e outros. As perguntas formuladas para estes indicadores foram as mesmas das realizadas no IAF02 de modo a facilitar estas comparações. As perguntas concernem as características da habitação do AF, as fontes de água e energia, alguns bens de consumo relevantes para as zonas do inquérito, posse de animais de criação ou domésticos, frequência e composição das refeições, ordem de magnitude das *machambas* cultivadas, produção agrícola máxima atingida nos últimos anos, entre outros indicadores de pobreza. Para realizar uma primeira classificação dos AF em relação ao bem-estar procurou-se elaborar um índice muito simplificado e de muito fácil manejo e interpretação, que conseguisse diferenciar a amostra em categorias relevantes. O processo foi iterativo e teve em conta dois aspectos: primeiro, que os bens escolhidos conseguissem diferenciar a amostra, isto é, que houvesse uma proporção suficiente de AF a possuírem o bem, de modo que os bens que ninguém ou quase todos os AFs possuíam ficariam fora da lista de seleccionados; segundo, que os índices possíveis estivessem suficientemente correlacionados com outros índices de privação, concernentes à educação (grau completado e anos de escolaridade) e à frequência e composição das refeições.

Assim, depois da testagem de alguns índices potenciais, foi escolhido um grupo de bens/características que é indicado no quadro 4. São 6 bens/características que ajudam a diferenciar a amostra obtida no inquérito e que cuja combinação (a soma dos indicadores) dava como resultado um valor que seria um *proxy* de riqueza/bem estar material. Um por um cada bem/característica incluído neste índice simplificado permite diferenciar bem em dois subgrupos relevantes da população de trabalhadores (quadro 4). O índice resultante se distribui da forma ilustrada no gráfico 1. Na medida em que este índice é utilizado como instrumento para classificar os AF em intervalos qualitativamente diferentes, três classes são formadas, mais ou menos representando os tercios derivados do índice de posse de bens aqui apresentado. O Quadro 5 apresenta as estatísticas descritivas do índice para as três classes de posse (I, II e III) onde as diferenças entre elas são claras. Em fases posteriores da análise e para outros fins utilizar-se-ão índices mais complexos que incluam mais bens, mas para os objectivos deste relatório e das comparações com outros inquéritos optamos pela simplicidade e maior clareza deste índice. Apesar da sua simplicidade este índice permite diferenciar no seio da amostra escolhida e parece bem consistente com muitos outros indicadores de bem estar como aparece na série de quadros 8-12 e 16. Em consequência, a classificação dos AF nas três classes propostas permite estabelecer também diferenças significativas em termos de posse de animais (quadro 10), várias condições de habitação e saneamento (quadro 9), níveis de despesas monetárias declaradas (quadro 11), educação (quadro 12), taxas de mortalidade infantil, tamanho da *machamba* e número de refeições diárias (quadro 16).

Vejamos o caso dos indicadores de educação que são normalmente mais fiáveis. No Quadro 12 apresentamos dados de escolaridade para as três províncias e os grupos de posse de bens (do 1 mais pobre ao 3 menos pobre). Nota-se nesses resultados a forte privação educacional que caracteriza o conjunto da amostra, com diferenças entre províncias, sendo Nampula onde as pessoas apresentam maiores défices educacionais. Em Nampula 80% dos indivíduos maiores de 15 anos não completaram nenhum grau escolar, enquanto que em Zambézia a percentagem é de 78% e em Manica de 69%. O que destaca nos dados apresentados é também a forte heterogeneidade dentro das sub-amostras provinciais, de acordo com os grupos de posse de bens (I, II e III). As diferenças são mais marcadas em Manica onde um 51% de pessoas do grupo etário maior de 15 anos nunca frequentou a escola à diferença dos menos pobres (grupo 2) em que apenas 22% nunca tinham ido à escola. Zambézia também apresenta desigualdades notáveis na amostra das famílias dos trabalhadores pois nos agregados familiares mais pobres uns 85% não completaram nenhum grau à diferença de 63% nos menos pobres. Apesar destas diferenças, em Nampula, por exemplo, mesmo aqueles que vivem nos AFs menos pobres somente 30% completaram EP1 ou graus superiores. O grupo com melhor desempenho é o dos menos pobres em Manica, havendo 40% completado EP1 ou mais. Outra conclusão importante desta análise é que o índice de posse de bens escolhido está fortemente associado ao grau de privação educacional, tendo em conta que tratamos de AFS rurais relativamente pobres, pelo que funciona como um indicador de pobreza muito útil. Este indicador de pobreza/riqueza permite-nos estabelecer diferenças significativas dentro da nossa amostra e estudar o grau de heterogeneidade deste grupo de trabalhadores assalariados rurais e as famílias deles.

Se comparamos estes dados com os obtidos no IAF02, observa-se que no global não existem grandes diferenças entre as amostras, as médias totais sendo quase idênticas para as variáveis principais (quadro 13). No entanto, por províncias parece que a nossa amostra de Zambézia é mais educada, mas menos educada no caso de Manica, se olharmos para as médias gerais por províncias (aqueles que não completaram nenhum grau e aqueles que completaram EP1). No caso de Nampula os resultados são muito semelhantes. A outra constatação é que a nossa amostra é mais heterogênea, ou que o nosso índice de posse bens permite diferenciar muito mais claramente os indivíduos em termos de privação educacional, do que os quintis de consumo no caso do IAF. De facto, somente em Nampula, os indivíduos apresentam níveis educativos muito diferentes por quintis. No caso da amostra IAF para os indivíduos de mais de 15 anos em Zambézia e Manica, não parece haver uma relação entre consumo per capita e nível educativo, pelo menos entre os primeiros quatro quintis. Estes resultados são de alguma maneira anómalos por dois motivos. Primeiro, os perfis de pobreza normalmente mostram uma clara relação entre pobreza e educação.

Se olharmos para a amostra do IMRT temos certeza que o grupo de posse de bens mais pobre inclui indivíduos de agregados familiares muito pobres, como foi indicado nos locais de trabalho, particularmente os indivíduos que dependem do *ganho-ganho* para sobreviver. Os níveis de educação do grupo de posse 1 são piores que os quintis mais pobres do IAF no caso de Zambézia e Manica. No entanto, o nível educativo reportado é semelhante ao dos primeiros 3 e inclusivamente 4 quintis em alguns casos.

A outra constatação que levanta dúvidas em relação aos dados do IAF é a aparente inconsistência entre os dados de educação e os quintis de consumo per capita. Normalmente espera-se que os indivíduos dos AFs dos quintis mais pobres tenham consistentemente um nível de educação menor (em termos de último grau de escolaridade completado). Porém, no caso da Zambézia esta expectativa não se cumpre se olharmos para os valores de não frequência da escola e de nenhum grau completado para os primeiros 4 quintis. É possível que a informação sobre educação não tenha sido recolhida da melhor maneira e que essas diferenças sejam devidas a erros de medição. Também é possível que a variável consumo não distingue suficientemente entre grupos diferenciados em termos de educação. Isto rende as comparações entre os dois inquéritos não completamente fiáveis, sobretudo se a classificação por quintis de despesa não ajuda a diferenciar em termos de privação educacional.

Outras comparações podem ser feitas em relação à posse de alguns bens e a dois indicadores de nutrição que diferenciam entre grupos das amostras quer nossa quer do IAF02 (quadros 14 e 15). Dos quadros de comparações pode-se inferir que a amostra do IMRT02 é relativamente mais pobre que a do IAF02 quer em média quer em relação aos subgrupos mais pobres (quartil I do IAF e grupo de posse 1 do IMRT). Existem algumas excepções em que a amostra do IAF parece conter AFs mais pobres, como é o caso da posse de bicicletas e rádios na Zambézia (global e por quintis pobres), posse de relógios nas amostrais totais (indicando maior diferenciação dentro da amostra do IMRT), e, ligeiramente, na posse de rádios pelos subgrupos mais pobres. Em todos os casos, os indicadores de nutrição são mais desfavoráveis para a amostra do IMRT. Mais concretamente o quadro que compara o quartil I do IAF com o grupo de posse mais pobre do IMRT indica que a nossa amostra de Nampula e Manica é claramente mais pobre, enquanto a amostra IMRT de Zambézia é mais pobre em termos de nutrição mas tem melhores indicadores de posse de bicicletas e rádios.

Em conclusão, das simples comparações anteriores, pode-se dizer que a amostra do IMRT é, no geral, ligeiramente mais pobre que a do IAF nos casos de Nampula e Manica, enquanto a comparação global para Zambézia é ambígua, embora há indicadores de maior pobreza na amostra do IAF no conjunto da amostra. Segundo, as comparações mais específicas entre os subgrupos mais pobres tende a confirmar que no IMRT identificamos um grupo que podemos denominar de *ultra-pobre* (o grupo de posse de bens 1), na medida que a maioria dos indicadores comparativos (educação, bens duráveis e nutrição) indicam que o nível de bem estar deste subgrupo fica ainda por debaixo do quartil mais pobre do IAF, em quase todos os casos, claramente para Nampula e Manica e para alguns indicadores (educação, nutrição e posse de relógio) no caso da Zambézia. Finalmente outra diferença radica na maior heterogeneidade da nossa amostra se comparamos a maneira como o consumo per capita (IAF) e o índice de posse de bens (IMRT) conseguem diferenciar a população por grupos de mais a menos pobre. Neste sentido o índice de posse de bens que utilizamos apresenta-se mais correlacionado com várias dimensões de bem estar. Assim, o grupo de posse 3, menos pobre, pode coincidir em alguns aspectos com quintis de consumo III-V, segundo o indicador comparativo. Esta constatação é importante porque, para além de estarmos confiantes de ter identificado um grupo de assalariados extremamente vulnerável, também temos atingido um grupo alvo de trabalhadores que tem conseguido algum sucesso no combate à pobreza, trabalhadores com indicadores de

bem estar que estão à altura da população menos pobre nas zonas rurais das províncias seleccionadas. As diferenças em termos de empregos, as condições de trabalho, os rendimentos e a educação serão objecto de análise nas próximas secções.

5. Resultados Principais do Estudo

Esta secção do relatório apresenta os resultados gerais do estudo. As principais comparações são baseadas no índice de bem estar gerado e discutido nas secções anteriores bem como na categoria/qualidade dos trabalhos realizados.

5.1 Características demográficas da amostra: peculiaridades

A primeira variável de interesse é o tamanho do agregado familiar (AF). Devido à definição usada neste estudo, que enfatiza o papel das contribuições ao AF independentemente do local de residência, o tamanho médio do AF na amostra de trabalhadores é geralmente superior ao encontrado nos inquéritos do IAF para as mesmas províncias. De facto, encontra-se mais 2519 indivíduos no total da amostra dos AF dos trabalhadores em comparação com o número de indivíduos se fosse utilizada uma definição residencial convencional do AF. Depois de observadas as características destes indivíduos que não residem ou somente esporadicamente ficam no domicílio familiar, apurou-se que o número de indivíduos por sexo é mais ou menos igual (M-F: 46-53%); quase 50% está em regime de coabitação com o RP, 10% são RP¹⁷ e por idade concentra-se mais nos adultos de 30-39 anos (20%) e a maioria (60%) tem entre 15 e 39 anos, portanto é um subgrupo das idades de maior actividade económica. De facto, a maior parte destes indivíduos (75%) faz contribuições para o bem estar do AF, mas de maneira irregular (49%); cerca de 21% destas pessoas tem feito trabalhos assalariados com carácter mais regular ou 31% que tem feito biscatos ou trabalhos casuais para contribuir na renda da família.

O quadro 21, apresenta o estado civil dos respondentes principais; como se pode ver, 64 por cento dos respondentes são casados ou vivem em coabitação, 20 por cento são divorciados/separados/viúvos e 15 por cento são solteiros; de toda a amostra dos respondentes principais, constata-se que entre os que são casados/coabitando e solteiros, maior parte são homens, enquanto entre os respondentes viúvos, separados e divorciados, a maior parte são mulheres. Relacionado com isto, uma característica saliente na amostra deste estudo verifica-se através da elevada proporção de mulheres separadas, divorciadas ou viúvas (SDV) sem parceiro homem no AF. Como se pode ver no quadro 21, de facto cerca de 40% das trabalhadoras deste estudo estão nesta condição, o que constitui 18.3% da amostra total de trabalhadores.¹⁸ O Quadro 22 também mostra que existe um subgrupo de AF que pode ser denominado como sendo “dominados por mulheres” em que não tem presença dum homem de 15 anos ou mais (8 por cento), em que não há homem de mais de 25 anos e pelo menos uma das mulheres é SDV (14 por cento), para além dos AF onde as trabalhadoras RP são mulheres SDV (18 por cento). Estas últimas são 480 mulheres e os respectivos AFs com características particulares, muitas das quais encontram-se entre as mais pobres e vulneráveis que encontramos no estudo e que mereceram uma análise especial através

¹⁷ Esta constatação é consistente com o facto que a maioria dos RP foram identificados e entrevistados nos locais de trabalho, portanto alguns deles podem ser membros “económicos” mas não “residenciais” dum AF (moram no local de emprego ou perto e só voltam à residência do AF esporadicamente.

¹⁸ Resultados empíricos comparáveis sobre a incidência deste tipo de AF entre as mulheres assalariadas rurais foram apresentados em Vijfhuizen e tal. (2003) para a província de Nampula.

de histórias de vida. Por um lado, estas mulheres são mais propensas à trabalhar para outrem de modo a sobreviver, porque uma das barreiras típicas ao trabalho assalariado da mulher nas zonas rurais (a proibição por parte dos maridos/parceiros homens) desaparece com a separação ou a morte do parceiro. Este facto foi sistematicamente assinalado pelas mulheres entrevistadas e pelos próprios empregadores perante a pergunta de por quê não eram contratadas mais mulheres em determinados trabalhos. Assim, a pesquisa qualitativa também evidenciou a existência de forte discriminação das mulheres disponíveis para o trabalho assalariado porque os intermediários entre empregadores e habitantes das aldeias normalmente privilegiam aos homens. Portanto, de acordo com as entrevistas com mulheres SDV e alguns empregadores, as primeiras têm frequentemente que se sustentar com trabalhos casuais mais precários onde não existe tanta concorrência com outros homens. Num relatório separado as histórias de vida com detalhes sobre estes processos e aspectos da discriminação por género dentro do mercado rural de trabalho serão apresentadas assim como um filme sobre o contraste de duas histórias de vida de mulheres SDV com caminhos muito contrastados.

Tanto os trabalhadores assim como o total dos indivíduos da amostra concentra-se na faixa etária dos 15 aos 59 anos de idade, o que é típico de sociedades jovens como é a de Moçambique (Gráfico 4); o gráfico 5 que está mais desagregado, mostra que este grupo activo de trabalhadores concentra-se mais entre 30 e 39 anos de idade. O rácio de crianças no agregado familiar é um indicador do nível de dependência nos agregados familiares e frequentemente associado à maiores níveis de pobreza dos AF; como se pode constatar através do quadro 23, o rácio entre o número de crianças e adultos é maior nos agregados cujo RP é do sexo feminino comparativamente aos agregados onde RP é homem; a situação agrava-se ainda mais quando se trata das famílias onde a RP é uma mulher SDV. A elevada existência de crianças e dependência nas famílias pode trazer consigo implicações na alocação de recursos para o seu sustento; para o caso das famílias dominadas por mulheres no geral (isto é onde a presença de homens adultos é limitada ou mesmo inexistente) e mulheres divorciadas em particular, estas implicações ganham relevo, uma vez que estas são normalmente as famílias desfavorecidas em termos de bem estar; apesar de muitas análises indicarem que as famílias dominadas pelas mulheres tem mais propensão a darem o melhor cuidado às crianças, é preciso recordar que a literatura empírica também mostra que são especialmente vulneráveis por terem muitas crianças, dependerem de remessas, e terem menores níveis de educação (Simler et al. 2004).

Outro resultado de interesse de realçar é que uma vez que o índice de posse de bens usado neste estudo não se baseia no consumo per capita (como no IAF) em relação ao tamanho do AF não se verifica nenhuma relação estatística clara entre tamanho do AF e estado de pobreza (Quadro 20).¹⁹ Inclusivamente no caso de Manica, os AFs na classe de posse *menos* pobre têm tamanhos maiores (30% superior) quando comparados aos AF da classe *mais* pobre. Este resultado explica-se também pelo facto de existirem AFs muito pequenos (de 1-2 ou 3-4 membros) que se concentram no

¹⁹ Sobre a controvérsia em relação à correlação entre pobreza e tamanho do AF ver White (2002) e Lanjow (1995). O pressuposto sobre a existência ou não de economias de escala no consumo e posse de bens num AF é crucial na natureza desta relação. Neste estudo o índice de posse de bens implicitamente pressupõe economias de escala enquanto em estudos baseados no consumo per capita (como o IAF) pressupõe-se que não existem economias de escala, daí a frequente correlação negativa entre tamanho do AF e níveis de bem estar baseados no consumo per capita

grupo de posse de bens mais pobre. Note-se que em Manica muitos dos AF mais pobres são aqueles dominados por mulheres que precisamente caracterizam-se pela ausência ou presença muito reduzida de homens adultos e activos e portanto por tamanhos do AF abaixo da média. Para os outros indicadores o índice de posse de bens é um preditor fiável e robusto de outro tipo de privações (educação, saúde, etc.). Isto pode indicar que a correlação que normalmente se encontra nos estudos baseados no consumo per capita como medida de bem estar, pode estar enviesada pelo próprio cálculo duma variável do nível do AF para o nível individual.

Dada a definição “económica” do AF, um aspecto importante das características demográficas das famílias dos trabalhadores alvo deste estudo é o padrão residencial, as origens e a presença e natureza de membros não residentes. Em relação ao padrão residencial, 15 por cento de todos os indivíduos listados neste inquérito (16500) são residentes esporádicos ou não residentes. Se consideramos somente os indivíduos de mais de 15 anos a percentagem aumenta significativamente e fica perto do 25 por cento, ou seja um quarto dos indivíduos de 15 ou mais anos não teria sido listado com uma definição convencional do AF. É interessante notar algumas características dos indivíduos que ficariam fora da definição residencial do AF (que moram às vezes ou nunca no domicílio do AF):

- normalmente contribuem as despesas do AF (75 por cento);
- muitos são filhos/as ou irmãos/ãs do respondente principal, e 10 por cento são de facto trabalhadores RP;
- quase 30% deles têm participado no mercado de trabalho eventual e 20% em empregos assalariados com maior regularidade;
- uma minoria são crianças (13%) e a maior parte (quase 50%) são adultos, particularmente da idade mais activa 25-49 anos;

Em relação aos processos migratórios de longo prazo as respostas ao questionário sugerem que do total dos indivíduos incluídos na listagem de membros dos AFs, quase 17% provêm de lugares diferentes do lugar actual de residência. Os motivos da deslocação/migração variam mas no total 3149 indivíduos migraram acompanhando as famílias (41%), a procura de trabalho eles próprios (19%), por causa da guerra (5%), para casamento (8%) e outros motivos (25%). Contando somente os Respondentes principais (RP) – neste caso os trabalhadores do estudo – 28% (734 casos) têm migrado ao lugar de residência de outra localidade, e 22% vêm já doutros distritos, províncias e países (Quadro 24). Neste caso, os motivos variam mais, entre a procura de trabalho (40%), o casamento (13%) que afecta mais as mulheres da amostra, a guerra ou cheias (7%), acompanhamento da família (20%) como motivos principais. Portanto da amostra de 2628 de casos validados 367 trabalhadores têm migrado dentro do país à procura de emprego

Todavia, o questionário não constitui a melhor metodologia para captar processos migratórios, pois estes são complexos e precisam de entrevistas mais aprofundadas e abertas. As histórias de vida dos trabalhadores indicaram na grande maioria dos casos a importância das migrações em diversas etapas das vidas dos trabalhadores sobretudo no contexto moçambicano onde as deslocações também foram um resultado derivado da situação de conflito armado (ver exemplos na caixa 1 em baixo). Em alguns casos, os RP no momento das entrevistas tinham voltado aos lugares de origem depois de anos de deslocações, quer dentro do país, quer ao estrangeiro. Portanto uma parte, que

não é possível quantificar com precisão dos indivíduos que declararam ser originários do lugar onde actualmente residem de facto têm experimentado sucessivos processos migratórios.

Caixa 1 - Migração e trabalho; três exemplos das histórias de vida de mulheres SDV

Durante o exercício de recolha das histórias de vida, algumas delas providenciaram narrativas interessantes que envolveram migração em busca de melhores empregos. A Maninha, uma senhora que as vezes faz trabalhos eventuais em Manica, viu-se obrigada a migrar para o actual local onde vive porque uma vez que perdera os seus primeiros três filhos quando ainda residia em Tete, uma outra província. Depois da mudança, o marido dela morreu deixando a Maninha com dois filhos. Não havia dinheiro suficiente para estas duas crianças completarem o ensino primário e por outro lado o filho dela não poderia trabalhar porque era deficiente. Um dos dois maridos que teve a Maninha não permitia que ela procurasse fazer *ganho-ganho* (trabalho eventual/sazonal) a menos que estivesse acompanhada por ele. Mas após a morte dele e com a pressão de manter os filhos vivos, Maninha começou a fazer *ganho-ganho* para os vizinhos e nas aldeias da zona, às vezes tendo que recorrer muitos quilómetros.

Uma outra senhora, a Amália quando jovem foi forçada a abandonar os seus pais em Dombe. Antes quando Amália vivia em Dombe, um distrito de Manica, ela casou-se por duas vezes mas em ambas as vezes os maridos abandonaram-na e quando ela voltou a casa dos seus pais ela ficou sujeita à um intolerável abuso; este foi também um motivo decisivo para que ela migrasse. Apesar de que o seu pai era relativamente um homem de bom status, a Amália não chegou a estudar pois pouco tempo depois a eclosão da guerra não a permitiu. Ela viajou depois a Chimoio, capital de Manica, num percurso de cerca de 100 quilómetros onde, depois de alguns meses infrutuosos de procura de empregos no serviço doméstico, conseguiu um emprego assalariado numa larga plantação de tabaco. Depois de alguns anos de trabalho na recolha do tabaco e outras operações agrícolas, foi transferida à uma unidade de selecção onde precisam de mão de obra mais experiente. Até hoje Amália vive sozinha e isolada numa pequena palhota perto da plantação.

Chinasse hoje trabalha na unidade de selecção e empacotamento de rosas dum estabelecimento em Manica especializado na exportação de rosas à Europa. Chinasse começou neste emprego como simples mão de obra agrícola, no corte das flores e na sacha. Os empregadores rapidamente se aperceberam da destreza dela e promoveram à posições de mais responsabilidade. A Chinasse arranhou o emprego e a confiança dos empregadores de origem estrangeiro graças à uma experiência de trabalho anterior no Zimbabwe, precisamente numa plantação de exportação de flores. Sendo criança tinha chegado lá com os pais dela como refugiados fugindo do recrudescimento do conflito em Manica a princípios dos anos 80. Estudou até acabar a primária no Zimbabwe mas teve que procurar emprego com a morte do pai em 1985. Foi assim que arranhou um emprego numa plantação de flores, onde ficou por quase quatro anos. Depois desse tempo e com umas poupanças decidiu com a mãe regressar à Moçambique, Manica, para se instalarem definitivamente uma vez o conflito tinha calado muito. As deslocações não acabaram por aí, pois Chinasse estava já sempre à procura de emprego e trabalhou numa barraca nas obras de construção da estrada nacional e numa loja de fotos em Vila Manica em períodos diferentes. Casou-se e seguiu ao marido até Tete, período em que deixou de trabalhar, mas depois de uns poucos anos, divorciaram e ela voltou para Manica e tomar conta das suas irmãs pequenas, quando conseguiu o emprego na plantação de rosas perto do seu domicílio.

Fonte: Sender et al (2006)

5.2 Educação e saúde

Na secção anterior em que comparavam-se indicadores de educação desta amostra com aqueles derivados do IAF, foi assinalado que os trabalhadores abrangidos por este inquérito apresentavam níveis de privação educacional comparáveis ou piores que os das zonas rurais das mesmas províncias derivados do IAF02. Todavia, uma constatação ainda mais importante foi de que a heterogeneidade existente dentro da amostra do IMRT é muito importante, indicando a existência de grupos de trabalhadores com situações bastante diferenciadas. Em grande medida esta heterogeneidade pode ser ilustrada através da desagregação por grupos de posse de bens, portanto níveis de bem estar.

No gráfico 6 que mostra a percentagem de indivíduos de 12 e mais anos de idade que não completaram nenhum grau escolar por níveis (classes) de bem estar (posse de bens), pode-se notar que a prevalência destes indivíduos é maior entre as famílias mais pobres e vai reduzindo com o nível de bem estar das famílias; nos AFs mais pobres quase 87% dos indivíduos não tem nenhum grau completado ou apenas foram escolarizados, 81% nos AF do grupo intermédio e 70% do grupo menos pobre.

A presença de pelo menos um adulto (de mais de 15 anos) com escolarização e um grau completado no AF normalmente afigura-se crucial para o bem estar das famílias. O quadro 25 mostra claramente estas diferenças : pode se constatar que entre os AF *mais* pobres (classe I), somente pouco mais de um terço contém pelo menos um adulto com um grau completado; por outro lado, somente em 31% dos AF da classe III (*menos* pobre) nenhum adulto está suficientemente escolarizado. Portanto, os AFs mais pobres (classe I) têm menos probabilidade de ter um adulto de mais de 15 anos com algum grau completado (34%) em relação com os AFs menos pobres (69%). O tipo de emprego do RP parece também ter alguma relação com este indicador de privação educacional. Como ilustração basta comparar dois grupos de trabalhadores agrícolas diferenciados em relação ao tipo de emprego em que trabalham: por um lado os trabalhadores eventuais sem acesso aos contratos sazonais das grandes /médias explorações e por outro os trabalhadores com acesso a estes contratos e empregos e que normalmente têm mais dias de trabalho efectivos por ano. Através do Quadro 26 pode se observar que os que apresentam piores índices educativos são os primeiros (trabalhadores casuais/eventuais), com índices semelhantes aos da classe mais pobre do Quadro 25. Portanto os trabalhadores casuais dependentes dos empregos dos pequenos empregadores vizinhos representam um grupo particularmente vulnerável em termos de pobreza e níveis educativos dos seus AFs.

As disparidades na privação educacional em termos de género são também muito significativas. No gráfico 7 fica claro que enquanto 40% das mulheres trabalhadoras (respondentes principais) nunca foram à escola, o valor é somente de 14% para os homens entrevistados. Em termos globais 83% das mulheres e 67% dos homens não têm nenhum grau escolar completado. Já entre os indivíduos que completaram o EP1 e EP2, pode-se notar que a percentagem dos trabalhadores de sexo masculino estão sempre duas vezes maior comparativamente as mulheres. Também entre as mulheres trabalhadoras existem uma forte heterogeneidade enquanto à privação educacional, que têm uma forte correlação com as diferenças por índices de posse (quadro 28).

Os resultados desta análise mostram mais uma vez o quão importante é a educação da mãe. Como se pode ver no quadro 27, o índice de fertilidade, que compreende a probabilidade de ter mais (muitos) filhos, é maior entre as mães que não completaram nenhum nível de educação comparativamente aquelas que completaram pelo menos o ensino primário; se por um lado a probabilidade de ter mais filhos é maior entre este tipo de indivíduos, por sua vez a probabilidade de perder um filho é também maior entre elas. O quadro 27, é ilustrativo da importância da educação para as zonas rurais; como se pode depreender, as famílias com pelo menos um membro escolarizado, ou onde todos os filhos completaram o EP1, ou ainda onde as mulheres de 10 a 25 anos possuem alguma escolaridade, apresentam melhor índice de posse de bens relativamente às suas contrapartes. Como será apresentado nas seguintes secções estes trabalhadores têm também relativamente melhor acesso aos empregos de melhor qualidade e a mais dias de trabalho efectivo por ano.

5.3 Indicadores de pobreza

No capítulo 4 já temos apresentado alguns resultados relativos aos indicadores de pobreza e uso do índice de posse de bens para classificar aos AF do IMRT. Uma constatação inicial é que a província de Manica é relativamente menos pobre que Zambézia e Nampula no contexto desta amostra (Quadro 6 e 7). Também apreciou-se que o nível de heterogeneidade intra-provincial é também diferente sendo mais notável no caso de Manica precisamente, especialmente se olhamos para os indicadores de privação educacional (Quadro 12).

Um dos indicadores de pobreza que tem sido largamente usado na monitoria e avaliação quantitativa do bem estar é o das características de habitação. Como se pode ver no Quadro 9, de uma geral para todos os indicadores de habitação há mais famílias na classe mais pobre e vai diminuindo com o bem estar (medido através da classe de posse de bens). Isto sugere que a probabilidade dos mais pobres de terem condições defraudadas de habitação é elevada. Porém, a distribuição de famílias pelas classe de pobreza é menos abrupta para as habitações coberturas de capim, o que é reflexo do facto de quase todas as famílias da amostra (92%) ter casas cobertas de capim. É interessante observar que quase a metade das famílias não tem latrina e consome ainda água de rios e lagos, o que pode ter repercussões na vulnerabilidade dos indivíduos dessas famílias e não só de serem infectados por doenças. Trata-se portanto de AF vivendo em condições de pobreza e salubridade em muitos casos extremas.

A posse de animais é salientada com frequência como indicador de riqueza ou bem estar para determinados contextos sócio-culturais. Na amostra do IMRT, observa-se que somente em Manica foram reportados casos de posse de vacas/bois, por 13%, de agregados familiares principalmente dos subgrupos de posse de bens 2 e 3, este último com cerca de 20% de casos que tinham uma ou mais vacas. A criação/posse de outros animais de pequeno porte é comum: 10% (Nampula), 24% (Zambézia) e 38% (Manica) (Quadro 10). Em Manica 40% dos AFs declarou também possuir pelo menos um cabrito, 9% na Zambézia e 23% em Nampula. Com a excepção da posse de cabritos em Nampula, no resto dos casos, o número de animais de pequeno porte está fortemente associado ao índice de posse de bens por grupos de posse, confirmando

que o significativo grau de diferenciação entre as famílias também vê-se reflectido na acumulação de animais. O nível de despesas é a forma tradicional de medição do bem estar; na última coluna do Quadro 10 é mostrada a distribuição de famílias com menos de 200 contos por mês por tercis de despesas. Atendendo o tamanho médio do AF, este nível de despesa é considerado baixo e não surpreendentemente, a probabilidade de terem este nível de despesa é maior entre as famílias mais pobres do que entre as menos pobres.

O Quadro 11 mostra os diferentes intervalos de despesa dos agregados familiares por classe de posse de bens. A despesa monetária foi estimada pelos próprios entrevistados de modo que este indicador é somente utilizado com carácter qualitativo de forma à comparar com a classificação baseada no índice de posse de bens e verificar a sua consistência. Nota-se que para todas as províncias, a probabilidade das famílias terem maiores níveis de diminuir para os mais pobres e aumenta entre os menos pobres.

A educação das populações tem sido apontada como um indicador de bem estar e no caso particular das zonas rurais onde a agricultura é predominante, um incremento dos níveis educacionais largamente determina os níveis de produtividade e do bem estar. Como se pode observar no Quadro 12, a probabilidade de se encontrar indivíduos que nunca frequentaram escola e sem nenhum grau completado (indicadores de privação) é maior entre os mais pobres do que entre os menos pobres, mas olhando para aqueles que completaram algum nível educacional seja EP1, EP2 ou ES, a situação se reverte. Isto é para a probabilidade dos menos pobres completarem algum nível educacional é maior comparativamente aos mais pobres.

Os resultados deste inquérito (coluna 3 do Quadro 12) podem ser comparados por exemplo aos do IAF (Quadro 13). Pode ser visto que para as três províncias a proporção dos que não possuem nenhum grau completado e os que completaram EP1 são quase iguais, o que dá fiabilidade dos dados recolhidos e reflecte a heterogeneidade da amostra do inquérito, não obstante ter sido recolhido em apenas três províncias (ver capítulo 4).

Os indicadores da série de quadros 8-16 sugere que, apesar dos problemas de comparabilidade das amostras, há que salientar que a existe uma forte probabilidade da amostra do IMRT de facto ter coberto os mais pobres entre os pobres. Em Manica por exemplo, o IMRT encontra 81 por cento de famílias na classe mais pobre, o que em relação ao IAF 02 acontece com apenas 63 por cento das famílias. Esta tendência também se verifica na Zambézia. Apenas em Nampula é que as amostras parecem ser mais parecidas.

O Quadro 16 mostra a relação entre classe de pobreza índices de privação educacional, saúde e nutrição e pobreza. Para os indicadores de nutrição e saúde a probabilidade dos mais pobres estarem em situação desfavorável é maior, enquanto quanto ao número de refeições, tamanho de *machambas* a probabilidade de encontrar menos pobres é maior relativamente a probabilidade de encontrar os mais pobres. Estas tendências revelam e confirmam que para as zonas rurais, o índice de posse de bens é um indicador robusto e fiável e que o grau de privações sobretudo para a classe mais pobre (I) é extremamente elevado.

5.4 A participação no mercado de trabalho: actividades de sustento e o emprego assalariado

Uma característica comum das famílias nas zonas rurais africanas é a multiplicidade de ocupações e as estratégias de diversificação perante ao risco quer ao nível dos indivíduos quer ao nível dos AF (Reardon 1997; Ellis 2000). As estratégias de sustento englobam um leque de actividades que os indivíduos e famílias praticam para satisfazerem as suas necessidades diárias alimentares e outras não alimentares; dentre estas, e com referência particular nas zonas rurais, existem diversas formas de trabalho para outrem e por conta própria para obter dinheiro ou bens, incluindo algumas como a colheita de produtos florestais como lenha para venda, fabrico caseiro de bebidas para venda, empréstimo de dinheiro ou bens, entre outras (Pijnenburg et al, 1998). A realidade dos trabalhadores assalariados abrangidos por este estudo não é diferente neste sentido. Por um lado, cada AF contém vários contribuintes que realizam diversas actividades ao longo do ano. Por outro lado, os próprios trabalhadores com frequência participam no mercado de trabalho em formas variadas e realizam também actividades por conta própria.

Os dados do IMRT mostram que há muitos membros dentro dos AFs que se declaram como contribuintes regulares ou casuais às despesas do AF, isto é, que dão alguma forma de suporte para manter o AF. Para os indivíduos com mais de 14 anos, incluindo os RPs, 71% fazem alguma contribuição ao bem estar do AF com rendimentos do trabalho, sendo que destes 39% contribuem de maneira regular/frequente. A contribuição dos mais velhos (60 ou mais anos) é mais importante nos AFs mais pobres, 69% comparado com 50% nos AF menos pobres, o que demonstra que o nível de pobreza pode incrementar a necessidade de indivíduos de diversas idades, incluindo idosos e crianças a trabalharem para contribuir no AF. Nos AF menos pobres a maior parte do sustento provém do trabalho dos membros adultos na idade mais activa, particularmente entre os 25 e os 39 anos.

Para todos os indivíduos da amostra (membros dos AF dos trabalhadores) com mais de 14 anos, 26% tinha realizado trabalho assalariado regular (e.g. pago mensalmente ou com um contrato não eventual) enquanto 40% tinha feito um trabalho eventual pago em dinheiro ou em espécie (Quadros 29 e 30). Estas duas opções foram questionadas separadamente e como opções diferentes de modo a evitar interpretações equívocas sobre a participação no mercado de trabalho rural. Esta proporção é assinalável pois supõe que para além dos RP, uma parte importante dos membros das famílias deles também realizam trabalhos para outrem de algum tipo ao longo dos passados 12 meses. Este dado dá uma indicação de que o trabalho assalariado informal, irregular, sazonal, etc. é muito mais comum do que parece normalmente em outros inquéritos e estudos. É preciso lembrar que os AF deste inquérito, como foi mostrado no capítulo 4 deste relatório, não são muito diferentes dos AF típicos das zonas rurais de Nampula, Zambézia e Manica. Apenas sabemos que dentre eles temos identificado alguns dos mais pobres dentre os pobres. Portanto esta informação sobre a participação no mercado de trabalho é significativa e dá uma indicação de que o trabalho assalariado rural é uma realidade a ter muito em conta no âmbito da redução da pobreza. Como já foi comentado nas secções metodológicas, a própria natureza irregular e esporádica de muitas destas ocupações faz que sejam provavelmente invisíveis aos inquéritos convencionais, precisamente pelo tipo de perguntas e o período de referência. Já se sabe porém que os RP deste inquérito vivem

fundamentalmente desses trabalhos para outrem. Às perguntas sobre a importância qualitativa destes trabalhos, também os indivíduos das famílias que participam no mercado de trabalho rural declaram que esses trabalhos e *biscatos* lhes trazem rendimentos líquidos que em 80% dos casos chega a constituir a metade ou mais do rendimento monetário obtido durante o ano todo. A avaliação qualitativa destas ocupações mostra que 77% as considera bastante ou muito importantes para o bem estar do AF no seu conjunto e dos indivíduos mais directamente concernidos.

O *ganho-ganho* como último recurso

A prática do *ganho-ganho* ou *biscato* é muito comum, não só em Moçambique mas também em muitos outros países da região e da África (Whiteside 2000). O trabalho eventual para o vizinho, na *machamba* ou no domicílio do empregador é a forma mais frequente. Estudos etnográficos na província de Manica confirmam que o *ganho-ganho* para agricultores vizinhos é um último recurso para os mais pobres nas zonas rurais (Pfeiffer 2002: 106). Também a Avaliação Participativa da Pobreza mostrou que o *ganho-ganho* era típico entre os mais pobres da aldeia e que de facto aparecia frequentemente mencionado como uma actividade relativamente de último recurso e desvalorizadora, que muitos não queriam reconhecer (MPF 2001: 22). Num estudo que abrangeu quatro diferenciadas zonas de Moçambique, Pijnenburg et al (1998) encontram que apesar dos praticantes do *ganho ganho* ser por vezes entendida como uma forma de ajuda mútua, a percentagem dos que participavam nestes esquemas de trabalho e mesmo em períodos de crise era elevada.

Diferentes perguntas foram feitas em relação à situação contratual do trabalhador, principalmente para saber se eram considerados “regulares” ou simplesmente constituíam mão de obra eventual e as vezes sazonal. Obviamente, praticamente 100% dos que praticam *ganho ganho* o faz de maneira irregular enquanto os trabalhadores nas grandes explorações com períodos de trabalho sazonal, 29% considera-se da mão de obra “regular” ou quase permanente. Mas dentre os que realizam trabalhos de *ganho-ganho* há diversas categorias. Uma categoria que a pesquisa qualitativa salientou é constituída por aqueles que somente têm acesso aos *biscatos* de maneira muito irregular e por poucos meses e dias por mês de trabalho efectivo e remunerado.

Os dados do inquérito deste estudo são indicativos de que os trabalhadores eventuais/casuais com escassos dias de trabalho disponível estão numa situação muito desfavorável em termos de bem-estar comparativamente aos que trabalharam por um salário (maioritariamente sazonais). O Quadro 31 apoia esta asserção, podendo-se observar que cerca de 52 por cento dos que estão na classe mais pobre, fazem trabalhos eventuais, enquanto que um terço (33%) dos *menos* pobres são os que trabalharam sazonalmente por um salário. Entretanto convém assinalar que as definições sobre casual/eventual e sazonal não são sempre bem claras nem significam o mesmo para todos, precisamente devido ao facto de que mesmo entre aqueles que trabalham regularmente para o mesmo empregador, quase nunca tem um contrato que lhes confira essa condição. Até foi possível encontrar muitos casos destes que eram sujeitos aos contratos verbais de menos de três meses, despedidos e depois de novo contratados uns dias depois (ver secção 5.5). Para os trabalhadores, não bem informados sobre a legislação laboral em vigor, estas eram pausas normais no trabalho, só que nunca eram pagos durante estas pausas. Desta maneira os empregadores

podiam manter como eventuais aos trabalhadores que de facto eram quase permanentes e que, em alguns casos, trabalhavam desde que a empresa começou a operar.

Nos trabalhos não agrícolas a incidência da regularidade nos trabalhos é maior e portanto o número de dias trabalhados por ano também é significativamente maior. Assim, dos que trabalham no comércio de pequena escala, 51% considera esse emprego regular, e essa proporção sobe para 69% no caso dos trabalhadores da limpeza para estabelecimentos de negócios ou 64% no caso das empregadas domésticas. Na construção, pelo contrário, a maioria (76%) declara-se casual, pois os trabalhos dependem fundamentalmente da procura dos clientes. Estes trabalhadores, na maioria, realizam trabalhos casuais para clientes (empregadores) que pedem os serviços e fornecem o material, assim que o trabalho decorre na casa do empregador (64% dos trabalhadores da construção). Outros trabalham em locais diferentes dado que a actividade consiste mais na fabricação de blocos para vender como material ou utilizar nas obras solicitadas.

Caixa 2- Tipologia de empregos segundo qualidade e regularidade: definições

Nota: Definições utilizadas para classificação do emprego segundo diferentes critérios (entre parêntesis o número de casos – trabalhadores - dentro de cada categoria)

Superior 1

*Pago mensalmente e com receitas estáveis
(770)*

Superior 2

*Pago mensalmente e com receitas estáveis
no emprego agrícola
(472)*

Inferior 1

*Trabalhador eventual que tem realizado ganho-ganho de maneira muito irregular, em média por menos de 15 dias por mês e com rendimentos irregulares e instáveis
(708)*

Inferior 2

*Trabalhador eventual que tem realizado ganho-ganho de maneira muito irregular, em média por menos de 15 dias por mês, com rendimentos irregulares e instáveis, e que não tem acesso a outro emprego sazonal ou não agrícola das categorias superiores 1 e 2
(591)*

Inferior 3

*Categoria inferior dentro do emprego não agrícola. Concretamente, empregado doméstico com salário inferior ao salário mínimo agrícola
(145)*

Anteriormente foi notado que em termos do bem-estar dos indivíduos e de qualidade do emprego, os trabalhos eventuais e casuais são geralmente *inferiores* ao sazonais. A partir deste conhecimento prévio, foram criadas categorias de classificação tendo em conta o tipo de trabalho dos indivíduos e os empregos foram classificados como superiores e inferiores (ver definições na caixa 2 acima). De uma forma geral, pode-se ver através do Quadro 32 que a prevalência dos trabalhadores mais pobres nos empregos de categoria inferior é ao redor dos 50 por cento, enquanto que nos trabalhos

de categoria superiores a probabilidade de se serem *menos* pobres é maior (40% e 47%), o que em parte revela uma consistência desta categorização destes trabalhos com o status socio-económico dos trabalhadores

Se a classificação por tipo de trabalho e pobreza mostra claramente a classe superioridade/inferioridade destes trabalhos, o mesmo já não se pode aferir comparando o tamanho do AF que não mostra tendências claras com as diferentes classificações dos trabalhadores e como se disse anteriormente, isto é um artefacto da noção mais abrangente do AF usada neste estudo.²⁰ A idade média do trabalhador também não mostra tendências claras em termos de classificação dos trabalhadores, mas é interessante notar que é mais frequente encontrar trabalhadores da idade mais frequente da amostra, com os empregados domésticos e os trabalhadores com receitas regulares a serem relativamente os mais jovens.

Um enfoque particular nesta pesquisa estava direccionado a perceber com alguma profundidade a participação da mulher no mercado de trabalho e as formas de segmentação do mesmo em termos de género. Os dados do Quadro 32 revelam que a probabilidade das mulheres figurarem nos trabalhos categorizados como inferiores é particularmente elevada (mais de 60 por cento e 68 por cento na categoria “pior”) e maior do que a probabilidade de estarem em empregos superiores. De forma similar e particular, a situação das mulheres SDV revela estas são mais propensas a realizarem trabalhos de categoria inferior. Os indicadores de educação confirmam a relação entre status e categoria de emprego, pois aqueles que participam nos empregos de pior qualidade resultam ser também os que revelam maiores índices de privação educativa, quer em termos de indicadores individuais quer referidos ao AF (como número de adultos com educação básica). A questão para aprofundar é a medida em que este atributo dos indivíduos tem influência no facto deles estarem nas categorias de emprego inferiores ou não terem acesso aos trabalhos relativamente de maior qualidade. Apesar de que a literatura económica mostra uma relação causal entre educação e acesso à emprego de qualidade a linha de causalidade não está necessariamente clara. Por outro lado, e de uma forma geral, para todos os elementos deste quadro, os empregos agrícolas são no geral inferiores aos não agrícolas. Isto pode em parte revelar que não obstante a agricultura ser a actividade na qual maior parte dos trabalhadores do país está integrada, a sua condição socio-económica e portanto o seu crescimento ainda de carácter crucial para a redução da pobreza.

Se a existência de empregos são superiores e inferiores ficou anteriormente bem evidenciada e relacionada com os vários indicadores, a mesma análise comparando estes empregos para as famílias dominadas por mulheres divorciadas/viúvas/separadas (SVD) fica ainda mais clara no Quadro 33. Em parte estes dados podem indicar que o tipo de emprego onde estas se encontram inseridos podem ser mais determinantes do que a sua própria condição de mulher SVD, um ponto ao qual voltaremos na secção 5.5 deste relatório.²¹

²⁰ Lembrar que não existe correlação entre o tamanho do AF e o nível relativo de pobreza.

²¹ Ver também Sender et al (2006).

A diversificação das actividades, o papel da agricultura e a natureza das actividades listadas

Abstraindo das actividades normais de sustento listadas na matriz individual de empregos, uma das questões do inquérito estava direccionada a captar as actividades que indivíduos praticam em situações de uma crise ou sérias dificuldades. Do total da amostra visada, 62 por cento afirmou ter passado por sérias dificuldades ao longo do ano anterior à entrevista. A probabilidade destes indivíduos estarem no grupo de actividades anteriormente categorizadas como inferiores, situa-se a volta de 75 por cento. Dos que afirmaram ter sofrido sérias dificuldades, quase a metade (45%) fez *ganho ganho* e 17% vendeu animais entre outras estratégias menos frequentes. Há que referir que o *ganho ganho* não só se pratica para o sustento normal das famílias (particularmente das mais pobres) mas também como uma estratégia de saída de uma crise/sérias dificuldades. O Quadro 34 oferece informação desta prática de trabalho eventual somente como resposta à uma crise e pode mais uma vez se ver que a concentração dos que fazem este tipo de trabalho eventual é elevada naqueles que vivem normalmente dos empregos de categoria inferior. Portanto, estes resultados providenciam subsídios que podem ser relevantes para implicações de políticas que têm como principais alvos os mais pobres dos pobres. Estes grupos apresentam-se em quase todas as análises deste estudo como os mais desfavorecidos e uma vez que são omitidos nos inquéritos convencionais, a sua permanência nas armadilhas da pobreza (*poverty traps*) pode ser cíclica. Nestes casos, a participação no mercado de trabalho pode ser vista como uma estratégia de gestão do risco e de simples sobrevivência, o que levaria considerar a hipótese que num contexto mais dinâmico em que estas pessoas saem da pobreza a participação nas actividades mais precárias de *ganho-ganho* poderia tender a desaparecer.

A gestão do risco e as várias estratégias de sobrevivência normalmente afectam o padrão de diversificação das actividades para além da participação no mercado rural de trabalho. Assim, aceita-se frequentemente a ideia de que os pobres normalmente se inserem em diversas actividades como forma de saída da pobreza e de minimização da vulnerabilidade. Até certo ponto, este estudo apoia esta ideia, mas constata-se que a diversificação é limitada e concentrada entre duas à máximo três actividades (Quadro 35). Portanto, não é preciso exagerar a capacidade das pessoas e AF mais pobres de desenvolverem uma multidão de actividades ao longo do ano para acumular mais rendimentos. Isto é possível somente para alguns.

Mais acima foi constatado que os que trabalham mais regularmente e mesmo em trabalhos sazonais apresentavam melhores índices de bem estar em comparação aos que por exemplo faziam somente ou principalmente trabalhos eventuais e casuais. O que diferencia muito as pessoas em relação ao bem estar relativo é o número acumulado de dias trabalhado ao longo do ano, um indicador que assevera-se crucial para compreender o estado da pobreza dos indivíduos e AF e as dinâmicas de saída da mesma. Embora as tendências não sejam bem claras pode ser visto através do Quadro 36 que o número médio de dias de trabalho efectivo (incluindo todas as actividades declaradas) ao longo do ano aumenta da classe mais pobre para a menos pobre. Segundo se utilizamos a média ou a mediana os menos pobres trabalham entre 19 e 27 por cento mais de dias que os mais pobres da amostra. Contudo, não é somente a quantidade de dias trabalhados o que afecta o bem estar dos indivíduos mas também a composição da carteira de actividades e em que medida os trabalhadores vivem de empregos “inferiores” ou “superiores”.

Uma constatação importante é que quase a totalidade dos trabalhadores inquiridos são *também* agricultores por conta própria, ou seja têm uma *machamba* na qual trabalham alguns dias do ano, quer para o auto-consumo quer para a venda nos mercados. Somente 10 por cento dos trabalhadores deste estudo conseguiram vender uma boa parte da produção das suas *machambas*. A maioria não vendeu nada ou muito pouco, pelo que pode-se considerar que a agricultura por conta própria desempenha mais a função de sustento directo e de reprodução da força de trabalho do que a função de geração de rendimentos líquidos para a acumulação. Os trabalhos assalariados, sobretudo os mais regulares, trazem o dinheiro necessário aos AF. Neste sentido convém comentar que a disposição duma *machamba* para o auto-consumo e portanto o status de semi-proletários de muitos destes trabalhadores, permite-lhes de facto aceitar e viver com os salários extremamente baixos que os empregadores, sobretudo agrícolas, podem oferecer no mercado de trabalho que aqui apresentamos. O Quadro 37 mostra que 29 por cento dos trabalhadores fez trabalho agrícola de forma sazonal ou regular e 58 por cento fez trabalho eventual (*ganho ganho*) para o seu sustento, enquanto outras actividades como o comércio retalho, o transporte, a recolha de lenha e carvão, a fabricação de blocos para a construção entre outras actividades típicas das zonas rurais são relativamente marginais. Os inquéritos convencionais como o IAF tem indicado que os indivíduos nas actividades de comércio e serviços apresentam geralmente melhores situações de bem estar (MPF/UEM/IFPRI, 1998), mas este estudo mostra que entre os trabalhadores assalariados, apenas 6 por cento se dedicou a pequenas actividades comerciais. Isto, junto com a pouca probabilidade destes indivíduos venderem parte dos seus excedentes de produção (porque muita das vezes não tem excedentes por terem apenas capacidade de produzir para o seu consumo) indica que está-se perante um grupo populacional onde há uma grande probabilidade de se encontrar os mais pobres dos pobres.

Uma maior desagregação das actividades praticadas pelos trabalhadores inquiridos é apresentada no Quadro 38, que oferece dados sobre a natureza das várias actividades principais listadas na matriz de emprego. Convém lembrar que a participação de um indivíduo numa actividade não restringe a participação em outras, o que significa que um indivíduo pode simultaneamente participar em várias actividades. Através do Quadro 38 pode se confirmar por exemplo a grande probabilidade dos trabalhadores agrícolas sazonais de terem um salário mensal (69%) e dos casuais de serem pagos por dia ou por tarefa realizada (95%), o que pode ter uma relação forte com o número de dias trabalhados e consequentemente como se viu anteriormente com o seu nível de bem estar. Isto, como será comentado na próxima secção, é também um indicador da forte segmentação do mercado de trabalho rural. O Quadro 38 também apresenta resultados interessantes em relação a várias actividades que normalmente são consideradas como formas de auto-emprego. Assim, a recolha do carvão e lenha por exemplo é considerada conta própria em 78% dos casos; 40% dos indivíduos envolvidos no comércio de retalho são de facto assalariados (sobretudo mensais) nesta actividade; outras actividades não agrícolas no transporte, na construção, nos serviços de restauração (bares/barracas/bancas) também são predominantemente assalariadas neste grupo populacional e somente a pesca é considerada actividade por conta própria no 100%. O Quadro 39 confirma estes resultados com perguntas relativas ao tipo de estabelecimento onde se desenvolve a actividade e ajuda diferenciar claramente as actividades agrícolas para outrem, mais frequentes nos estabelecimentos e explorações com mais de 5 trabalhadores no pico máximo, das

actividades não agrícolas que se realizam sobretudo em micro-estabelecimentos mesmo quando são de natureza assalariada.

Portanto, a matriz de emprego utilizada neste inquérito permite não somente identificar todas as actividades, até as mais irregulares, de cada indivíduo, mas também permite descrever com mais precisão a natureza das mesmas, em termos de regularidade e se são por conta própria ou de outrem. A matriz oferece também a possibilidade de verificar a vários níveis a informação recolhida sobre a natureza das actividades identificadas e aumentar a fiabilidade das respostas de outras perguntas ao longo do inquérito, o que reverte numa maior qualidade dos dados. Esta metodologia pode portanto ajudar a evitar demasiados pressupostos sobre a natureza das actividades nos inquéritos mais convencionais que têm módulos de emprego.

5.5 Salários e condições de trabalho: heterogeneidade e segmentação do mercado de trabalho

Nesta secção tratamos das condições de trabalho, particularmente das modalidades de pagamento prevalentes, os níveis, e pomos particular ênfase na forte heterogeneidade encontrada neste estudo e que tem uma relação significativa com o tipo de empregador independentemente de muitos atributos dos trabalhadores individuais. Para além da heterogeneidade, observamos em termos gerais que as condições do emprego rural, incluindo o não agrícola, não correspondem aos mínimos estabelecidos pela lei, mesmo para aqueles trabalhadores que de acordo com a lei são somente temporais ou eventuais. Como mostramos nesta secção os salários da grande maioria dos trabalhadores ficavam por debaixo do salário mínimo agrícola do momento do inquérito e as regalias oferecidas pelos empregadores são muito básicas, se existirem, e normalmente aquém das estabelecidas pela lei.²²

Uma clarificação é necessária sobre a noção de trabalhador “permanente” ou “regular” e aquela de eventual/sazonal, pois foi referida no estudo e previamente comentado que tal diferenciação distinção não está sempre claramente definida. De facto, como foi referido na secção anterior, a definição de trabalhador “regular” ou permanente vs. eventual ou sazonal não estava sempre clara, particularmente para os próprios trabalhadores. A falta de clareza na definição do status do trabalhador tem também a ver com práticas comuns entre muitos empregadores, particularmente os que conhecem a Lei. Segundo as entrevistas mantidas com um grupo seleccionado de empregadores, muitos deles conseguem evitar as implicações da Lei em relação à obrigatoriedade de tornar os trabalhadores temporais em “regulares” depois de três meses de contrato simplesmente despedindo “temporariamente” os trabalhadores dias antes de cumprir os três meses de contrato. Depois de um curto recesso, os mesmos trabalhadores são de novo contratados para continuar a campanha agrícola até que os trabalhos forem necessários. Esta prática se repete depois se for necessário, ou seja, se mais uma vez passassem quase três meses. Esta constatação foi feita entre empregadores que normalmente oferecem relativamente melhores condições de

²² A Lei de Trabalho estabelece que depois de três meses de contrato um trabalhador deve ter direito a determinadas regalias, como férias remuneradas, fins de semana, um horário determinado, remuneração das horas extras no ratio de 1.5 em relação à remuneração normal e outras. Também uma vez um trabalhador é permanente, as modalidades de despido mudam e resultam muito mais onerosas para o empregador de maneira a desincentivar os despedidos dos empregados permanentes.

trabalho, com frequência estabelecimentos que pelo tamanho e escala de emprego e produção estão mais sujeitos ao controle das autoridades (inspecções de trabalho). A maioria dos pequenos empregadores, agricultores que têm alguns trabalhadores eventuais e as vezes alguns regulares simplesmente desconhecem as regulação em vigor e a diferença entre contratos temporais e permanentes segundo a Lei.

Para além das ambiguidades em relação à definição do status dos trabalhadores, que tem obviamente implicações nas condições de trabalho, um dos resultados principais deste estudo é que o trabalho assalariado no âmbito rural é heterogéneo e que a diversidade depende de muitos factores relacionados com o sector específico de trabalho, o tipo de empregador, atributos individuais do trabalhador (nível educativo, a experiência de trabalho anterior, as razões de entrada no mercado de trabalho, entre outros) e atributos do agregado familiar e da localidade (composição demográfica do agregado familiar, barreiras sociais a determinados empregos, distâncias dos empregadores). As diferenças parecem claras entre o emprego agrícola e o não agrícola, sendo este último em termos gerais de mais qualidade em termos de estabilidade dos rendimentos, níveis salariais e algumas regalias básicas.

Experiência e antiguidade no emprego

Um factor que com frequência afecta as condições do emprego, os salários e as regalias, é a experiência do próprio trabalhador nesse tipo de emprego e no último estabelecimento (neste caso a “antiguidade”). Os resultados indicam que a maioria dos trabalhadores entrevistados não tinha uma longa experiência de trabalho no local de trabalho actual (Gráfico 10). De facto, quase 70% levava 12 meses ou menos tempo no mesmo trabalho e 80% menos de 2 anos. A experiência mais típica é de dois 12 meses, e as diferenças entre a média (19) e a mediana (7) se explica pela existência dum grupo de trabalhadores que tem trabalhado durante vários anos no mesmo local de trabalho, particularmente em alguns dos maiores estabelecimentos abrangidos pelo estudo, como é o caso das plantações de chá no Gurúe (Zambézia), ou as antigas empresas estatais de produção de algodão e sisal em Nampula. O interessante é que muitos de aqueles 20% dos trabalhadores que disseram ter trabalhado no local de trabalho mais de dois anos não gozam necessariamente de melhores condições que a média de trabalhadores na amostra, isto é não podem ser estritamente considerados como “permanentes” porque não têm as regalias estabelecidas pela Lei de Trabalho para trabalhadores permanentes.²³ É verdade que estes trabalhadores são menos encontrados frequentes no tercil mais pobre (grupo de posse 1) da amostra em comparação aos trabalhadores com 2 ou menos anos de duração no mesmo trabalho. A maior diferença reside no género. A maioria dos trabalhadores mais experientes é masculina (66%). A outra diferença é que estes trabalhadores têm menor propensão a trabalhar também como eventuais ou *ganho* em relação ao resto da amostra, muitos (45%) trabalham como “regulares” nas empresas agrícolas, particularmente nas empresas e privados nacionais, e com maior concentração em Nampula (quase 50% destes trabalhadores). De facto, a pesquisa qualitativa mostrou que muitos destes trabalhadores estavam empregues nas antigas empresas estatais, já privatizadas, nas

²³ A Lei de Trabalho estabelece que depois de três meses de contrato um trabalhador deve ter direito a determinadas regalias, como férias remuneradas, fins de semana, um horário determinado, remuneração das horas extras no ratio de 1.5 em relação à remuneração normal e outras. Também uma vez um trabalhador é permanente, as modalidades de despido mudam e resultam muito mais onerosas para o empregador de maneira a desincentivar os despedidos dos empregados permanentes.

culturas de algodão e sisal. São parte da mão de obra que ficou na empresa. Também há um grupo destes trabalhadores mais experientes (ou com mais anos de trabalho no mesmo emprego) que se encontra a trabalhar para empregadores não agrícolas, particularmente nos hotéis e pensões visitados para o estudo. Aqui também existe uma presença significativa de trabalhadores com mais de dois anos de experiência no mesmo local de trabalho.

As histórias de vida recolhidas sobretudo de várias mulheres com curta e longa experiência no mesmo estabelecimento indicam também que as histórias de emprego e prévias experiências em trabalhos semelhantes foram factores determinantes no acesso aos empregos que actualmente têm. Em alguns casos a experiência migratória e laboral no estrangeiro, particularmente no Zimbabwe para as mulheres entrevistadas em Manica, ajudaram muito a facilitar o acesso à alguns dos melhores empregos encontrados neste estudo, particularmente nos estabelecimentos de alguns investidores e farmeiros estrangeiros que procuravam mão de obra mais qualificada (em termos de experiência relevante) para culturas como as rosas ou o tabaco.

Porém, se não diferenciamos entre distintos tipos de empregos, uma mais longa experiência no mesmo estabelecimento por si só não assegura uma maior remuneração para trabalhos semelhantes (em termos de tarefas). Por exemplo:

- Salários mensais aumentam até o nível de 500,000 Mt com uma maior experiência (mais de 12 meses).
- Existe um subgrupo de pessoas com mais de 12 meses em empregos mais precários (*ganho* para vizinhos).
- Tendencialmente maior experiência no mesmo local de trabalho está positivamente correlacionado com maior nível de bem-estar mas a associação é estatisticamente fraca.
- Os trabalhadores deste subgrupo (>12 meses de experiência) encontram-se particularmente no grupo de empregadores “empresas e plantações nacionais”

A variedade de condições de emprego entre empregadores deste subgrupo implica também que uma mais longa experiência de serviço nestes empregos não determina um melhor status, pois existem outros empregos onde as condições (salariais e não salariais) são melhores independentemente da experiência do indivíduo no mesmo emprego. Ao nível dum mesmo estabelecimento, porém, segundo as entrevistas qualitativas com vários empregadores, a experiência ou antiguidade é contada normalmente como uma vantagem e às vezes premiada quer com salários mais elevados ou com algumas regalias não disponíveis para outros trabalhadores.

Modalidades de pagamento

A forte heterogeneidade encontrada na amostra deste estudo observa-se de maneira particular nas modalidades de pagamentos que variam muito com os tipos de empregadores e as actividades. As diferenças constata-se a dos níveis de diferenciação (Quadro 40). No geral, explorações agrícolas de maior escala e mais orientadas à agricultura capitalista comercial tendem a empregar um maior proporção de trabalhadores regulares (sem com isso ser “permanentes” de acordo com a lei) e pagos mensalmente do que as mais pequenas explorações dos vizinhos. Contudo, as algumas das primeiras explorações também contratam grandes quantidades de

trabalhadores eventuais e pagos em tarefa. Os resultados podem se resumir nas seguintes observações. Primeiro, os empregos não agrícolas são normalmente pagos mensalmente (86%) enquanto existe uma forte variedade nos empregos agrícolas. Segundo, dentre os empregos agrícolas, aqueles nas empresas/plantações nacionais (44%) e sobretudo os das farmas de investimento e/ou gestão estrangeira (81%). Nestes empregos o resto dos trabalhadores normalmente recebem por dia (36% e 18% respectivamente). Note-se que a remuneração por dia é mais comum (36%) no caso das empresas/plantações nacionais (como a SODAN em Nampula ou Citrinos de Manica). Pelo contrário os pequenos empregadores, farmeiros locais e vizinhos tendem a remunerar por tarefa sem precisão de dias. Na medida em que as empresas nacionais e empresas/farmeiros estrangeiros têm tendência a operar à escalas maiores, o Quadro 41 confirma que nas grandes explorações temos uma maioria de trabalhadores pagos por mês, seguidos de grupos pagos por dia e tarefa, enquanto que as pequenas explorações preferem as modalidades por tarefa (mais de dois terços).

A variação por tipo de modalidades responde a especificidades dos empregadores, o tipo de contratos que oferecem, a frequência do trabalho requerido e as relações entre empregadores e trabalhadores. A pesquisa qualitativa mostrou que algumas destas diferenças devem-se a preferências idiossincráticas dos empregadores sem nenhuma justificação técnica particularmente relevante. Em alguns casos existem normas convencionais que se aplicam para determinadas culturas e operações. Por exemplo, a colheita do algodão pagava-se na maioria dos casos por tarefa, segundo as quantidades recolhidas e em alguns distritos independentemente do tipo e tamanho do empregador. Para termos mais detalhes sobre estas modalidades codificamos 733 respostas dos trabalhadores a perguntas abertas sobre a descrição dos contratos e condições sobretudo na provincial de Nampula. Algumas constatações relevantes sobressaem:

- a) Pagamentos por dia e tarefa dominam no caso do algodão, particularmente a colheita;
- b) Trabalhos nas *machambas* de cereais (milho e arroz) e do caju são quase sempre pagos por tarefa ou unidade de trabalho;
- c) Algumas culturas de rendimento, especialmente o tabaco, o sisal e a horticultura contêm uma proporção por acima da média de trabalhadores regulares recebendo salários mensais ou trabalhadores sazonais com contratos mensais;
- d) A sacha e a colheita em termos gerais são operações mais frequentemente pagas por tarefa ou unidade (sobretudo no algodão e o caju);
- e) Enquanto a limpeza dos campos (por exemplo o sisal) é normalmente associado à pagamentos por dia ou mês;
- f) Trabalhadores que realizam um amplo leque de tarefas para o mesmo empregador tendem a receber mensalmente se o trabalho é de natureza mais sazonal, ou por dia quando o trabalho é irregular.
- g) Para alguns casos e zonas as diferenças observadas em relação ao tipo de empregador estão associadas as especificidades das culturas e tarefas contratadas, mas a relação pode ser nas duas direcções, no sentido em que determinados tipos de empregadores tendem a se especializar em culturas determinadas também.

De acordo com as entrevistas qualitativas em profundidade com os empregadores, muitos dos grandes empregadores, especialmente dos estrangeiros em Manica, escolhiam uma modalidade simples de pagamento. Dividiam o salário mínimo mensal por 26 dias de trabalho para determinar o salário por dia. Os trabalhadores eram pagos segundo os dias contados pelos capatazes. Cada dia o trabalhador tinha que completar uma tarefa atribuída de maneira geral a grupos de trabalhadores pelos empregadores directamente ou pelos capatazes. Os trabalhadores normalmente tinham um horário fixo de trabalho mas ao mesmo tempo tinham a obrigação de cumprir a tarefa. No caso contrário podia haver situações em que se trabalhavam mais horas sem pagamento extra para compensar a “baixa produtividade” devida à lentidão no cumprimento da tarefa. Os pequenos empregadores e agricultores vizinhos estão habituados ao pagamento por tarefa em que o risco recai mais no trabalhador e não existe tanta pressão em relação ao tempo empregue e à organização de grandes grupos de trabalhadores que devem ser coordenados. Portanto, observou-se que tipicamente pequenos empregadores com menos de 10 e inclusivamente 5 trabalhadores, empregavam trabalhadores para tarefas específicas para a as quais davam um certo tempo limite. O trabalho era assim pago somente de acordo com a tarefa e uma vez esta fosse feita. Neste caso o trabalhador normalmente tinha pressa de terminar o mais cedo possível de modo a arranjar outro emprego casual na *machamba* de outro vizinho.

Níveis salariais

A outra constatação que indica uma forte heterogeneidade e segmentação do mercado de trabalho agrícola é a marcada variação dos níveis salariais. A variedade dos níveis salariais observa-se para diversas modalidades de remuneração e associa-se com frequência ao tipo concreto de emprego e empregador, a zona e o sector da actividade. Uma primeira aproximação à estas diferenças pode-se realizar baseada na classificação por escala do empregador. As diferenças por grupos de pequenos à grandes empregadores são particularmente evidentes no caso dos que são pagos mensalmente. A mediana do salário mensal nas grandes explorações é quase duas vezes maior que o das pequenas explorações para operações comparáveis e níveis de habilidades semelhantes. As diferenças são também muito significativas se olharmos para os valores mínimos e máximos (Quadro 42). Se olharmos para a remuneração por dia, as diferenças não são tão evidentes mas confirma-se que os trabalhadores nas grandes explorações recebem mais (se compararmos as medianas, um 50% mais), embora a variação dentro de cada grupo seja também forte.

Para os pagamentos por tarefa a análise é mais difícil pelo facto de não termos dados precisos sobre a duração exacta e a especificidade de cada tarefa para cada observação. No entanto, temos acoutado as observações para casos particulares comparáveis onde também foi recolhida informação qualitativa relevante para determinar a natureza das tarefas com mais precisão. Assim, os Quadros 43 à 47 apresentam informação mais detalhada e desagregada que permite comparar níveis salariais e mostrar claramente o nível de arbitrariedade existente na determinação deste tipo de remuneração, segundo vários tipos de empregadores. Em alguns casos existem *normas* como o pagamento por tarefa na colheita do algodão em Nampula, que estabelece-se em torno aos 400 Mt por unidade de colheita. Mesmo assim, e a pesar desta ser apresentada como uma norma, há empregadores que pagam 300 e valores menores enquanto outros chegam à oferecer por acima dos 500 Mt por unidade. Um padrão semelhante observa-se no

caso de várias explorações médias do arroz (farmeiros locais) na zona de Nicoadala (Zambézia), em que uma norma de 10000 Mt por tarefa parece ser comum, embora existam alguns empregadores que pagam quer 5-7000 Mt quer até os 15 contos. No caso dum estabelecimento dedicado à colheita da castanha de caju no mês de Setembro, observou-se também uma variação notável em pagamentos das mesmas tarefas, desde os 3000 até os 10000 Mt. Diversas considerações como o tempo de finalização da tarefa, a qualidade do mesmo ou as relações pessoais entre empregador e trabalhador influenciavam estes valores, segundo a nossa pesquisa qualitativa. Nas plantações de sisal, fundamentalmente numa empresa/plantação nacional, constata-se uma variação muito menos pronunciada quer para os níveis diários que para os níveis mensais, que aproxima-se ao salário mínimo estatal. Neste tipo de emprego os pagamentos por tarefa também são variáveis por causa de alguns valores extremos (*outliers*), mas existe uma norma de 1000 Mt que é aplicada com frequência. O Quadro 47 dá exemplos de tarefas específicas (dentro da sacha) e as várias modalidades de pagamento e níveis estabelecidos. Neste exemplo nota-se, por exemplo, a importância dos pagamentos em espécie, particularmente nos empregadores locais/vizinhos. Em termos gerais, para a província de Nampula observa-se também que algumas culturas, como o sisal ou o algodão estão associadas a melhores níveis salariais por dia em comparação com pagamentos nas *machambas* de milho, por exemplo (medianas entre 14000 e 25000 para os primeiros e 10000 para os segundos), mas isto pode ser devido também às diferenças qualitativas entre o tipo de estabelecimento dedicado às diferentes produções.

A variedade dos níveis salariais não é somente clara no caso do emprego agrícola, mas também observa-se nos vários tipos de emprego não agrícola. O Quadro 48 indica as seguintes constatações:

- As diferenças entre classes de trabalhadores não agrícolas segundo tipo de emprego são muito importantes, quer em termos de médias ou de medianas. Os valores medianos vão dos 875000 (quase um milhão em média) dos motoristas de transportes colectivos e individuais, seguidos de perto dos pedreiros e trabalhadores da construção com quase 800 contos de salário mensal, até os mínimos (em mediana) de 150000 mensais dos trabalhadores dos mercados e vendedores da rua por conta de outrem. No grupo dos pior pagos também aparecem os empregados domésticos que, em média, auferem menos de 250 contos por mês.
- As diferenças entre as médias e medianas e os valores dos erros padrão das médias também indicam forte variação dentro de cada subgrupo, particularmente em alguns casos como os serventes de barraca (dependendo da situação da barraca ou restaurante, os meios do proprietário, o tipo de clientela, etc.) e os vendedores assalariados nos mercados e na rua.

Empregos inferiores e superiores: quantidade e qualidade do emprego

Para contrastar as diferenças principais entre os tipos de emprego temos identificado e seleccionado diversas categorias de emprego divididas em dois grupos: um, referido aos empregos “superiores” ou de melhor qualidade relativa e outro, de empregos “inferiores” ou onde as condições de trabalho são significativamente piores que no resto da amostra. As definições das cinco categorias utilizadas foram introduzidas

numa caixa da secção anterior (caixa 2) para descrever algumas características diferenciadas dos trabalhadores. Desta classificação, duas categorias sobressaem representando muito bem os contrastes que ilustram a forte segmentação do mercado de trabalho rural: os empregos Inferior 2 e o Superior 2, ambos agrícolas e mutuamente excludentes. É preciso assinalar que os empregos “inferiores” da categoria *Inferior 1*, com no total 713 trabalhadores, contêm alguns (embora uma minoria) que têm acesso à outros empregos de melhor qualidade e pode haver uma pequena sobreposição com as categorias “superiores”, mas os quadros (32, 34 e 49-52) mostram que não existem muitas diferenças entre os *inferiores 1 e 2*. Portanto, é definido um subgrupo “*Inferior 2*” que inclui quase 600 trabalhadores que poderíamos definir como os membros mais desfavorecidos da força de trabalho assalariada rural (a volta dum quarto da amostra total deste inquérito). As características deste grupo em comparação aos outros em termos dos salários e modalidades de pagamentos estão no Quadro 49. A grande maioria destes trabalhadores (80%) recebem pagamentos por tarefas sujeitos à forte arbitrariedade por parte do empregador e grandes variações no tempo e esforço (de acordo com as informações mais desagregadas das quais temos dado exemplos acima). A voz dos trabalhadores nestes casos é mínima e normalmente aceitam as condições oferecidas, mesmo que sejam tão variáveis. As relações paternalistas são comuns entre tipo de trabalhadores e os empregadores, e manifestam-se nas declarações dos empregadores que afirmam estar a “ajudar” a estas pessoas oferecendo alguns dias de *ganho-ganho*. Nesta óptica, pode-se dizer que a oferta dos trabalhadores determina a sua procura.

A maioria destes trabalhadores (mais de 85%) trabalha para pequenos ou médios empregadores, portanto são trabalhadores que carecem de acesso aos empregos nas grandes explorações onde os salários são em média mais altos e as condições de trabalho relativamente melhores. De facto, 62% trabalham para agricultores locais e vizinhos e 30% para farmeiros nacionais privados, geralmente de escala média. A remuneração típica por dia (mediana e moda) é de 10,000 Mt, mas pode chegar até os 3,000Mt no mínimo. Para aqueles para os quais temos cálculos de salário mensal, mais de 50% auferem menos de 300,000 Mt e o mínimo chega aos 70,000 Mt somente, níveis muito por debaixo do salário mínimo (564,000 Mt por mês). De facto, mais de dois terços são conscientes que o que recebem está por debaixo do salário mínimo. Neste grupo de trabalhadores o pagamento em espécie, particularmente em comida (peixe seco, farinha), é muito mais comum (34%) que para o resto de trabalhadores não classificados (11%) ou com empregos superiores (0%).

Os trabalhadores agrícolas com empregos de pior qualidade (*Inferiores 1 e 2*) também se diferenciam do resto pela quantidade de dias de trabalho aos quais têm tido acesso no último ano, o que tem um efeito directo nos rendimentos anuais (Quadro 50). Assim o grupo de emprego *inferior 2* tem em média pouco mais de 200 dias de trabalho efectivo enquanto os trabalhadores agrícolas mais sucedidos (*superior 2*) chega a trabalhar em média 314 dias ao ano. Também existem fortes diferenças em relação à antiguidade no emprego (o que é obvio), ao tempo empregue na própria *machamba* e mesmo aos dias de trabalho eventual disponíveis. Os trabalhadores dos grupos em melhores condições não só têm acesso aos melhores empregos mas ainda conseguem arranjar um número de dias de biscatos extra mais elevado, o que implica mais rendimentos para o trabalhador (Quadro 50). Estes resultados são muito significativos em termos de perspectivas para a redução da pobreza e a existência de círculos viciosos da pobreza. Se os trabalhadores com os empregos de menor

qualidade também tendem a ter acesso à menos dias de trabalho efectivo, a sua situação desfavorecida fica reforçada. Portanto uma melhor qualidade do emprego em termos de níveis salariais, modalidades de pagamento e outras regalias vai também associada com uma participação mais intensiva dos trabalhadores no mercado de emprego, um maior acesso não somente aos dias de trabalho nos empregos de tipo “regular” mas inclusivamente mais oportunidades de trabalhos eventuais ao longo do ano.

Somente em 20% dos casos os trabalhadores consideram ter um fluxo de rendimentos mais ou menos regular ou previsível, tendo em conta outras fontes de rendimento, enquanto o resto tem rendimentos irregulares e incertos. Para além dos salários estes trabalhadores não tem quaisquer regalias, somente em 16% dos casos recebem almoço normalmente quando se trata de longas jornadas e particulares empregadores que compensam os baixos salários com uma refeição no meio do dia. Obviamente estes trabalhadores também estão comparativamente pior em relação a outras condições de trabalho como o acesso ao alojamento, a possibilidade de avanços/créditos pelo empregador e a compensação do trabalho extra (Quadro 51). Apesar dos níveis baixos e a forte irregularidade dos rendimentos destes trabalhadores, na sua maioria consideram que estas são as fontes principais de rendimento líquido e sobrevivência, que assevera-se essencial não somente para cobrir as despesas de educação, saúde, vestiário e outros bens básicos mas ainda na compra de alimentos quando não é possível produzi-los na *machamba*. De facto, estes trabalhadores especificamente, e em termos gerais a maioria dos respondentes deste inquérito, reportaram muitas dificuldades que enfrentam para poder produzir suficiente e sobreviver da própria *machamba*: quase 60% declarando que sofreram algum desastre de colheita nos últimos dois anos, apesar de dedicarem mais tempo directo na *machamba* que os outros trabalhadores.

Os trabalhadores com os empregos *inferiores* têm níveis médios de escolarização bem abaixo da média, (2 anos de mediana, 2.5 de média e uma moda de 0) e 39% nunca foram à escola (proporção entre duas e três vezes do caso dos superiores 1 e 2). O índice de posse de bens é de 0.78 em média e 1.0 mediana (0.84 e 1.0 respectivamente para o subgrupo de empregos inferiores 1), também no mais baixo da escala, e apenas 50% da média da amostra de todos os trabalhadores (ver secção anterior). Assim, mais da metade dos trabalhadores do grupo *Inferior 2* pertence à classe *mais* pobre de acordo com a posse bens enquanto 47% e 40% respectivamente dos trabalhadores das categorias Superior 1 e 2 estão na classe III *menos* pobre. Os trabalhadores *Inferior 1* também têm indicadores piores em termos de nutrição, 75% consumindo duas ou menos refeições por dia. A mediana de meses de experiência de trabalho para o mesmo empregador é também baixa, apenas de 4 meses (75% deste grupo tem menos de 12 meses acumulados no mesmo trabalho). É preciso ter em conta que estes trabalhadores fazem serviços para diversos empregadores pequenos locais e a variável de experiência de trabalho pode não ser tão relevante. Como foi referido na secção anterior, este grupo de trabalhadores tem também uma alta proporção de AF onde há pelo menos uma mulher SDV (40%). Também na maioria são mulheres trabalhadoras (60% e 68% segundo o grupo inferior) numa proporção muito maior que a amostra global e ainda mais em comparação aos trabalhadores da categoria agrícola superior, onde 75% são homens.

A segunda categoria deste contraste está constituída por trabalhadores agrícolas pagos mensalmente, com contratos sazonais mais regulares, e rendimentos estáveis (*Superior 2*). Nesta categoria (*Superior 2*) temos 472 casos enquanto a categoria *Superior 1*, com os mesmos critérios mas misturando emprego agrícola e não agrícola inclui 770 trabalhadores. Este último grupo é heterogéneo pelo que convém considerar até dois subgrupos: primeiro, os trabalhadores agrícolas dentro desta categoria (*Superior 2*) que beneficiam de condições laborais em média claramente superiores aos outros trabalhadores agrícolas, quer dos pertencentes aos grupos *Inferior 1 e 2*, quer dos não classificados; segundo, dentre os não agrícolas que estão sobre-representados na categoria de melhores empregos, é preciso considerar aqueles com piores condições relativas e relativamente homogéneos, definidos essencialmente como empregados domésticos que ganham por mês salários inferiores ao salário mínimo agrícola (*Inferior 3*).

Por definição, todos estes trabalhadores recebem normalmente por mês e trabalham por contratos sazonais, embora alguns também trabalhem como *ganho-ganho* eventualmente. As remunerações médias são substancialmente mais altas que a categoria *inferior 2*: a mediana por dia da superior 1 é de 15400 Mt (15000 para a superior 2) e o salário mensal médio alcança os 412000 Mt., sendo o salário mediano dos superiores 2 de 450000 Mt, o mais elevado de todos os grupos, mas ainda por debaixo do salário mínimo estabelecido pela lei.

Os empregos superiores também apresentam melhores indicadores de condições de trabalho em termos de regalias fora do salário (ver Quadro 51). Por exemplo, os trabalhadores nestes empregos têm mais probabilidade de serem remunerados pelas horas extra fora do horário normal (arredor de 50% dos casos). Também os empregadores de alguns destes trabalhadores oferecem almoço e alojamento relativamente com mais frequência que quaisquer outros tipos de emprego. Os trabalhadores nos empregos “superiores” também beneficiam-se de mais apoio dos empregadores sob forma de empréstimos ou adiantamentos sobre os salários. Isto obviamente acontece mais com alguns empregados não agrícolas, incluindo os empregados domésticos, que têm uma relação pessoas mais estreita com o empregador. O crédito aos trabalhadores por exemplo foi observada em algumas das grandes explorações de tabaco e citrinos em Manica onde existem lojas das empresas/farmeiros que oferecem com frequência produtos de consumo aos trabalhadores à crédito. Ao fim de cada mês nestes estabelecimentos o cálculo do salário mensal é feito tendo em conta os créditos das lojas e os dias e horas extra realizados pelos trabalhadores.

O índice de posse de bens é também claramente mais alto (2.28 média e 2.0 mediana) e 47% dos *superiores 1* (40% dos agrícolas nesta categoria) estão na classe de posse *menos pobre* (Quadro 32). Quase 50% tem mais de duas refeições por dia. A experiência média no mesmo trabalho também é maior. Esta amostra dos empregos superiores agrícolas é fundamentalmente de homens (75%) e é mais educada quer ao nível dos indivíduos entrevistados quer em relação aos AF deles. Os trabalhadores da classe *superior 2* (agrícolas) têm a característica de ter relativamente mais acesso aos melhores empregos, e estão mais presentes na província de Manica (70%), e particularmente nas categorias de plantações de empresas nacionais (18%), empresas e farmeiros estrangeiros (31%) enquanto 50% trabalham para farmeiros privados locais e pequenos empregadores vizinhos, bem abaixo do 63% da amostra total do

estudo. Se olharmos para a categoria superior 1, a presença dos trabalhadores agrícolas, como já foi referido, é muito grande (38%).

Os contrastes anteriores têm-se referido ao conjunto da amostra do inquérito e à classificação de acordo com tipos de emprego. Contrastes semelhantes podem também ser realizados para subgrupos específicos que temos salientado em outras partes deste relatório, nomeadamente as trabalhadoras SDV. O Quadro 33, como já foi anteriormente mencionado, apresenta diferenças muito substanciais para uma selecção de indicadores demográficos, educativos, de saúde e de tipo de emprego dividindo as mulheres entre aquelas com empregos “superiores” (do tipo I) e “inferiores” (do tipo I). A heterogeneidade dentro deste subgrupo de mulheres fica evidente com este contraste, particularmente em relação ao índice de posse de bens, os indicadores de fertilidade e mortalidade, os indicadores de privação educacional e o tipo de empregador de cada subgrupo. O contraste parece até mais forte entre estes dois subgrupos de mulheres SDV que entre subgrupos de homens e mulheres separados por tipo de emprego. Isto indica que, da mesma maneira que alguns dos trabalhadores mais pobres e vulneráveis são mulheres SDV, isto não impede que algumas mulheres consigam sair destas situações e até se emancipar através do acesso à empregos de boa qualidade e com rendimentos estáveis.

Portanto observamos que em certa medida a segmentação do mercado de trabalho rural, e particularmente o agrícola, está fortemente associada ao tipo de empregador de acordo com as categorias que temos utilizado neste estudo, embora existam outros factores de diferenciação, sobretudo o género, a educação, experiência de trabalho anterior e localização geográfica. Assim, é mais fácil encontrar empregos de qualidade (das categorias *superiores 1 e 2*) nos empregadores e empresas estrangeiros (dois terços dos trabalhadores aí encontrados) e nas empresas/plantações nacionais dedicadas à exportação (no chá, algodão e tabaco), que nas explorações de privados e camponeses locais abrangidas por este estudo (Quadro 52). Para além de uma especialização em produtos e linhas de negócios que criam melhor ou pior emprego, existem características específicas na gestão e organização dos diversos tipos de empregadores que vêm reflectidas e subsumidas na tipologia aqui utilizadas. Isto é, a variável “tipo de empregador” que está significativamente correlacionada com a classificação de empregos segundo a qualidade, pode ser considerada estatisticamente como um componente principal de vários factores, alguns não observáveis, que têm um efeito importante sobre a quantidade e qualidade do emprego.

Finalmente, este estudo recolheu alguma informação sobre as formas de organização dos trabalhadores abrangidos por este inquérito, como dito no início, estando todos fora do sistema de registo formal controlado pelas autoridades. A constatação principal neste sentido é a escassa ou quase nula presença dos sindicatos de trabalhadores nos estabelecimentos do inquérito, que inclui várias grandes empresas e explorações, quer desde o ponto de vista quantitativo quer do qualitativo. Assim, apenas 10% dos trabalhadores declararam *conhecer* da existência dum sindicato no seu lugar de trabalho e, destes, somente um % declarou ser membro. É preciso notar que as diferenças observadas segundo a tipologia de emprego também são constatadas em relação à esta pergunta. Assim, 21% dos trabalhadores agrícolas com empregos superiores declararam ter constância da existência dos sindicatos nos locais de trabalho. Como é evidente, ninguém dos trabalhadores no grupo inferior 2 tem conhecimento de sindicatos. Se o conhecimento dos sindicatos entre os trabalhadores

deste estudo é muito limitado (9%) a participação nas organizações sindicais é quase nula, tendo encontrado apenas 19 trabalhadores que declaram ser membros dum sindicato, isto é 9 por cento daqueles que declararam conhecer os sindicatos e portanto menos de 1% do total da amostra. Como temos indicado anteriormente a probabilidade, por quanto pequena, de ser membro dum sindicato é relativamente maior na categoria de empregos de maior qualidade. A pergunta sobre outras organizações que pudessem “representar os seus interesses” os trabalhadores referiram em grande maioria às instituições religiosas implantadas nos locais de residência. Um vasto leque de Igrejas e instituições religiosas foi mencionado, apesar de que somente arredor do 20 por cento de facto declara ler os textos sagrados com alguma frequência durante a semana.

A incapacidade dos sindicatos para poderem representar os interesses destes trabalhadores sazonais e eventuais ficou também evidente nas nossas entrevistas com os representantes provinciais das organizações sindicais. A falta de meios, de contribuições dos trabalhadores e de pessoal reforçam-se os uns aos outros num círculo vicioso em que o trabalhador fica totalmente desamparado na defesa dos direitos mais básicos, sem qualquer cobertura ou apoio institucional cara aos empregadores. Não é portanto surpreendente que na maioria dos casos as mínimas condições estabelecidas pela lei não sejam respeitadas e que não existam apenas mecanismos que permitam, pelo menos, aos trabalhadores conhecer os direitos básicos quer em termos do salário mínimo em vigor, as questões relativas às modalidades de contratação e a implicação dos trabalhos de mais de três meses,

5.6 As particularidades do emprego não agrícola

Apenas existem estudos pormenorizados da realidade dos trabalhadores assalariados empregues nos sectores de actividade não agrícola nas zonas rurais de Moçambique, nomeadamente nas aldeias e sobretudo nas sedes dos distritos. O IMRT fez recolha de informação de 470 trabalhadores em diversos sectores de emprego não agrícola, com especial ênfase no serviço doméstico, a construção, o transporte “informal”, o trabalho nas pensões e hotéis assim como o trabalho nas barracas e nos mercados como vendedores por conta de alguém. Ao longo deste inquérito temos apresentado vários resultados que incluem o subgrupo de trabalhadores não agrícolas. Por exemplo, na secção anterior temos constatado que os trabalhadores não agrícolas têm condições de emprego e status socio-económico relativamente melhores que os trabalhadores agrícolas. Contudo, temos também salientado a heterogeneidade dentro do emprego agrícola e o facto de existir também uma forte segmentação, particularmente se compararmos empregos no transporte (sobretudo dos motoristas) e na construção com empregos muito mais precários nos mercados e no serviço domésticos. Portanto temos apresentado vários indicadores nos Quadros 32, 34 e 49-52 referidos ao subgrupo específico de empregados domésticos com baixos salários, que temos denominado *Inferior 3*.

O inquérito estabeleceu metas para assegurar um número suficiente de casos em cada uma destas actividades e observar diferenças e padrões. No caso do serviço doméstico, uma actividade muito expandida em Moçambique, mas que normalmente se associa ao trabalho nas zonas urbanas ou grandes vilas, é preciso notar o facto que tende a ser um emprego mais duradouro que outros e que implica frequentemente a residência do

trabalhador na casa do empregador. Na realidade foi fácil encontrar empregados domésticos em quase todas as zonas abrangidas pelo inquérito e, para surpresa dos próprios inquiridores, era possível encontrar empregados domésticos mesmo nas casas de famílias rurais que podiam ser consideradas de relativamente pobres. Mais frequentemente, encontravam-se empregados domésticos nas casas de funcionários públicos até os níveis mais baixos do serviço público distrital. As vezes, estes trabalhadores eram apresentados como membros da família num esforço dos empregadores de ocultar que eram de facto trabalhadores e na linha de apresentar o que é uma relação de trabalho em termos muito desfavoráveis para o trabalhador como uma “ajuda” familiar. Não surpreenderia que muitos dos trabalhadores domésticos identificados neste inquérito apareceriam normalmente como “trabalhadores familiares sem remuneração” nos inquéritos convencionais precisamente devido às resistências dos empregadores em os apresentar como empregados assalariados. Os salários dos empregados domésticos variam muito, mas é neste trabalho onde encontramos alguns dos níveis salariais mais baixos de todo estudo em termos mensais. De facto encontramos pelo menos 25% de empregados domésticos com salários inferiores aos 100,000 Mt mensais e 94% recebem menos que o salário mínimo na agricultura. É verdade que nesta ocupação a manutenção (alojamento e comida) estão a cargo do empregador, embora ainda em condições frequentemente desumanas. Em contraste os empregados nos hotéis e pensões, que fazem trabalhos relativamente semelhantes encontravam-se numa situação relativamente melhor. Assim, pelo menos 40 por cento deles recebiam salários mensais acima do salário mínimo agrícola e o salário médio deles estava duas vezes acima do salário médio auferido pelos empregados domésticos.

As equipas de trabalho também encontraram facilmente empregados assalariados nos mercados e como vendedores de rua, o que põe em questão o pressuposto típico que todos os pequenos vendedores são auto-empregados. Os que foram abrangidos pelo inquérito como assalariados trabalhavam de facto para outrem e eram pagos com um salário fixo por dia ou por mês (contando os dias efectivamente trabalhados ao longo do mês), normalmente extremamente baixo, e às vezes acrescentado com comissões pelas vendas efectivas. Em termos médios estes trabalhadores recebem salários mensais semelhantes aos dos empregados domésticos, por debaixo dos 250000 Mt, mas pelo menos 50% destes trabalhadores auferem remunerações abaixo dos 150000 Mt e mais de 90% recebem menos de 400000 Mt (ver Quadros 48 e 51) .

Em termos gerais, muitos dos empregos não agrícolas são precários como temos mostrado para o serviço doméstico e os vendedores dos mercados, mas não tanto como a maioria dos empregos agrícolas. Nota-se também que os trabalhadores não agrícolas em termos gerais apresentam melhores níveis de bem-estar, de acordo com o índice de posse de bens. Por exemplo, 52% destes trabalhadores pertencem ao grupo menos pobre comparado com apenas 22% dos trabalhadores agrícolas, que em média têm índices metade do índice médio dos não agrícolas. Estes últimos têm índices de privação educacional menos preocupantes, com quase duas vezes os anos de escolaridade em comparação com os trabalhadores não agrícolas. É interessante notar, por último, que o emprego não agrícola inclui trabalhadores relativamente mais jovens, 50 por cento tendo menos de 24 anos, enquanto os agrícolas têm sete anos mais em média.

A equipa de trabalho apresentará separadamente um documento com informação mais detalhada e desagregada sobre o emprego não agrícola, dadas as especificidades e informação de primeira mão que temos recolhido.

6. Conclusões

Neste relatório temos apresentado a justificação, o contexto e a metodologia do estudo realizado sobre trabalhadores assalariados nas zonas rurais, agrícolas e não agrícolas. A metodologia ocupa uma parte importante do relatório por ser um elemento essencial do estudo. Um dos objectivos era o de tirar lições metodológicas em relação ao estudo do fenómeno de emprego rural desde uma perspectiva multidisciplinar e com o conseguinte uso de diversas técnicas de pesquisa. A lição mais importante é que, para entender a natureza e as dinâmicas do emprego temporário, não registado nas estatísticas oficiais nas zonas rurais é preciso ser extremamente cuidadoso com os métodos de pesquisa. A combinação de técnicas qualitativas e quantitativas e a presença frequente dos pesquisadores e utentes finais dos dados na recolha de informação do terreno e na supervisão do inquérito quantitativo foram aspectos muito importantes deste estudo, que assim diferencia-se bastante de outros inquéritos estatisticamente representativos de maior escala. No entanto, a amostra final foi muito grande para somente três províncias, 2638 trabalhadores e os seus AFs, o que dá certa segurança sobre ter atingido uma diversidade suficiente e a maior parte das tipologias de trabalhadores assalariados que podemos encontrar nas zonas rurais. Os resultados de tal amostra podem também ser mais úteis pois não dependem das particularidades de poucos casos, o que é com frequência um problema dos estudos puramente qualitativos.

O detalhe do questionário e a sua adequação às questões principais, principalmente através da utilização da matriz de emprego, asseverou-se fundamental para obter dados de qualidade concernentes as questões básicas sobre a diversificação das actividades, a natureza das mesmas e o papel do emprego assalariado neste contexto. Isto implica um grande número de perguntas e de verificações no terreno e no processamento de dados. A inclusão de perguntas abertas sem códigos para a descrição das actividades / ocupações desempenhadas pelos respondentes assevera-se essencial para evitar enviesamentos e respostas codificadas que levam facilmente ao erro de interpretação. Verificamos que as fontes de erros de medida pela interacção entre respondente e inquiridor sobre questões de emprego e ocupação são muitas e derivam-se de particulares conceitos que variam de uma localidade para outra e das várias formas como as perguntas podem ser feitas. Os períodos de referência das perguntas são também muito importantes, pois a irregularidade da maioria das actividades mencionadas põe em questão os módulos convencionais sobre emprego nos inquéritos nacionais. Outro aspecto metodológico é o da natureza da amostra e do processo de amostragem, isto é das várias formas de chegar ao grupo alvo (trabalhadores assalariados) a partir de fontes diversas de informação. A falta duma base amostral útil para este tipo de inquéritos mais específicos coloca desafios muito importantes na selecção da amostra. A nossa decisão foi a de dar prioridade à diversidade da amostra e à um balanço entre mulheres e homens, para estudar com mais detalhe os aspectos de género associados à participação no mercado de trabalho rural.

Um aspecto importante deste estudo é a combinação de métodos quantitativos e qualitativos. Histórias de vida, entrevistas abertas e perguntas abertas dentro do questionário foram realizadas e trianguladas com a vasta informação de carácter quantitativo derivada das perguntas fechadas do questionário dos trabalhadores. Isto permitiu realizar uma verificação e correcção dos dados mais precisa e exaustiva e também captar fenómenos que normalmente escapam aos inquéritos convencionais mas que têm uma relevância indubitável em estudos sobre emprego. Em relação ao último ponto, os inquéritos quantitativos de grande escala dificilmente conseguem gerar informação sobre alguns fenómenos complexos que incidem sobre a natureza da participação dos indivíduos no mercado de emprego rural. Por exemplo, é muito difícil analisar com questionários fechados formais e com uma só entrevista questões relativas às dinâmicas de migração, quer de curto quer de longo prazo, deslocações sazonais e as derivadas de conflitos violentos, assim como o impacto que estes processos de migração têm sobre as histórias de emprego dos indivíduos. Também os inquéritos convencionais têm grandes dificuldades em captar a violência de que são vítimas as mulheres e o impacto de relações de conflito dentro do AF, dos ciúmes, das acusações por feitiçaria e as implicações destes fenómenos sobre a vida diária das mulheres, o acesso aos recursos e a sua participação no mercado de trabalho para sobreviver ou ganhar independência dentro do AF. O mais alarmante é o facto das nossas entrevistas informais, abertas e mais aprofundadas revelarem frequentemente erros sérios cometidos ainda pelos inquiridores mais experientes, bem formados e cuidadosamente supervisionados, aquando o preenchimento de longos questionários formais, provavelmente forçados pela pressão de preencher caixas e escolher códigos nos instrumentos de inquérito mais formais. Também não é infrequente que os inquiridores não incluam algum membro do AF, devido aos complicados mecanismos e arranjos residenciais, às deslocações temporais que caracterizam muitos AFs do Moçambique rural (como de facto em outras zonas da África rural) em constante processo de mudanças. Estes simples, mas sérios erros na compilação da composição do AF, o estado civil das pessoas, as idades, têm implicações importantes no que diz respeito à interpretação das estatísticas apresentadas em termos per capita, como o consumo monetário utilizado para estimar a incidência da pobreza. Pode-se imaginar que, se ainda variáveis simples sobre a estrutura demográfica dos AF rurais são sujeitas a erros não amostrais significativos, pesquisadores e analistas deveriam ser muito prudentes quando fazem uso de variáveis baseadas em dados que são muito mais difíceis de verificar e corrigir, tais como a área cultivada, os rendimentos da *machamba* e as despesas mensais.²⁴ Portanto, uma clara vantagem da combinação de estudos de caso detalhados (histórias de vida e entrevistas abertas) e dados do inquérito quantitativo é a oportunidade de verificar a fiabilidade do trabalho da equipa de inquiridores “quantitativos” e reajustar os questionários e a interpretação das respostas.

O segundo objectivo deste relatório é a apresentação dos resultados principais do inquérito em relação a vários aspectos da força de trabalho analisada. Através de comparações com outros inquéritos representativos e de abrangência nacional pudemos dar um contexto aos resultados do nosso inquérito e apresentar a diversidade da amostra de trabalhadores. Neste grupo temos identificado um subgrupo que pode-se definir dos mais pobres dos pobres, precisamente aqueles com o menor índice de

²⁴ Já foi dito que pode “haver um grau de erro de medição considerável para algumas variáveis sobre as quais dados foram recolhidos no IAF” (Simler et al, 2004: 78).

posse de bens duráveis básicos e outros indicadores de pobreza e privação educacional. Em geral, temos visto as características demográficas dos AF que têm acesso ao trabalho assalariado nas zonas rurais, entre as quais destacamos a alta proporção de mulheres separadas/divorciadas/viúvas (SDV) que constituem um subgrupo de assalariados muito interessante. As histórias de estas mulheres tem-nos ensinado os processos de participação da mulher no mercado de trabalho rural e a importância da ausência de homens adultos nesses agregados familiares. Destas análises desprende-se uma bifurcação entre o papel do trabalho assalariado temporário como último recurso de mulheres em desespero e o papel como mecanismo de saída da pobreza e inclusivamente de emancipação do poder as vezes opressor dos homens na família rural.

As informações sobre os membros dos AF dos trabalhadores alvo do estudo têm sugerido que uma proporção muito significativa destes de facto participam no mercado rural de emprego assalariado, mesmo que seja duma maneira irregular. Esta participação varia duns AF para outros e no geral os menos pobres têm mais membros com acesso à empregos mais regulares e fontes de rendimento mais estáveis. A definição económica e mais ampla do AF também permitiu captar indivíduos muito relevantes para o sustento do AF que com uma definição residencial mais convencional poderiam ter ficado fora do inquérito. Uma proporção não marginal destes também participa activamente no mercado de emprego rural.

Com os resultados estatísticos, e sobretudo através da pesquisa qualitativa, e o estudo de processos de indivíduos seleccionados, temos verificado a importância da mobilidade/migração para o acesso ao trabalho assalariado, particularmente as experiências prévias de emprego no passado e os conhecimentos específicos adquiridos. Este fenómeno é difícil de estudar com base num inquérito único por questionário e de grande escala, que só pode oferecer uma fotografia instantânea da realidade sem sugerir processos e mecanismos de mudança. As histórias de vida e outras entrevistas em profundidade ajudaram a explicar alguns destes processos e relaciona-los com a realidade actual de emprego que enfrentam os indivíduos e famílias abrangidas neste inquérito.

Também apresentamos resultados sobre a frequência/incidência de várias formas de trabalho assalariado (pago em dinheiro ou em espécie) e diferenças por regiões e zonas, tendo assinalado a diferenciação entre os trabalhadores sazonais nas grandes e médias explorações e os que fazem *ganho-ganho* para agricultores vizinhos. Também temos observado a incidência e natureza das outras actividades de rendimento que complementam o trabalho assalariado agrícola. Em geral estes resultados representam uma aproximação ao papel do trabalho assalariado nas estratégias de sobrevivência dos pobres e nas formas de diferenciação social que estão acontecendo nas zonas rurais por via do acesso a diversas modalidades de emprego permanente, sazonal ou eventual. Uma constatação importante é que a diversificação das actividades é clara mas o leque de actividades é mais reduzido do que algumas pesquisas têm sugerido. De facto, a grande maioria dos trabalhadores vive normalmente de duas ocupações e tipicamente uma é o trabalho assalariado e outra o trabalho na própria *machamba*. Na realidade estas actividades são complementares e a agricultura por conta própria desempenha um papel muito específico na maioria dos casos, permitindo aos trabalhadores sobreviver com salários irregulares e extremamente baixos e de facto criando condições para que os empregadores, sobretudo os mais pequenos, tenham

acesso à mão de obra a custo muito baixo. Mas existem diferenças notáveis na inserção no mercado de emprego entre os trabalhadores, particularmente em vários aspectos relativos às condições destes empregos.

Portanto, o grau e as formas de segmentação do mercado rural de trabalho, por zonas geográficas, sectores, tipos de empregadores é, de facto, um dos resultados principais deste estudo. Existem assim diferenças, dentro do emprego agrícola, entre os que trabalham para farmeiros privados (médias e grandes explorações), para locais e para farmeiros estrangeiros que vêm de investir no país há pouco tempo. As diferenças existentes entre as diversas formas de trabalho assalariado, que concernem as condições de trabalho (regalias, horários), a frequência, as modalidades e níveis de remuneração, são apresentadas neste relatório. Estas diferenças têm interesse porque a sua existência assinala processos diferentes, por um lado, da reprodução de situações de pobreza extrema e, por outro, das formas de saída da pobreza. O que parecem salientar os resultados é que, embora a segmentação por género, localização geográfica, agrícola vs não agrícola e tarefa específica expliquem uma parte das diferenças nas condições de trabalho e no bem estar entre os mais de 2600 trabalhadores, aspectos mais específicos e idiossincráticos que resumem-se normalmente no tipo de empregador desempenham um papel crucial. Isto é, independentemente do género, localização e tarefas remuneradas, o tipo de empregador e as relações específicas entre empregador e trabalhador constituem factores essenciais na segmentação e diferenciação do mercado de emprego assalariado rural. Isto tem implicações no sentido que intervenções para melhorar a quantidade e sobretudo a qualidade do emprego assalariado nas zonas rurais devem se focalizar também no lado da procura, portanto na promoção dos empregadores que oferecem melhores condições e na provisão dos incentivos adequados para que os melhores empregadores incrementem operações e criem mais emprego.

Finalmente é pertinente comentar que a heterogeneidade e segmentação do mercado rural de trabalho, de acordo com a informação sobre modalidades de pagamento, salários e outras condições de trabalho existe num contexto de mudanças consideráveis e ao mesmo tempo desigualmente distribuídas nas zonas rurais do país. Para compreender algumas das realidades observadas hoje nestes mercados rurais de trabalho é preciso conhecer e tirar lições da história de longo prazo das profundas transformações sociais assim como a economia política dos primeiros anos pós-independência e do conflito posterior.²⁵ Mas também é preciso considerar seriamente outros processos dinâmicos de transformações económicas e sociais desde o fim do conflito em 1992, que têm tido efeitos sobre a procura de trabalhadores nas zonas rurais e a estrutura segmentada dos mercados de trabalho. Estas transformações incluem a reabilitação das infraestruturas em determinadas zonas do país, o fluxo de investidores nacionais e estrangeiros na agricultura comercial, a chegada de farmeiros da África do Sul e do Zimbábwe (muitos concentrados nas zonas de grande potencial de Manica), a reabilitação das plantações de chá na Zambézia, a integração dos pequenos e médios produtores agrícolas nas cadeias de valor globais (especialmente

²⁵ A rica literatura mencionada nas primeiras secções deste relatório de autores como O'Laughlin (1981, 1996), Castel-Branco (1994, 1983), Head (1980, 1981) e Wuyts (1981, 1989) entre outros frequentemente documentou estas formas de segmentação das estruturas e instituições agrárias antes da Independência e depois, seguindo processos de diferenciação e várias formas de estratificação dos camponeses moçambicanos, mais complexas do que a hipótese dualista admite (camponeses vs. farmeiros comerciais, ou camponeses vs. farmas estatais).

no tabaco e algodão), como as mais relevantes. Na medida em que estas transformações e as suas implicações para os mercados rurais de trabalho têm lugar também em outros países da África Sub-Sahariana, alguns dos resultados deste estudo podem ser relevantes além das fronteiras de Moçambique.

Bibliografia

- Bryceson D., C. Kay and J. Mooj (eds.), (2000), *Disappearing Peasantries? Rural Labour in Africa, Asia and Latin America*, London: ITDG.
- Castel-Branco C.N. (1983), “Trabalho assalariado e pequena produção mercantil na estratégia de socialização do campo” Dissertação, Centro de Estudos Africanos, UEM: Maputo.
- Castel-Branco C.N. (1994), “Problemas estruturais do Desenvolvimento Agrário”, em *Moçambique: Perspectivas Económicas*, organizado por C.N. Castel-Branco, UEM, Maputo.
- Centro de Estudos Africanos (CEA), UEM (1982), *Plantações de Chá e Economia Camponesa: Informação Básica para um Plano Director da Zona Gurúè-Socone, Alta Zambézia*, Projecto da EMOCHÁ, Relatório A. UEM: Maputo.
- Chiconela, J. (2004), “Estimativas e Perfil da Pobreza Em Moçambique”, Relatório de Discussão P3. Direcção Nacional de Estudos e Analises de Políticas, Ministério da Planificação de Desenvolvimento, Maputo.
- Cramer C. and N. Pontara, (1998), “Poverty and Poverty Alleviation in Rural Mozambique: What’s Missing from the Debate?”, *Journal of Modern African Studies*, 36 (1): 101-138.
- Ellis F. (2000), *Rural Livelihoods and Diversity in Developing Countries*, Oxford: Oxford University Press.
- Head J.F. (1980), *State, capital and migrant labour in Zambézia, Mozambique : a study of the labour force of Sena Sugar Estates Limited*, Thesis (Ph.D.), University of Durham, 1980.
- Head J.F. (1981), “O desenvolvimento dum força de trabalho nas plantações da Zambézia”, Texto de Apoio n. 75, CEA, UEM, Maputo.
- ILO (1985), *Informal Sector in Africa*. JASPA: Addis Ababa.
- ILO (1991), *The Dilemma of the Informal Sector*. International Labour Office: Geneva.
- ILO (2003) *Decent Work in Agriculture*, ILO-Bureau for Workers' Activities, Background Paper International Workers' Symposium on Decent Work in Agriculture. Geneva: ILO.
- Instituto Nacional de Estatística (INE), (2001), *Questionário de Indicadores Básicos de Bem-Estar*, Maputo: INE.
- Instituto Nacional de Estatística (INE), (2003), *Inquérito Aos Agregados Familiares sobre o Orçamento Familiar: Quadros Definitivos*. Maputo: INE.
- James, R.C., C. Arndt, e K.R. Simler. (2005), “Has economic growth in Mozambique been pro-poor?” Relatório de Discussão E7. Direcção Nacional de Estudos e Analises de Políticas, Ministério da Planificação de Desenvolvimento, Maputo.
- Jarvis, L. and Esperanza Vera-Toscano (2004), *The Impact of Chilean Fruit Sector Development on Mulheres Employment and Household Income*, World Bank Policy Research Working Paper, 3263. Washington D.C.: The World Bank.
- Lanjow P., (1995) “Poverty and Household Size” *Economic Journal* Vol. 105, No. 433 (November): 1415-1434.
- Lubell, H. (1991), *The Informal Sector in the 1980s and 1990s*. Development Centre Studies, OECD, Paris.
- Maximiano, N. (2005). “Qual foi a dinâmica dos determinantes da pobreza em Moçambique?” Relatório de Discussão P5. Direcção Nacional de Estudos e Analises de Políticas, Ministério da Planificação de Desenvolvimento, Maputo.

Ministério do Plano e Finanças (MPF), Governo de Moçambique (2001) *Avaliação Participativa da Pobreza: Relatório de Síntese*, Maputo: Ministério do Plano e Finanças, DNPO.

MPF, UEM, IFPRI. (1998), *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Primeira Avaliação Nacional (1996-97)*. Maputo: Ministério do Plano e Finanças, DNPO.

MPF, IFPRI, e Universidade de Purdue. (2004), *Pobreza e Bem-Estar em Moçambique: Segunda Avaliação Nacional (2002-2003)*. Maputo: Ministério do Plano e Finanças, DNPO e GEST.

Mwamadzingo, M. (2003), *Assessing the Decent Work Deficit in African Agriculture: Priority Issues*, International Labour Organisation, Sub-Regional Office for Southern Africa, Discussion Paper 21. Geneva: ILO.

Newman C., and L. Jarvis (2000), “Worker and Firm Determinants of Piece Rate Variation in an Agricultural Labor Market”, *Economic Development and Cultural Change*, Vol. 49 (1): 137-169.

O’Laughlin B. (1981), “A Questão Agrária em Moçambique”, *Estudos Moçambicanos*, n. 3.

O’Laughlin, B. (1996), “Through a Divided Glass: Dualism, Class, and the Agrarian Question in Mozambique”, *Journal of Peasant Studies*, 23 (4): 1-39.

Pfeiffer J., (2003), “Cash Income, Intrahousehold Cooperative Conflict, and Child Health in Central Mozambique”, *Medical Anthropology*, 22, p.102.

Pijnenburg B., C.M. Ribeiro et al. (2000), *Estratégias de Gereção de Renda das Famílias Rurais e suas Interações com o Ambiente Institucional Local*. Maputo, Faculdade de Agronomia e Engenharia Forestal, UEM, 117.

Reardon T. (1997) “Using evidence of household income diversification to inform study of the rural non-farm labour market in Africa”, *World Development*, 25, (5).

Rutherford B. (2001), *Working on the Margins: Black Workers, White Farmers in Postcolonial Zimbabwe*, London, Zed Books.

Sender, J. (2002). “Women’s struggle to escape rural poverty in South Africa.” *Journal of Agrarian Change*, Vol. 2, No. 1, pp.1–49.

Sender J., C. Cramer and C. Oya, (2005), “Unequal Prospects: Disparities in the Quantity and Quality of Labour Supply in sub-Saharan Africa” *Social Protection Discussion Paper n. 0525*, World Bank.

Sender, J., C. Oya and C. Cramer (2006), “Women Working for Wages: Putting Flesh on the Bones of a Rural Labour Market Survey in Mozambique” *Journal of Southern African Studies*, 32 (2): 313-333.

Simler K., S. Mukherjee, G. Dava and G. Datt (2004), *Rebuilding after War: Micro-level Determinants of Poverty Reduction in Mozambique*, Research Report 132, IFPRI: Washington DC.

Tschirley, D. and Rui Benfica (2000), *Smallholder Agriculture, Wage Labour, and Rural Poverty Alleviation in Mozambique: What Does the Evidence Tell Us?* Ministry of Agriculture and Rural Development, Directorate of Economics Research Paper Series, 41. Maputo: Republic of Mozambique.

Vijfhuizen, C., C. Braga, L. Artur and N. Kanji, (2003), “Gender, Markets and Livelihoods in the Context of Globalisation: A Study of the Cashew Sector in Mozambique” (London, IIED, Main Report, Phase 1: Nampula Province, 2003), p.15.

Vletter, F. de (1996), *Study on the Informal Sector in Mozambique*, Ministry of Planning and Finance, Maputo.

Whiteside M., (2000), *Neighbours in Development: Livelihood Interactions between Northern Mozambique and Southern Malawi*. Report for DFID; Kadale Consultants.

- White H. (2002), “Combining Quantitative and Qualitative Approaches to Poverty Analysis” *World Development*, 30 (3)
- Wuyts M. (1981), “Camponeses e economia rural em Moçambique”, Relatório n. 8, CEA, UEM, Maputo.
- Wuyts, M. (1989), *Money and Planning for Socialist Transition: The Mozambican Experience*, Aldershot: Gower.
- Wuyts M. (2001) WIDER

Apêndice estatístico

1. Resultados relevantes de outros inquéritos

Quadro 1. Incidência da pobreza com cabaz flexível

	1996-97	2002-03	Diferença em pontos percentuais
<i>Nacional</i>	69.4	54.1	-15.3
<i>Urbano</i>	62	51.5	-10.5
<i>Rural</i>	71.3	55.3	-16
<i>Norte</i>	66.3	55.3	-11
<i>Centro</i>	73.8	45.5	-28.3
<i>Sul</i>	65.8	66.5	0.7
<i>Niassa</i>	70.6	52.1	-18.5
<i>Cabo Delgado</i>	57.4	63.2	5.8
<i>Nampula</i>	68.9	52.6	-16.3
<i>Zambézia</i>	68.1	44.6	-23.5
<i>Tete</i>	82.3	59.8	-22.5
<i>Manica</i>	62.6	43.6	-19
<i>Sofala</i>	87.9	36.1	-51.8
<i>Inhambane</i>	82.6	80.7	-1.9
<i>Gaza</i>	64.6	60.1	-4.5
<i>Maputo Provincia</i>	65.6	69.3	3.7
<i>Maputo Cidade</i>	47.8	53.6	5.8

MPF 2004

Quadro 2. Incidência do trabalho agrícola sazonal/eventual por outrem

	Alguém na família trabalhou como sazonal ou eventual agrícola (%)	
	<i>Não</i>	<i>Sim</i>
Nacional (N=8700)	83.71	16.3
Rural	79.06	20.9
Urbano	93.54	6.5

Fonte: Cálculos a partir da base do IAF02 .NB: tirei as linhas dentro da tabela

Quadro 3. Trabalhadores temporais nas grandes e médias explorações (TIA02)

	<i>Contratação de temporais (incidência) GE</i>	<i>Número médio de temporais GE</i>	<i>Número máximo de temporais GE</i>	<i>Forma de pagamento (% dos casos) GE</i>		<i>Contratação de temporais (incidência) ME</i>
				tarefa	dia	
Nampula	34%	162	1300	47	53	80%
Zambézia	41%	75	610	44	56	60%
Manica	37%	37	150	76	24	42%
Gaza ^a	41%	45	1120	53	44	26%
Total	37%	62	1400 ^b	54	43	42%

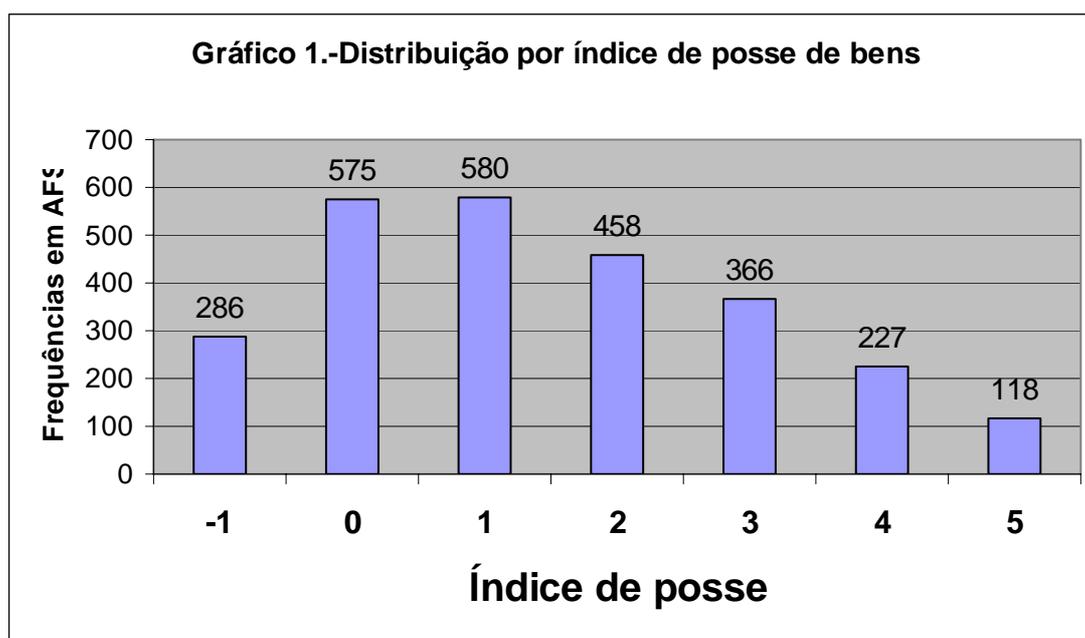
Notas: GE → grandes explorações e ME → médias explorações. a) A amostra/censo do TIA02 para as grandes explorações estava claramente enviesada por Gaza, que concentrava 40% da amostra; b) este máximo se encontra num estabelecimento de Maputo.

Fonte: Cálculos sobre a base de dados TIA02

2. Índice de pobreza, posse de bens e condições de vida: comparações com IAF02

Quadro 4. Componentes dum Índice Simplificado de Posse de Bens (Intervalo = -1 a +5)

<i>Bens / características seleccionadas</i>	<i>Ponderação</i>	<i>Percentagem de AF</i>	
		<i>SIM (%)</i>	<i>NÃO (%)</i>
Rádio — Cassete	1	24.6	75.4
Candeeiro	1	67.4	32.6
Relógio	1	35.4	64.6
Cama	1	19.6	80.4
Sapatos para todos os adultos	1	44.6	55.4
Sem latrina / saneamento	-1	44.9	55.1



Quadro 5. Classificação dos AFs por índice de posse de bens

<i>Classe de Posse</i>	<i>Média</i>	<i>Mediana</i>	<i>Desvio padrão</i>	<i>N</i>
I (mais pobre)	-.33	.00	.471	860
II (médio)	1.44	1.00	.497	1036
III (menos pobre)	3.65	3.00	.745	705
Total	1.45	1.00	1.638	2601

Quadro 6. Classificação das províncias índice de posse de bens (-1 à 5)

Província	Média	Mediana	Desvio padrão	N
NAMPULA	1.21	1.00	1.657	827
ZAMBÉZIA	1.14	1.00	1.440	827
MANICA	1.94	2.00	1.672	947
Total	1.45	1.00	1.638	2601

Quadro 7. Pobreza por províncias : Índice de posse de bens por Classe

		Classes de posse (índice relativo de pobreza)			Total
		I	II	III	
NAMPULA	N	340	285	202	827
		41%	35%	24%	100%
ZAMBÉZIA	N	313	367	147	827
		38%	44%	18%	100%
MANICA	N	207	384	356	947
		22%	41%	38%	100%
Total	N	860	1036	705	2601
		33%	40%	27%	100%

**Quadro 8 - Posse de bens em relação à classe de AF (por índice de posse)
- em % por classe**

Grupo de posse	Rádio	Rádio cassete - aparelhagem	Bicicleta	Candeeiro	Lanterna	Relógio	Cama	Sapatos para todos adultos
1 mais pobre	44	3	30	31	5	4	0	6
2 médio	61	19	42	78	15	29	9	48
3 menos pobre	76	59	52	95	40	82	57	85
Total	60	24	41	67	18	35	19	44

Quadro 9 - Pobreza e condições da habitação por classe de AF (em % da classe)

Classe de posse	Sem latrina	Rio, lago ou lagoa como fonte de água	Cobertura de capim	Paredes de paus maticados
1 mais pobre	77	62	99	32
2 médio	39	49	96	25
3 menos pobre	14	32	79	16
Total	45	49	92	25

Quadro 10 – Posse de animais e despesas mensais por classe de AF (% da classe)

<i>Grupo de posse</i>	Posse de uma vaca ou mais %	Posse de um cabrito ou mais %	Posse de 10 galinhas ou mais %	Despesa mensal média < 200,000 Mt por AF %
1 mais pobre	2	19	16	80
2 médio	4	22	25	70
3 menos pobre	10	34	35	52
Total	5	24	25	68

Quadro 11 - Índice de pobreza (por posse de bens) e intervalos de despesa líquida mensal por AF

<i>Província</i>			Intervalos de despesa monetária mensal			Total	
			< 50,000 mt	50,000 - 200,000 mt	> 200,000 mt		
NAMPULA	I	N	92	117	30	239	
		%	38%	49%	13%	100%	
	Classe de posse II	N	63	103	56	222	
		%	28%	46%	25%	100%	
	III	N	13	62	70	145	
		%	9%	43%	48%	100%	
	Total	N	168	282	156	606	
		%	28%	47%	26%	100%	
	ZAMBEZIA	I	N	48	82	49	179
			%	27%	46%	27%	100%
Classe de posse II		N	71	106	73	250	
		%	28%	42%	29%	100%	
III		N	13	62	46	121	
		%	11%	51%	38%	100%	
Total		N	132	250	168	550	
		%	24%	45%	31%	100%	
MANICA		I	N	23	84	30	137
			%	17%	61%	22%	100%
	Classe de posse II	N	16	142	84	242	
		%	7%	59%	35%	100%	
	III	N	17	112	140	269	
		%	6%	42%	52%	100%	
	Total	N	56	338	254	648	
		%	9%	52%	39%	100%	

Quadro 11b - Índice de pobreza (por posse de bens) e intervalos de despesa líquida mensal por AF – medidas de correlação não paramétrica

		Value	Asymp. Std. Error(a)	Approx. T(b)	Approx. Sig.
Ordinal by	Kendall's tau-b	.243	.020	12.301	.000
Ordinal	Gamma	.373	.029	12.301	.000
N of Valid Cases		1804			

a Not assuming the null hypothesis. b Using the asymptotic standard error assuming the null hypothesis.

Quadro 12. Educação e pobreza: níveis de educação atingidos por indicador de posse de bens IMRT (em %)

<i>Por províncias</i>			<i>Nunca frequentou a escola</i>	<i>Nenhum grau completado</i>	<i>Nenhum grau completado (incluindo nunca frequentado escola)</i>	<i>EPI</i>	<i>EP2</i>	<i>ES</i>
NAMPULA	<i>índice de posse</i>	<i>1</i>	41	45	86	10	3	1
	<i>índice de posse</i>	<i>2</i>	36	45	81	11	5	2
	<i>índice de posse</i>	<i>3</i>	27	43	70	15	10	4
NAMPULA (n = 3554)		<i>Total</i>	35	45	80	12	5	2
ZAMBÉZIA	<i>índice de posse</i>	<i>1</i>	35	50	85	12	3	0
	<i>índice de posse</i>	<i>2</i>	24	53	77	17	5	1
	<i>índice de posse</i>	<i>3</i>	16	47	63	21	10	3
ZAMBÉZIA (n = 2097)		<i>Total</i>	27	51	78	16	5	1
MANICA	<i>índice de posse</i>	<i>1</i>	51	30	81	13	4	1
	<i>índice de posse</i>	<i>2</i>	37	37	74	18	6	2
	<i>índice de posse</i>	<i>3</i>	22	38	60	22	12	5
MANICA (n = 3312)		<i>Total</i>	33	36	69	19	8	3

Notas: Idade >=15 anos,

Amostra válida de 8963 indivíduos

Índice de posse de bens: 1 mais pobre e 3 menos pobre

Quadro 13. Educação e pobreza: níveis de educação atingidos por quintil de consumo IAF02 (em %)

	<i>Quintis</i>	<i>Nenhum grau completado (incluindo nunca frequentado escola)</i>	<i>Completo EPI (%)</i>
NAMPULA N= 1132	1	87	13
	2	86	11
	3	83	11
	4	79	13
	5	64	15
	total	82	12
ZAMBÉZIA N = 979	1	80	20
	2	82	18
	3	83	16
	4	74	23
	5	73	15
	total	78	19
MANICA N = 689	1	63	23
	2	72	21
	3	63	29
	4	73	19
	5	63	24
	total	67	23

Fonte: IAF 2002-03

Nota: indivíduos de 15 anos ou mais anos

Quadro 14. Indicadores de pobreza: comparações entre IAF02 e IMRT02 (amostras globais)

% da amostra	Nampula		Zambézia		Manica	
	IAF02	IMRT02	IAF02	IMRT02	IAF02	IMRT02
<i>Posse de:</i>						
Bicicleta	39	39	42	56	49	29
Rádio	54	54	42	60	66	65
Relógio	17	30	21	30	37	44
Refeição com carne	35	17	21	13	37	28
Três refeições	31	20	47	9	43	57

Nota: Os resultados se referem às zonas rurais somente.

Fonte: Cálculo sobre a base do IAF02

Quadro 15. Indicadores de pobreza: comparações entre IAF02 e IMRT02 (amostras mais pobres)

% da amostra	Nampula		Zambézia		Manica	
	IAF02	IMRT02	IAF02	IMRT02	IAF02	IMRT02
<i>Posse de:</i>						
Bicicleta	29	29	23	36	47	21
Rádio	44	46	25	41	56	47
Relógio	6	3	14	4	31	6
Refeição com carne	24	14	15	9	31	15
Três refeições por dia	16	13	19	2	33	48

Nota: Os resultados se referem ao quintil mais pobre do IAF02 e ao grupo de posse mais pobre (Classe I) do IMRT02 somente para as zonas rurais.

Quadro 16 - Índices de privação educativa, saúde e nutrição e pobreza

Classe de posse de bens (índice de pobreza)		<i>Número de filhos nascidos ainda vivos (do RP)</i>	<i>Taxa de Mortalidade dos filhos (%)</i>	<i>Tamanho da machamba (medida 1) ^a hectares</i>	<i>Tamanho da machamba (medida 2) hectares</i>	<i>Número de refeições por dia</i>	<i>Anos de escolaridade completados (do RP)</i>
I mais pobre	N	797	681	383	446	859	857
	Média	4.2	31.8	.74	1.47	2.15	2.2
	Mediana	4.0	33.3	.50	.79	2.00	2.0
	Desvio Padrão	3.209	29.2417	.89130	1.52011	.423	2.400
II médio	N	959	780	506	479	1035	1034
	Média	3.4	25.2	.77	1.64	2.26	3.5
	Mediana	3.0	20.0	.50	1.13	2.00	3.0
	Desvio Padrão	2.926	27.9352	.86140	1.47892	.472	2.748
III menos pobre	N	640	491	360	268	704	703
	Média	3.0	22.0	1.01	1.86	2.48	5.13
	Mediana	2.0	.0	.81	1.54	2.00	5.00
	Desvio Padrão	3.041	27.2823	.97931	1.62397	.514	2.822
Total	N	2396	1952	1249	1193	2598	2594
	Média	3.57	26.701	.8278	1.6253	2.28	3.53
	Mediana	3.00	25.000	.5000	1.1310	2.00	4.00
	Desvio Padrão	3.086	28.4986	.91227	1.53374	.486	2.882

Nota: RP = respondente principal (trabalhador entrevistado) a/ Duas medidas aproximativas das *machambas* foram utilizadas segundo a forma da mesma. No primeiro caso a medida baseou-se no raio dum círculo e na segunda nas medidas dos lados dum quadrado/rectângulo.

3. Distribuição da amostra: características gerais

Quadro 17. Metas amostrais por subgrupos – indicações a seguir pelas equipas do campo sob supervisão

		Trabalhadores agrícolas sazonais e eventuais						Trabalhadores agrícolas a tempo inteiro						Total geral
		Grandes empregadores (50 ou mais trabalhadores no pico)			Pequenos/medianos empregadores			Grandes empregadores			Pequenos/medianos empregadores			
		<i>Mulheres</i>	<i>Homens</i>	Total	<i>Mulheres</i>	<i>Homens</i>	Total	<i>Mulheres</i>	<i>Homens</i>	Total	<i>Mulheres</i>	<i>Homens</i>	Total	
Nampula	Maiores empregadores	190	110	300	125	125	250	15	45	60	5	15	20	630
	Menores empregadores	60	40	100	50	50	100	5	15	20	2	8	10	230
	<i>Total Nampula</i>	250	150	400	175	175	350	20	60	80	7	23	30	860
Zambézia	Maiores empregadores	190	110	300	125	125	250	15	45	60	5	15	20	630
	Menores empregadores	60	40	100	50	50	100	5	15	20	2	8	10	230
	<i>Total Zambézia</i>	250	150	400	175	175	350	20	60	80	7	23	30	860
Manica	Maiores empregadores	190	110	300	100	100	200	15	45	60	5	15	20	580
	Menores empregadores	60	40	100	50	50	100	5	15	20	2	8	10	230
	<i>Total Manica</i>	250	150	400	150	150	300	20	60	80	7	23	30	810
Total global		750	450	1200	500	500	1000	60	180	240	21	69	90	2530

Trabalhadores não agrícolas foram divididos em três grupos de 150 alvo em cada província, com mais ênfase em empregados domésticos, empregados de pensões e barracas, trabalhadores informais da construção e outros trabalhadores informais no transporte (chapas, chovas)

Quadro 18. Amostra final de trabalhadores por tipo de empregador (excluídos valores omissos)

		Tipos de empregadores						Total	
		<i>Empresa agrícola nacional</i>	<i>Farmeiro nacional</i>	<i>Empregadores locais "vizinhos (agricultores)"</i>	<i>Empresa agrícola estrangeira</i>	<i>Farmeiro estrangeiro</i>	<i>Não agrícolas</i>		
<i>Província</i>	NAMPULA	N	58	361	272	3	0	140	834
		% entre província	7.0%	43.3%	32.6%	.4%	.0%	16.8%	100.0%
		% por empregador	21.6%	49.5%	29.2%	2.7%	.0%	31.5%	31.8%
	ZAMBÉZIA	N	153	216	292	0	25	148	834
		% entre província	18.3%	25.9%	35.0%	.0%	3.0%	17.7%	100.0%
		% por empregador	57.1%	29.6%	31.3%	.0%	18.9%	33.3%	31.8%
	MANICA	N	57	152	369	110	107	156	951
		% entre província	6.0%	16.0%	38.8%	11.6%	11.3%	16.4%	100.0%
		% por empregador	21.3%	20.9%	39.5%	97.3%	81.1%	35.1%	36.3%
Total	N	268	729	933	113	132	444	2619	
	% entre província	10.2%	27.8%	35.6%	4.3%	5.0%	17.0%	100.0%	
	% por empregador	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	100.0%	

Nota: Para comparar com metas do Quadro anterior note-se o seguinte.

- 1) Normalmente as empresas nacionais, estrangeiras ou mistas, e os fazendeiros individuais estrangeiros podem ser considerados grandes empregadores de acordo com a nomenclatura do quadro anterior.
- 2) Os fazendeiros nacionais coincidem normalmente com medianos empregadores com alguma exceção de maior escala.
- 3) Os empregadores locais/vizinhos são normalmente pequenos empregadores.
- 4) Os não agrícolas pelo geral são também pequenos empregadores com alguma exceção de mediana escala (11 ou mais trabalhadores)

Quadro 19. Amostra final dos trabalhadores por tamanho do empregador (excluídos valores omissos) – número de trabalhadores no pico de operações

Província		N	Tipo de empregador por tamanho			Total
			Pequeno empregador (1-10 trabalhadores)	Médio empregador (11-50)	Grande empregador (50+)	
NAMPULA	N		305	257	272	834
	% entre província		36.6%	30.8%	32.6%	100.0%
	% por empregador		26.8%	32.6%	38.8%	31.7%
ZAMBÉZIA	N		364	290	180	834
	% entre província		43.6%	34.8%	21.6%	100.0%
	% por empregador		32.0%	36.8%	25.7%	31.7%
MANICA	N		470	241	249	960
	% entre província		49.0%	25.1%	25.9%	100.0%
	% por empregador		41.3%	30.6%	35.5%	36.5%
Total	N		1139	788	701	2628
	% entre província		43.3%	30.0%	26.7%	100.0%
	% por empregador		100.0%	100.0%	100.0%	100.0%

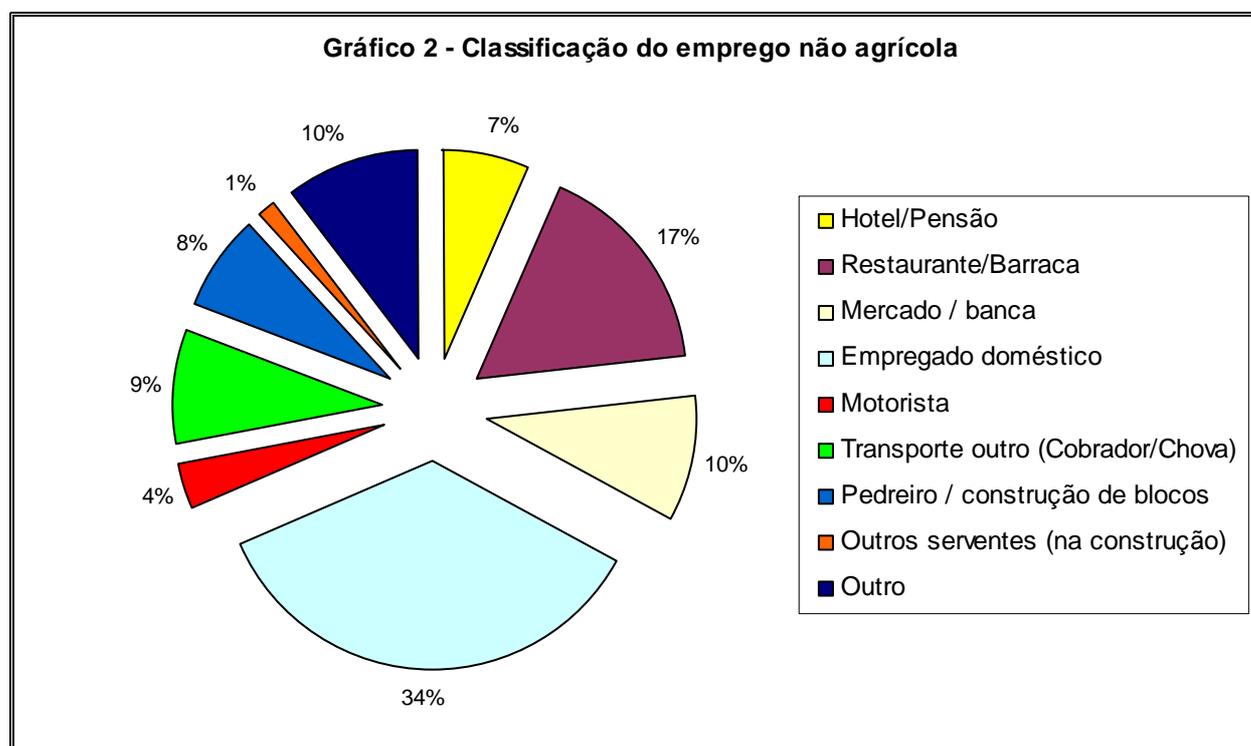
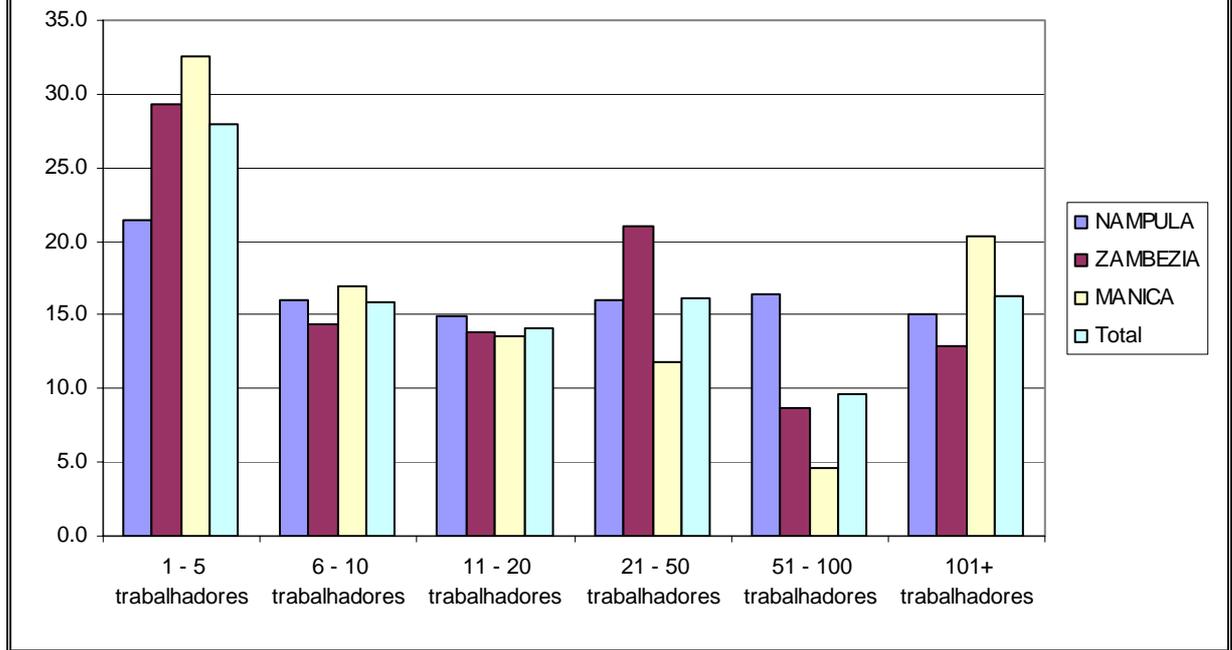


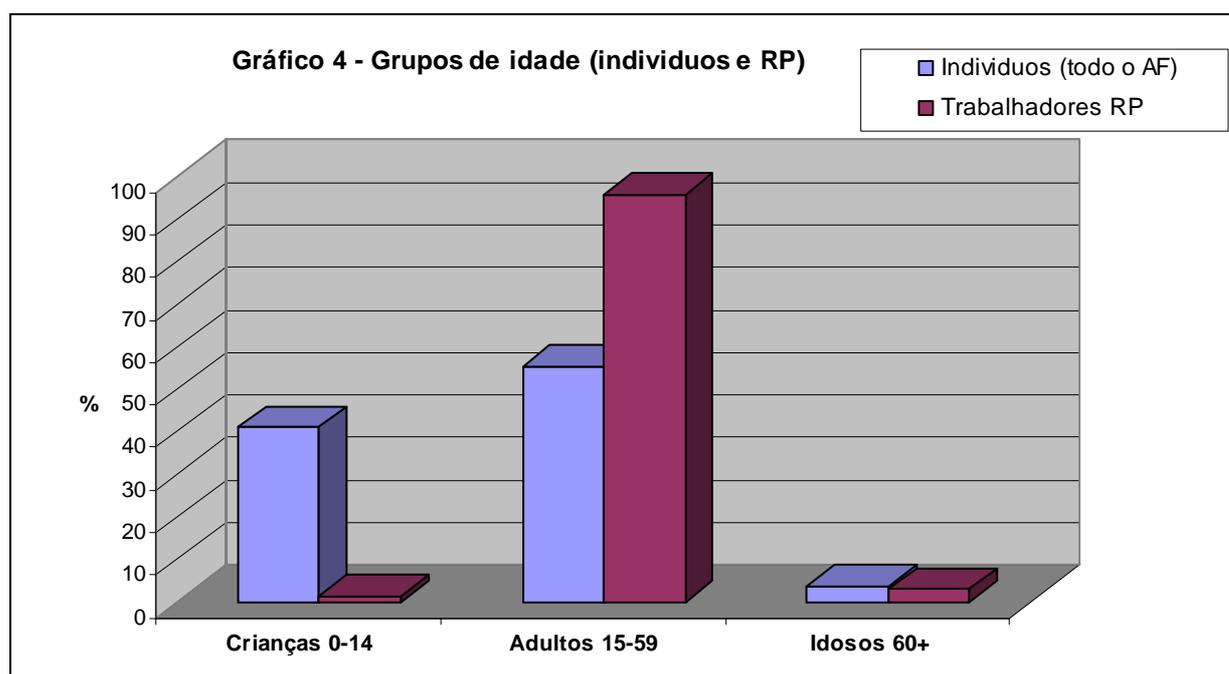
Gráfico 3 - Número de trabalhadores por estabelecimento por províncias



4. Características demográficas

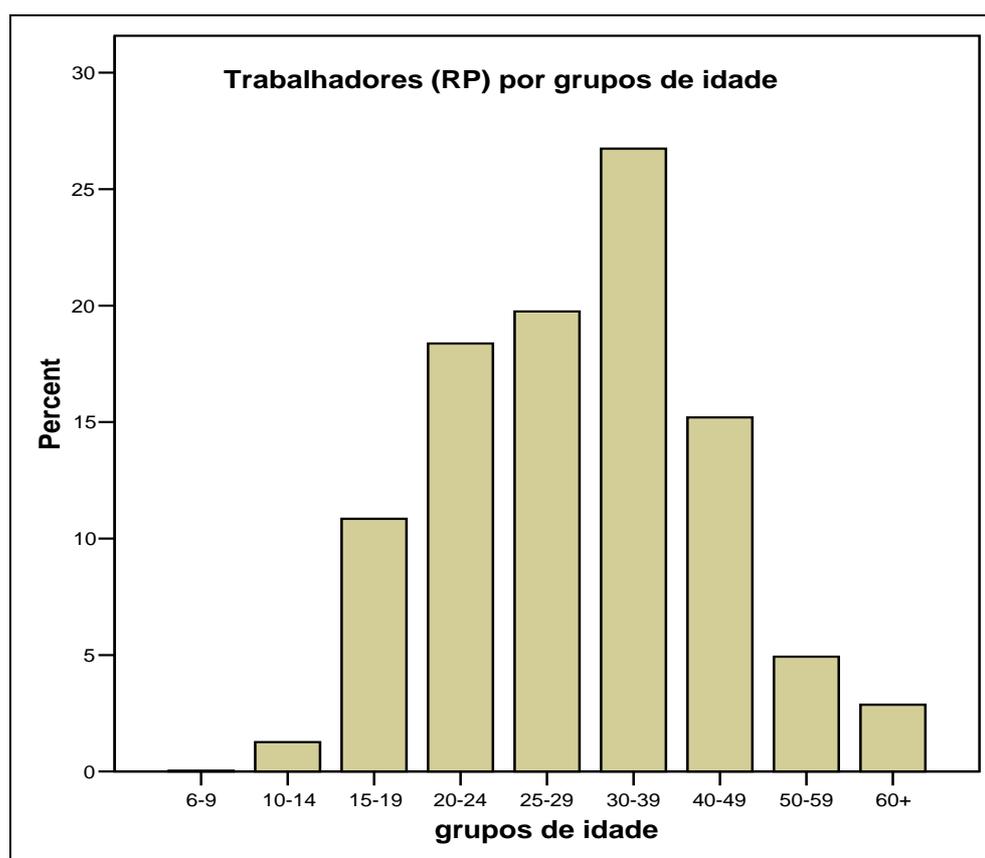
Quadro 20 - Tamanho médio dos AFs por níveis de pobreza e províncias

Classe de posse de bens	Nampula			Zambézia			Manica		
	N	Média	Mediana	N	Média	Mediana	N	Média	Mediana
I mais pobre	340	7.16	7.00	313	5.13	5.00	207	5.55	5.00
II médio	285	6.45	6.00	367	5.11	5.00	384	6.28	6.00
III menos pobre	202	7.52	7.00	147	5.12	5.00	356	7.28	7.00
Total	827	7.01	7.00	827	5.12	5.00	947	6.49	6.00



Nota: RP= respondente principal; AF= agregado familiar

Gráfico 5. Idade dos trabalhadores RP



Quadro 21 - Estado civil e género dos Respondentes Principais (RP)

		Sexo		Total
		Mulher	Homem	
<i>Casado / cohabitação</i>	N	588	1094	1682
	% dentro do género	48%	79%	64.3%
	% do total da amostra	23%	42%	64.3%
<i>Separado / viúvo / divorciado</i>	N	480	53	533
	% dentro do género	39.1%	3.8%	20.4%
	% do total da amostra	18.4%	2.0%	20.4%
<i>Solteiro</i>	N	159	241	400
	% dentro do género	13.0%	17.4%	15.3%
	% do total da amostra	6.1%	9.2%	15.3%
Total	N	1227	1388	2615
	% dentro do género	100.0%	100.0%	100.0%
	% do total da amostra	46.9%	53.1%	100.0%

Quadro 22 – Incidência dos Agregados dominados por mulheres

	Número de AFs	Percentagem do total
AFs sem nenhum homem adulto (>15 anos)	206	7.8%
AF com RP mulher SDV	480	18.3%
AF contém uma mulher SDV e nenhum homem > 25	369	14.0%
AF com pelo menos uma mulher SDV	1012	38.5%

Quadro 23 - Rácio de crianças nos AF por género e estado civil do trabalhador RP

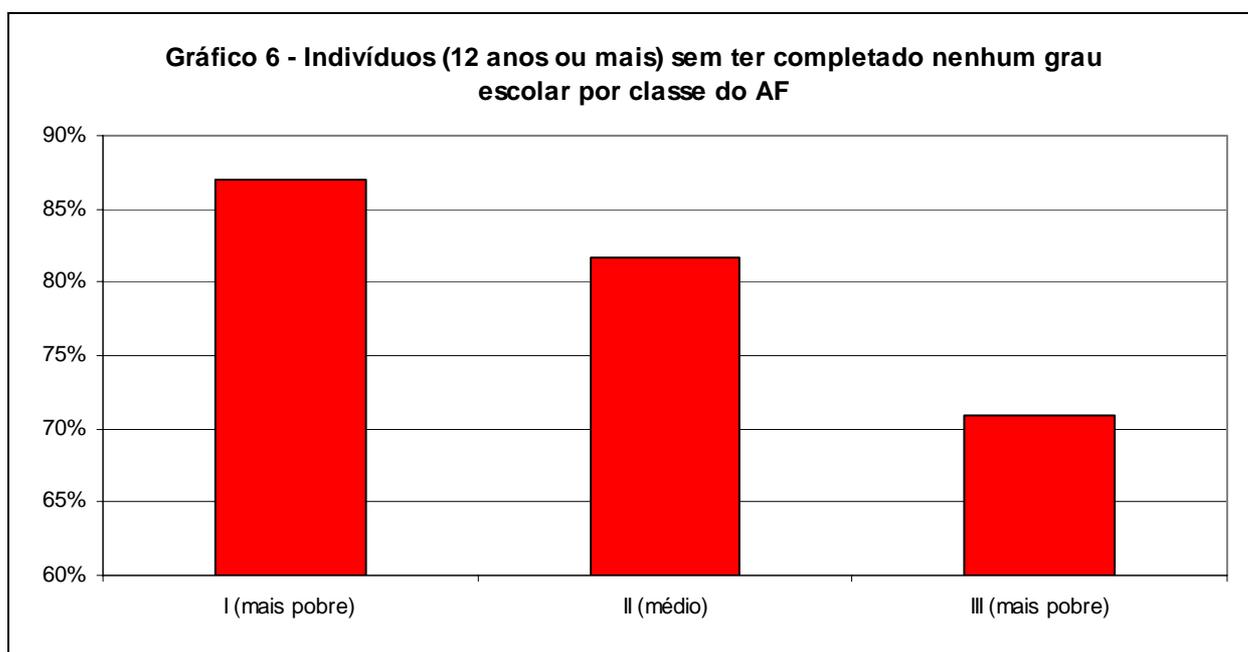
<i>Tipo de AF segundo RP (respondente principal)</i>	Estatístico	<i>crianças 0-14 sobre adultos 15-59 ratio x 1000</i>
Homens RP	Média	893
	Mediana	750
Mulheres RP	Média	1006
	Mediana	750
Mulheres SDV RP	Média	1189
	Mediana	1000

Nota: SDV: Separadas / Divorciadas e Viúvas

**Quadro 24 - Migração dos trabalhadores entrevistados:
“Lugar de origem onde viveu mais tempo”**

	Frequência	Percentagem válida	Percentagem acumulada
“Aqui” / lugar de residência actual	1844	70.5	70.5
Perto de aqui (mesma localidade)	39	1.5	72.0
Outra aldeia	102	3.9	75.9
Vila próxima	44	1.7	77.5
Outra vila	27	1.0	78.6
Outro distrito	359	13.7	92.3
Outra província	149	5.7	98.0
Outro país	53	2.0	100.0
Total válidos	2617	100.0	
Total	2638		

5. Educação e Saúde



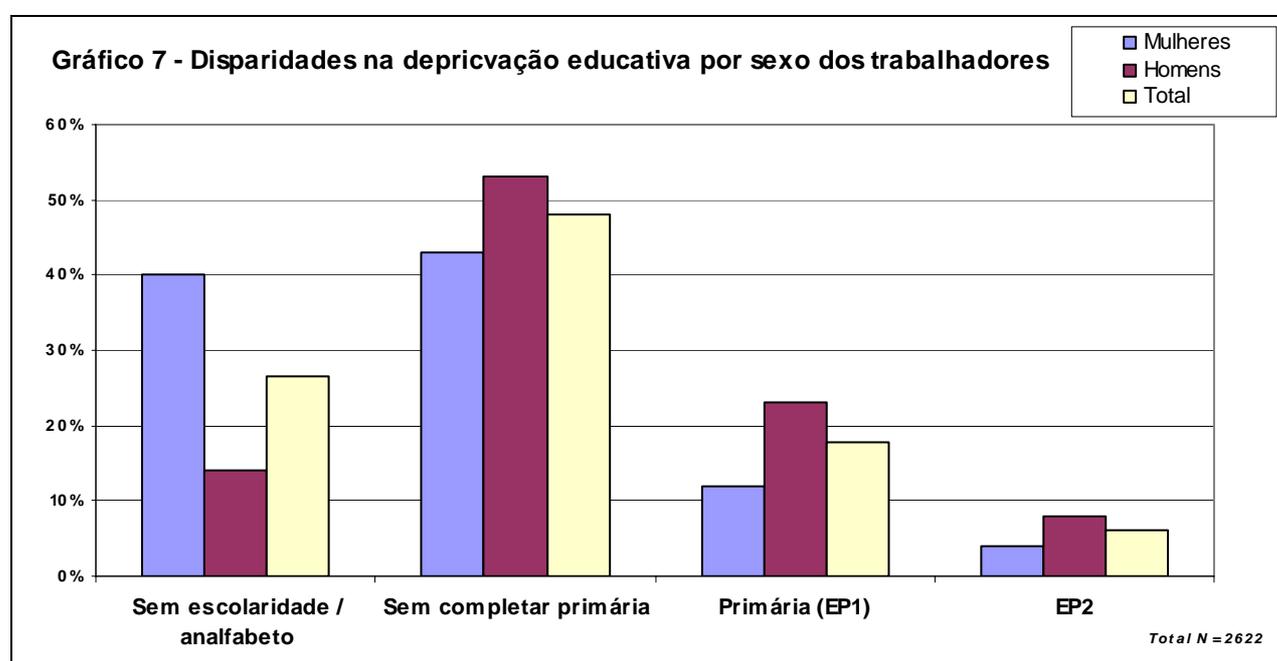
Quadro 25 - Educação e pobreza nos AF dos trabalhadores

		<i>Pelo menos um adulto de mais de 15 anos com um grau completado</i>			<i>Total</i>
		Ninguém	Sim		
Classe de posse de bens	I	N	558	283	841
		% da classe	66.3%	33.7%	100.0%
	II	N	529	467	996
		% da classe	53.1%	46.9%	100.0%
	III	N	217	472	689
		% da classe	31.5%	68.5%	100.0%
Total	N	1304	1222	2526	
	% da classe	51.6%	48.4%	100.0%	

Nota: Para os dados sobre educação desagregados por província e classe de pobreza ver quadro 12

Quadro 26 - Níveis de educação dos AF segundo categorias específicas de trabalhadores agrícolas (respondentes principais)

Tipo de emprego do respondente principal x atributo educativo do AF		Pelo menos um adulto de mais de 15 anos com um grau completado		Total
		Ninguém	Sim	
Trabalhador agrícola casual (ganho ganho) sem emprego em grandes/médias explorações	N	905	585	1490
		60.7%	39.3%	100%
Trabalhador agrícola sazonal em grandes/médias explorações com mais dias de contrato	N	337	376	713
		47.3%	52.7%	100%



Quadro 27 - Educação, Fertilidade e Mortalidade: Mulheres Trabalhadoras de mais de 20 anos

	Nenhum grau completado (n = 839)	EP1 ou mais completada (n = 144)
Número médio de filhos nascidos vivos	4.76	3.06
Percentagem de Mulheres com > 4 filhos nascidos	48%	22%
Média de filhos mortos	1.66	0.74
Percentagem de Mulheres com mais de 1 filho morto	41%	16%

Quadro 28 - Educação e Posse de Bens: Heterogeneidade e Contrastes nos AF das Mulheres trabalhadoras (entrevistadas)

<u>Características do Agregado Familiar - Grupos</u>	<u>Número de entrevistados</u>	<u>Índice Médio de Posse de Bens</u>	<u>Índice Mediano de Posse de Bens</u>
Não escolarizado ^a	1016	0.96	1.00
Escolarizado ^b	202	2.38	3.00
Nenhum adulto do AF escolarizado ^c	777	0.85	1.00
Pelo menos um membro do AF escolarizado	382	1.89	2.00
Nenhum filho/a (16-25 anos) completou a EP1 ^d	226	0.65	0.00
Todos os filhos/as (16-25 anos) completaram a EP1 ou mais	112	1.04	1.00
As mulheres / meninas de 10-25 anos do AF sem nenhuma escolaridade	92	0.64	0.00
As mulheres / meninas de 10-25 anos do AF com alguma escolaridade	350	1.72	2.00

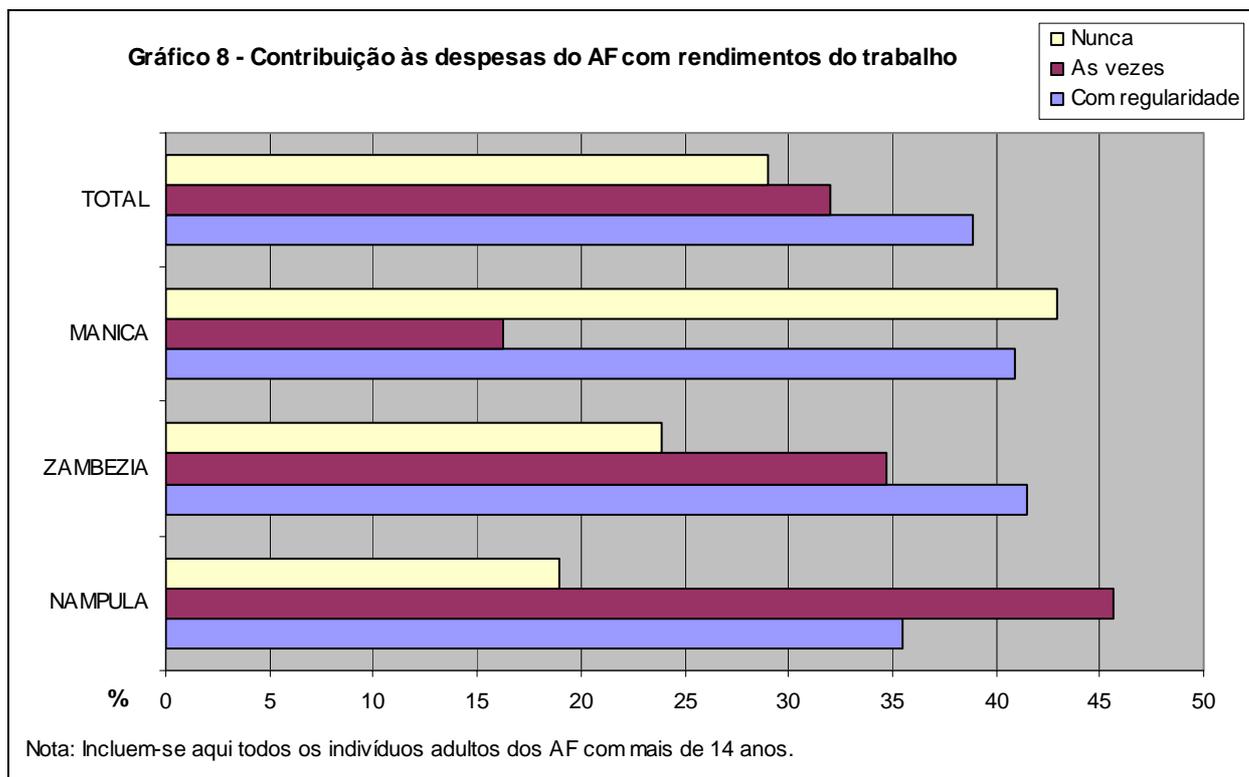
^a Escolarizado definido como que nunca foi à escola ou não completou EP1

^b Não escolarizado como quem completou pelo menos EP1

^c Adulto aqui definido como pessoa de mais de 25 anos

^d Definidas como filhos/as dentre 16 e 25 anos

6. Emprego I: Participação no mercado de trabalho



Quadro 29 - Trabalho por um salário nos últimos 12 meses (15 + anos da amostra total)

	Frequência	Válidos %	% acumulado
<i>Frequentemente</i>	2058	21.7	21.7
<i>As vezes</i>	359	3.8	25.5
<i>nunca</i>	7055	74.5	100.0
<i>Total</i>	9472	100.0	

Quadro 30 - Qualquer outro trabalho assalariado eventual pago em dinheiro ou espécie (15 + anos)

	Frequência	Válidos %	% acumulado
<i>Frequentemente</i>	1283	13.6	13.6
<i>As vezes</i>	2542	26.9	40.4
<i>nunca</i>	5638	59.6	100.0
<i>Total</i>	9463	100.0	

Quadro 31 – Pessoas de 15+ anos que têm realizado algum trabalho assalariado por classe de posse (% por classe)

	Classe I (mais pobre)	Classe II (médio)	Classe III (menos pobre)
<i>Trabalho por um salário</i>	17.8	25.9	32.7
<i>Outro trabalho eventual pago em dinheiro ou espécie</i>	51.9	42.7	26.5

Quadro 32 - Características dos trabalhadores segundo participação no mercado de emprego rural e qualidade de emprego

<i>Tipos de emprego</i> (em parêntesis número de observações para cada categoria)	<i>Superior 1</i> Pago mensalmente e com receitas estáveis (770)	<i>Superior 2</i> Pago mensalmente e com receitas estáveis no emprego agrícola (472)	<i>Inferior 1</i> Trabalhador casual (ganho ganho) em média por menos de 15 dias por mês (708)	<i>Inferior 2</i> Trabalhador casual (ganho ganho) em média por menos de 15 dias por mês e sem acesso a outro emprego sazonal ou não agrícola (591)	<i>Inferior 3</i> Empregado doméstico com salário inferior ao salário mínimo (145)	<i>Amostra total</i>
Classe de posse 1 (mais pobre) % por coluna	15	18	48	53	21	33
Classe de posse 3 (menos pobre) % por coluna	47	40	14	10	41	27
Tamanho do AF (número médio de membros)	6.6	6.5	6.4	6.4	6.3	6.2
Idade do trabalhador (media de anos)	29	32	34	34	21	32
Mulher % por coluna	35	25	60	68	62	47
Entrevistado é mulher separada / divorciada / viúva % por coluna	17	15	20	22	13	18
Entrevistado nunca foi à escola % por coluna	15	20	36	39	15	27
Ninguém no AF completou a EP1 % por coluna	37	42	56	56	39	48
Emprego não agrícola % por coluna	40	0	1	0	100	18
Província						
<i>Nampula</i>	24	17	47	45	18	32
<i>Zambézia</i>	17	13	23	27	41	32
<i>Manica</i>	58	70	30	28	41	37
% por coluna						

Quadro 33: Características comparadas de Mulheres ^a Divorciadas, Viúvas e Separadas por qualidade dos empregos: “Superiores” e “Inferiores”

	Empregos Superiores ^b Superior 1	Empregos Inferiores ^c Inferior 1
	(N = 120)	(N = 138)
Média de Posse de Bens (índice -1 até 5)	2.28	0.47
Mediana de Posse de Bens (índice -1 até 5)	2.00	0.00
Percentagem na categoria mais pobre - Posse de Bens Classe I	17%	59%
Comeram frango uma vez na passada semana	32%	17%
Comeram carne uma vez na passada semana	18%	9%
Média de filhos nascidos vivos	3.56	5.49
Mediana de filhos nascidos vivos	3.00	5.00
Percentagem Mulheres com >4 filhos nascidos	29%	58%
Média de Filhos Mortos	1.00	2.35
Mediana de Filhos Mortos	0.00	2.00
Percentagem com > 1 filho morto	26%	53%
Percentagem médio de filhos ^d sem completar EP1	41%	66%
Percentagem mediana de filhos ^d sem completar EP1	0.00%	100%
Percentagem de Respondentes Empregados por Empresários/farmas Estrangeiros	35%	6%
Percentagem de Respondentes Empregados por grandes farmas/estabelecimentos ^e	38%	7%
Percentagem de Respondentes Empregados por vizinhos ou produtores locais	3%	69%

^aSomente mulheres maiores de 20 anos.

^bDefinidos como empregos com contratos de maior duração, com salários pagos mensalmente nos quais os inquiridos responderam que os rendimentos eram estáveis.

^cDefinidos como trabalhos agrícolas eventuais, normalmente de menos de 15 dias por mês, em períodos curtos, normalmente formas de *ganho-ganho*.

^dOs filhos-as do inquirido/a com idades compreendidas entre 16 e 25 anos.

^eDefinidos como empregadores com mais de 50 trabalhadores no pico de mão de obra.

Quadro 34 – Estratégias de sobrevivência perante sérias dificuldades

Estratégias de sobrevivência (em parêntesis número de observações para cada categoria)	Superior 1 <i>Pago mensalmente e com receitas estáveis</i>	Superior 2 <i>Pago mensalmente e com receitas estáveis no emprego agrícola</i>	Inferior 1 <i>Trabalhador casual (ganho ganho) em média por menos de 15 dias por mês</i>	Inferior 2 <i>Trabalhador casual (ganho ganho) em média por menos de 15 dias por mês e sem acesso a outro emprego sazonal ou não agrícola</i>	Inferior 3 <i>Empregado doméstico com salário inferior ao salário mínimo (145)</i>	Amostra total
	(770)	(472)	(708)	(591)		
<i>Ganho ganho</i>	18%	17%	63%	68%	27%	45%
<i>Venda de animais</i>	20%	21%	19%	19%	21%	17%

7. Emprego II: Actividades de rendimento

Quadro 35 - Número de actividades por ano por trabalhador entrevistado

	<i>Frequência</i>	<i>Válidos %</i>	<i>% acumulado</i>
1	197	7.5	7.5
2	1947	73.8	81.3
3	431	16.3	97.6
4	57	2.2	99.8
5	5	.2	100.0
6	1	.0	100.0
Total	2638	100.0	

Quadro 36 – Número total de dias de trabalho efectivo declarado (todas actividades) x Classe de pobreza

possession score groups	Média	Mediana	Desvio Padrão	N
Classe I (mais pobre)	242.65	221.00	127.334	859
Classe II (médio pobre)	270.85	240.00	150.596	1036
Classe III (menos pobre)	286.57	280.00	148.235	704
Total	265.79	242.00	143.666	2599

Quadro 37 - Frequência das actividades de emprego

	<i>numero de casos</i>	<i>% de trabalhadores inquiridos</i>
Agricultor conta própria	2425	92%
Trabalhador agrícola sazonal ou “permanente”	752	29%
Trabalhador agrícola eventual <i>ganho-ganho</i>	1537	58%
Pescador	19	1%
Recolha e reciclagem de materiais	39	1%
Operário de fábrica	14	1%
Comerciante / dono de loja	14	1%
Pequeno comerciante / vendedor da rua	168	6%
Transportador (de bicicleta, cobrador, chova)	39	1%
Transportador (motorista de chapa, camião, do Estado)	25	1%
Pedreiro / fabricação de blocos / colector de areia e pedras	89	3%
Recolhe/fabrica e vende carvão ou capim/esteiras	74	3%
Limpador (numa empresa, hotel, pensão, etc.)	36	1%
Empregado doméstico, mainato (numa casa)	164	6%
Servente de mesa de barraca/restaurante/hotel/mercado/bar	109	4%
Profissional / técnica (electricista, canalizador, mecânico etc.)	5	0%
Guarda (de segurança)	28	1%
Gerente / administração / supervisor de campo	9	0%
Secretariado e administração	0	0%
Outro, descrever	97	4%

Nota: A coluna de % não soma 100% porque os inquiridos podem realizar mais de uma actividade

Quadro 38 - Tipo de actividade em termos do pagamento e natureza (%)

<i>Actividade / Tipo de trabalho</i>	Assalariado privado mensal	Assalariado privado pago por dia ou tarefa	Conta própria	Outro (Sector publico, por comissão, variável, etc.)
Agricultura conta própria (n=2429)	0	0	100	0
Trabalhador agrícola sazonal (n=751)	69	30	0	1
Trabalhador agrícola casual (n=1554)	3	95	0	2
Pesca (n=19)	0	0	100	0
Recolha de carvão, lenha etc. (n=37)	5	5	78	12
Comercio retalho (n=131)	35	6	59	0
Transporte de bicicleta, cobrador (n=39)	54	26	20	0
Construção (n=87)	23	63	10	4
Empregado domestico (n=160)	96	3	0	1
Serviços de limpeza (n=32)	91	6	0	3
Bar / restaurante (n=106)	94	5	0	1
Outro (n=209)	29	11	58	2

Quadro 39 - Tipo de estabelecimento do trabalho: empregador (%)

	Privado < 5 trabalhadores	Privado > 5 trabalhadores	Conta própria / o inquirido	Outro (Estado, cooperativa, etc.)
Trabalhador agrícola sazonal (n=751)	18	79	0	3
Trabalhador agrícola casual (n=1554)	37	63	0	0
Comercio retalho (n=131)	40	6	54	0
Transporte de bicicleta, cobrador (n=39)	60	19	19	2
Construção (n=87)	62	29	8	1
Bar / restaurante (n=106)	68	32	0	0

8. Emprego III: Salários e modos de pagamento

Quadro 40 - Modalidades de pagamento dos salários por tipo de empregador (em %)

<i>Data in %</i>	<i>Sector não agrícola (467)</i>	<i>Sector agrícola</i>				<i>Total (2620)</i>
		<i>Empresa nacional - plantação (268)</i>	<i>Empresa estrangeira - plantação (227)</i>	<i>Farmeiro local / privado (1657)</i>	<i>Total agrícola (2171)</i>	
<i>Dia</i>	4	36	9	18	20	17
<i>Semana</i>	0	0	2	2	2	1
<i>Mês</i>	86	44	81	21	30	40
<i>Segundo contrato</i>	5	2	1	2	2	2
<i>Tarefa</i>	4	17	7	57	47	39
<i>Outro</i>	2			0	0	0
<i>Total</i>	100	100	100	100	100	100

^a Numero entre parêntesis refere-se ao número de observações para cada categoria de emprego

Quadro 41 . Modalidades de pagamento dos salários por tamanho do estabelecimento (em %)

	Categoria do empregador por número máximo de trabalhadores durante o último ano			Total
	<i>Pequeno empregador (1-10)</i> 723	<i>Empregador médio (11-50)</i> 754	<i>Grande empregador (50+)</i> 694	
<i>Dia</i>	14	18	28	20
<i>Semana</i>	1	2	2	2
<i>Mês</i>	15	33	42	30
<i>Segundo contrato</i>	3	1	1	2
<i>Tarefa</i>	67	46	26	47
Total	100	100	100	100

Quadro 42: Salários (níveis) por tamanho do estabelecimento

– trabalhadores pagos por dia ou por mês

<i>Categoria de empregadores por número máximo de trabalhadores</i>		<i>Salário por dia</i>	<i>Salário mensal</i>
<i>Pequeno empregador (1-10)</i>	N	99	115
	Média	13885	285257
	Mediana	10000	250000
	Erro padrão da média	1004	12364
	Mínimo	4620	30000
	Máximo	50000	650000
<i>Empregador médio (11-50)</i>	N	156	272
	Média	11422	371763
	Mediana	10000	350000
	Erro padrão da média	497	9043
	Mínimo	3000	35000
	Máximo	50000	1000000
<i>Grande empregador (50+)</i>	N	210	358
	Média	15691	463913
	Mediana	15000	460000
	Erro padrão da média	406	8036
	Mínimo	5000	100000
	Máximo	40000	1500000
<i>Total</i>	N	465	745
	Média	13874	402691
	Mediana	12000	400000
	Erro padrão da média	337	5927
	Mínimo	3000	30000
	Máximo	50000	1500000

Quadro 43 - Salários por tarefa num grande estabelecimento de caju (colheita) em Nampula

<i>Intervalos em Meticais</i>		<i>%</i>	<i>% acumulado</i>
Mt	2000	5.3	5.3
Mt	2500	5.3	10.5
Mt	3000	31.6	42.1
Mt	5000	31.6	73.7
Mt	10000	26.3	100.0
	Total	100.0	
	<i>Média</i>		Mt 5,394
	<i>Mediana</i>		Mt 5,000
	<i>DP</i>		Mt 2,993
	<i>Coeficiente de variação</i>		55%

Quadro 44 - Exemplo de salários na colheita do algodão em Nampula

<i>Tarefa /</i>	<i>Modalidade de</i>	<i>Incidência</i>	<i>Média</i>	<i>Mediana</i>	<i>DP</i>	<i>Range</i>
-----------------	----------------------	-------------------	--------------	----------------	-----------	--------------

<i>operação</i>	<i>remuneração</i>	<i>da</i>				
		<i>modalidade</i>				
Colheita	Dia (53)	41%	14017	14000	2374	10000-22000
	Tarefa (69)	56%	443	400	222	150-1000
Sacha	Dia (19 dos quais 14 pagos em dinheiro)	53%	11071	11000	4354	5000-20000
	Tarefa (17 dos quais 3 pagos em dinheiro e os outros em espécie, normalmente peixe seco)	47%	8000	10000	5291	2000-12000

Quadro 45 – Trabalhadores nas plantações de sisal em Nampula: Níveis salariais

		<i>Diário</i>	<i>Mensal</i>	<i>Tarefa</i>
N	Valido	31	11	5
Média		21737	524636	10600
Mediana		25000	546000	1000
Moda		25000	567000	1000
Desvio padrão (DP)		5523	59104	16891
Mínimo		8000	400000	1000
Máximo		30000	567000	40000

Quadro 46 – Trabalhadores nas *machambas* de arroz: níveis salariais na Zambézia

		<i>Salários por tarefa</i> <i>(normalmente diária)</i>
N	Validos	38
	Omissos	2
Média		11447
Mediana		10000
Moda		10000
Desvio padrão (DP)		2575
Mínimo		5000
Máximo		15000

Quadro 47: Exemplos de remuneração diária no caso da sachá (Mt)

<i>Empregador</i>	Salário por dia dos trabalhadores eventuais	Tarefa de sacha por dia
Privado (Manica)	20,000	50 x 20 “passos”
Empresa Nacional sisal (Nampula)	21,577	3 “linhas”
Farmeiro local – pequeno empregador, Nampula	15 peixes ou 2kg de açúcar ou 2 barras de sabão	50-100 x 2 metros
Farmeiro “privado” de algodão Nampula	20,000	6/7 linhas ^a
Farmeiro local “privado” Nampula (várias culturas)	10 peixes	15-20 x 2 metros
Farmeiro “privado” de algodão – Monapo^b	20,000	5 linhas
Farmeiro “privado” de algodão – Monapo^c	10,000	10 linhas
Nota: ^a Linha foi aqui definida como de 2 metros de largura e 50-100 metros de comprimento. ^b Sacha “dura”; ^c Sacha “simples”.		

Quadro 48 - Salários mensais de trabalhadores não agrícolas (Mt)

Categorias de emprego não agrícola	N	Média	Mediana	Erro padrão da média
Hotel/pensão	30	488900	475000	41371
Restaurante/barraca ^a	74	379649	300000	31583
Mercado/banca ^b	42	231071	150000	43514
Empregado doméstico	159	242440	200000	14494
Motorista	14	975000	875000	175078
Outro transporte (cobrador/chova)	24	517167	500000	45946
Pedreiro na construção	5	780000	750000	135536
Outro na construção (servente) ^c	4	707500	700000	47148
Outro	39	449615	350000	65702
Total (pagos em salário mensal)	391	361486	280000	16184
Total amostra não agrícola	458	n.a.	n.a.	n.a.

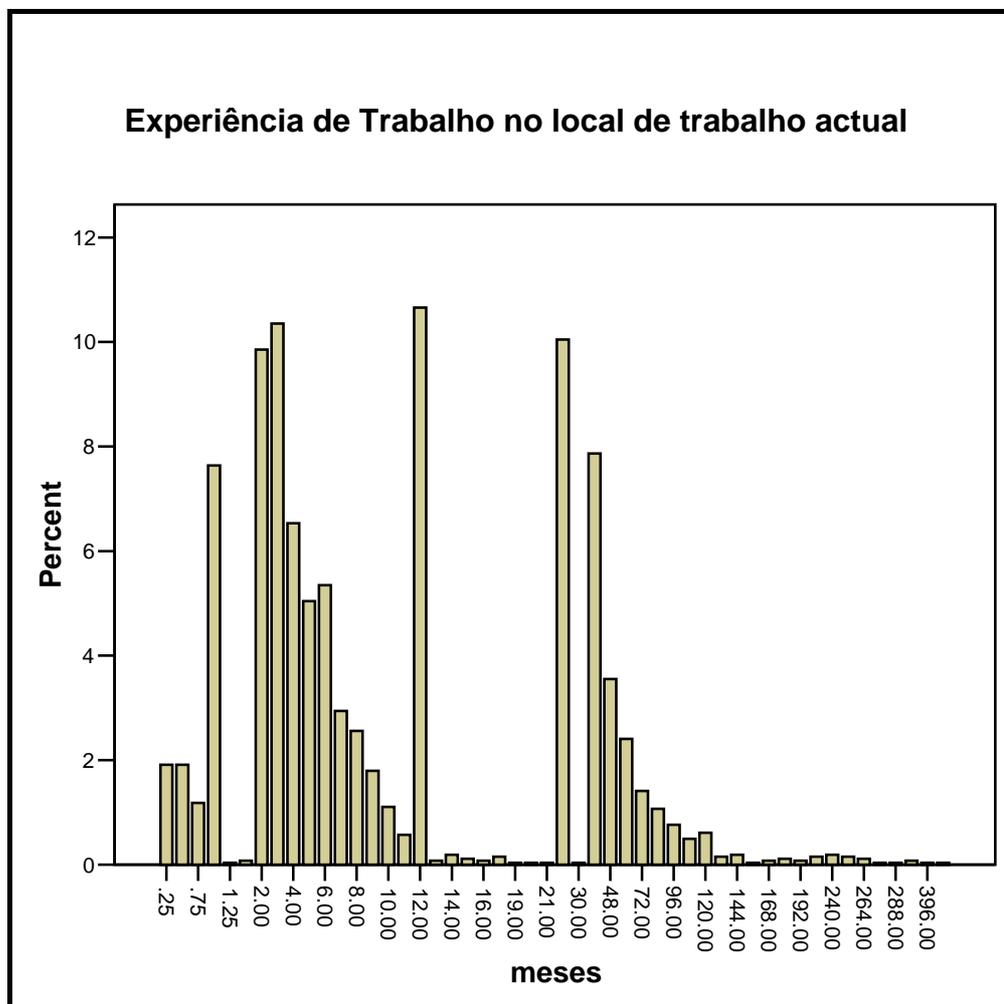
Notas: ^a Serventes de barra, mesa e assistentes ^b Um vendedor informal de mercado ou rua por conta de alguém

Quadro 49: Modalidades e níveis de remuneração e outras condições de trabalho segundo qualidade do tipo de emprego

<i>Tipos de emprego (em parêntesis número de observações para cada categoria)</i>	<i>Superior 1 Pago mensalmente e com receitas estáveis (770)</i>	<i>Superior 2 Pago mensalmente e com receitas estáveis no emprego agrícola (472)</i>	<i>Inferior 1 Trabalhador casual (ganho ganho) em média por menos de 15 dias por mês (708)</i>	<i>Inferior 2 Trabalhador casual (ganho ganho) em média por menos de 15 dias por mês e sem acesso a outro emprego sazonal ou não agrícola (591)</i>	<i>Inferior 3 Empregado doméstico com salário inferior ao salário mínimo (145)</i>	<i>Outro (não classificado)</i>	<i>Amostra total</i>
Pago mensalmente <i>% da coluna</i>	100	100	10	1	100	57	40
Pago por tarefa <i>% da coluna</i>	0	0	68	80	0	33	39
Pago por dia <i>Mediana (número de observações entre parêntesis)</i>	15,400 (16)	15,000 (15)	10,000 (142)	10,000 (96)	n.a.	12,500 (328)	12,000 (484)
Salário (Mt por mês) <i>Mediana (número de observações entre parêntesis)</i>	400,000 (761)	450,000 (466)	300,000 (78)	300,000 (9)	150,000 (145)	350,000 (318)	360,000 (1145)
Salário (Mt por tarefa) <i>Mediana (número de observações entre parêntesis)</i>	n.a.	n.a.	15,000 (336) <i>SD/ mean ratio = 1.6</i>	15,000 (333) <i>SD/ mean ratio = 1.6</i>	n.a.	15,000 (488) <i>SD/ mean ratio = 4.5</i>	15,000 (824) <i>SD/ mean ratio = 4.8</i>
Recebeu pagamento em espécie <i>% da coluna</i>	0	0	29	34	0	11	13

9. Emprego IV: Condições de emprego

Gráfico 10 - Experiência de trabalho no mesmo emprego



Quadro 50 - Experiência, frequência do emprego e dias de trabalho efectivos por categoria de emprego

<i>Tipos de emprego (em parêntesis número de observações para cada categoria)</i>	<i>Superior 1 Pago mensalmente e com receitas estáveis</i> (770)	<i>Superior 2 Pago mensalmente e com receitas estáveis no emprego agrícola</i> (472)	<i>Inferior 1 Trabalhador casual (ganho ganho) em média por menos de 15 dias por mês (708)</i>	<i>Inferior 2 Trabalhador casual (ganho ganho) em média por menos de 15 dias por mês e sem acesso a outro emprego sazonal ou não agrícola (591)</i>
Meses de experiência com o mesmo emprego/empregador <i>(mediana)</i>	12	12	5	4
Número total de dias de trabalho (todas actividades) <i>Média</i>	314 (770)	321 (472)	228 (708)	209 (591)
Número de meses de contrato agrícola sazonal (por ano) <i>Média</i>	7.7 (395)	7.7 (390)	7.7 (107)	n.a.
Número de dias trabalhados como trabalhador contratado sazonal (por ano) <i>Mediana</i>	208 (394)	208 (389)	207 (107)	n.a.
Número de dias trabalhados como trabalhador casual ganho (por ano) <i>mediana</i>	58 (118)	60 (108)	20 (696)	21 (591)
Número de dias trabalhados na própria machamba (por ano) <i>Mediana</i>	76 (648)	70 (394)	140 (699)	144 (586)

Quadro 51 - Condições de trabalho seleccionadas segundo qualidade do emprego

<i>Tipos de emprego</i>	<i>Superior 1 Pago mensalmente e com receitas estáveis</i> (770)	<i>Superior 2 Pago mensalmente e com receitas estáveis no emprego agrícola</i> (472)	<i>Inferior 1 Trabalhador casual (ganho ganho) em média por menos de 15 dias por mês (708)</i>	<i>Inferior 2 Trabalhador casual (ganho ganho) em média por menos de 15 dias por mês e sem acesso a outro emprego sazonal ou não agrícola (591)</i>
Almoço por conta do empregador <i>% na coluna</i>	42	19	17	16
Alojamento proporcionado pelo empregador <i>% na coluna</i>	23	21	3	2
Crédito (salários adiantados) oferecidos <i>% na coluna</i>	35	29	17	17
Compensados por trabalho extra fora do horário de trabalho <i>% na coluna</i>	46	53	17	4
Presença do sindicato de trabalhadores no estabelecimento	13	21	2	0

% na coluna				
-------------	--	--	--	--

Quadro 52 – Categorias de empregador por qualidade de empregos (%)

<i>Tipos de emprego (em parêntesis número de observações para cada categoria)</i>	<i>Superior 1 Pago mensalmente e com receitas estáveis (770)</i>	<i>Superior 2 Pago mensalmente e com receitas estáveis no emprego agrícola (472)</i>	<i>Inferior 1 Trabalhador casual (ganho ganho) em média por menos de 15 dias por mês (708)</i>	<i>Inferior 2 Trabalhador casua ganho) em média p de 15 dias por m acesso a outro e sazonal ou não a (591)</i>
<i>Empresa/plantação nacional</i>	32	32	7	1
<i>Empregador agrícola estrangeiro</i>	67	63	9	2
<i>Empregador local/privado</i>	14	14	39	35
<i>Pequeno empregador</i>	31	8	31	28
<i>Médio empregador</i>	24	21	30	26
<i>Grande empregador</i>	32	32	17	9

Note: Todos os resultados são percentagens em relação às categorias de empregadores